

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

KEILA REJANE WARMLING

O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE MATO-GROSSENSE: A *EPOPEIA NA SELVA E A CAPITAL DO NORTÃO*

Cáceres – MT

2017

KEILA REJANE WARMLING

O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE MATO-GROSSENSE: A *EPOPEIA NA SELVA E A CAPITAL DO NORTÃO*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Eliana de Almeida.

Cáceres – MT

2017

Warmling, Keila Rejane

O Processo de (re)ocupação do norte mato-grossense: a epopeia na selva e a capital do nortão./Keila Rejane Warmling. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.141f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2017.

Orientadora: Eliana de Almeida

1. Colonização – norte Mato Grosso. 2. Discurso jornalístico. 3. Memória discursiva. 4. Ideologia. I. Título.

CDU: 81'42(817.2)

KEILA REJANE WARMLING

O PROCESSO DE (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE MATO-GROSSENSE: A *EPOPEIA NA SELVA E A CAPITAL DO NORTÃO*

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Eliana de Almeida (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Dr^a. Silvia Regina Nunes (Membro Interno – PPGL/UNEMAT)

Dr^a. Bethania Sampaio Corrêa Mariani (Membro Externo – PPGL/UFF)

APROVADA EM: ____/____/____

Aos *meus pais*, Benicio Warmling e Denir
Warmling, pelo amor, amparo e solidariedade ♡.

À minha orientadora, Eliana de Almeida, por
acreditar no meu trabalho, mostrando-me o quão
adorável é percorrer os caminhos da linguagem,
dos sentidos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Benicio Warmling, pelo apoio incondicional e por vibrar comigo a cada conquista, cada passo trilhado até aqui...

À minha mãe, Denir Warmling, por ser meu amparo nos momentos de desânimo e cansaço. Por se alegrar com meus risos e me fazer acreditar que eu sempre posso ir mais além...

Aos meus sobrinhos, Pedro, Maria, Inácio e Murilo, por me transmitirem alegria e ternura.

À minha orientadora, Eliana, pelo estímulo e pela confiança. Pelas palavras carinhosas, pelos tantos “*Vá em frente!*” que fortaleciam minha vontade de avançar na pesquisa. Agradeço igualmente pelas vezes que pediu para que eu refizesse, para que eu melhorasse. As linhas aqui escritas carregam a marca de sua dedicação.

À professora Bethania Sampaio Corrêa Mariani, pela leitura minuciosa e pelas contribuições enriquecedoras.

À professora Silvia Regina Nunes, que desde as aulas no mestrado sempre se mostrou atenciosa e dedicada, e agora, nesta etapa final, por me oportunizar grandiosas reflexões sobre a linguagem.

À Neusa Inês Philippsen, professora do Departamento de Letras e Pós Graduação da Unemat/Sinop, pelas tantas vezes que me emprestou seus livros, seus ouvidos e seu coração...

A todos os professores do PPGL/UNEMAT, pelo conhecimento e pela afetividade!

Aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo, pelos risos, pelas lamentações, pelos diálogos, e por tantos momentos agradáveis compartilhados...

Àqueles que estiveram muito próximos nos dias inquietantes dessa trajetória, amizades que floresceram durante esse percurso: Ana Cláudia Salles, Felipe Souza Ferraz e Jaqueline Dias.

Aos amigos que residem em Sinop, que mesmo em minha ausência nunca deixaram de me fortalecer com palavras carinhosas, telefonemas, mensagens de incentivo...

Agradeço ao casal, Josi e Sandro Breitenbach, por terem me recebido com carinho quando viajei pela primeira vez a Cáceres (para a seleção do mestrado).

Agradeço a Flávia Saldanha, pela amizade que sempre me dedicou enquanto estive em Cáceres. E igualmente por me receber de braços abertos sempre que eu retorno.

Agradeço à professora Helenice Joviano Roque de Faria, por ter me acompanhado durante a trajetória do estágio, possibilitando discussões valiosas a cerca da Análise de Discurso. Sou grata

pela confiança e pelo espaço cedido durante as aulas para que eu pudesse realizar essa etapa tão importante de minha formação.

Agradeço ao professor Luiz Erardi, por me acompanhar durante as visitas na colonizadora.

Ao meu namorado, Vinicius, por compreender minhas ausências e principalmente por cuidar de Luna com muito amor e dedicação todas as vezes que eu precisei me ausentar.

À Luna e Pituxa, por estarem comigo em todas as circunstâncias, me enchendo de ‘lambeijos’ e me preenchendo de amor.

Agradeço a CAPES, pela disponibilização da bolsa.

À UNEMAT, pela oportunidade.

RESUMO

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa *Estudo de Processos Discursivos* do Programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) propõe refletir sobre o discurso circulado pela mídia jornalística impressa nas décadas de 1970/1980 e que relatam sobre o processo de (re)ocupação do norte Mato-grossense. Neste período surgiu um estímulo crescente à colonização deste território que até então era tido enquanto lugar *distante e inacessível*, comumente sendo significado como *espaços vazios*. Nesse âmbito, algumas propostas governamentais, tais como o PIN (Plano de Integração Nacional), que fora inicialmente desenvolvido com o propósito de construir as rodovias *Transamazônica* e a *Cuiabá-Santarém* (BR – 163), ao lado de Incentivos Fiscais fornecidos pelo Governo Federal e dos Projetos de Colonização, foram relevantes ao processo de (re)ocupação da Amazônia. O discurso jornalístico por sua vez, ao mesmo tempo em que significava o espaço como desabitado e longínquo, propagava-o como ideal para abrigar os migrantes, tomando-o enquanto o *Eldorado* de terras férteis e clima favorável ao cultivo agrícola, o que levaria ao enriquecimento daqueles que desejassem migrar. Para tanto, a partir dos relatos que circularam no período de fundação e (re)ocupação da Amazônia norte Mato-grossense, mais especificamente, àqueles referentes a cidade de Sinop, objetivamos compreender, pela teoria materialista da *Análise de Discurso*, como a mídia jornalística produziu sentidos para este espaço através do funcionamento da *memória*. Nosso material de análise é constituído por relatos jornalísticos que circularam em jornais Mato-grossenses e Paranaenses neste período, além daqueles circulados na revista *O Cruzeiro* (1974) de divulgação em âmbito nacional. A partir dos recortes jornalísticos buscamos compreender como a *memória discursiva* e a *ideologia*, conceitos caros a Análise de Discurso, produziram sentidos contraditórios e homogeneizantes para a cidade de Sinop em seu período fundacional. Nesse aspecto, discutimos ainda, os *epítetos* enquanto *pré-construídos* que faziam significar a cidade e o colonizador.

Palavras-chave: Colonização; Discurso Jornalístico; Memória Discursiva; Ideologia.

ABSTRACT

This work, enrolled in the research line *Study of Discursive Processes of the Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics of the University of the State of Mato Grosso (UNEMAT), proposes to reflect on the discourse circulated by the print media in the 1970s and 1980s and report on the process of (re) occupation of northern Mato Grosso. During this period, there was a growing stimulus to the colonization of this territory, which until then had been considered as a *distant* and *inaccessible* place, commonly referred to as empty spaces. In this context, some governmental proposals, such as the National Integration Plan (PIN), which was initially developed with the purpose of constructing the *Transamazônica* and *Cuiabá-Santarém* highways (BR-163), along with Tax Incentives provided by the Federal Government and the Colonization Projects, were relevant to the (re) occupation of the Amazon. The journalistic discourse in turn, at the same time that it meant the space as uninhabited and distant, propagated it as ideal to shelter the migrants, taking it while the *Eldorado* of fertile lands and climate favorable to the agricultural crop, which would take to the enrichment of those who wish to migrate. For that, from the reports that circulated in the period of the founding and (re) occupation of the northern Amazonia of Mato Grosso, more specifically, those referring to the city of Sinop, we aim to understand, by the materialist theory of *Discourse Analysis*, how the journalistic media produced meanings for this space through the working of *memory*. Our analysis material consists of journalistic reports that circulated in newspapers Mato-grossenses and Paranaenses in this period, besides those circulated in the magazine *O Cruzeiro* (1974) of national dissemination. From the newspaper clippings we seek to understand how the *discursive memory* and the *ideology*, concepts discursive Discourse Analysis, produced contradictory and homogenizing meanings for the city of Sinop in its founding period. In this regard, we also discussed the *epithets* as *pre-constructed* that made the city and the colonizer meaning.

Key-words: Colonization; Journalistic Speech; Discursive Memory; Ideology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FD – Formação Discursiva

COMICEL – Cooperativa Mista Celeste

CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização

PIB – Produto Interno Bruto

SAQ – Sinop Agroquímica

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Brasão da Cidade de São Paulo

IMAGEM 2 – Brasão da Cidade de Mato Grosso

IMAGEM 3 – A Igreja (publicado no Jornal *O Estado do Paraná* em maio/1975)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	19
DISCURSO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA: A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SINOPENSE	19
1.1 Desdobramentos Relevantes à Compreensão da Língua(gem) como Efeito de Sentidos: a Análise do Discurso.....	19
1.2 O Funcionamento Ideológico nos Relatos sobre Sinop.....	20
1.3 O Sentido é um Sempre <i>Já-lá</i> : Considerações sobre a Memória Discursiva.....	26
CAPÍTULO II	29
GLEBA CELESTE: DISCURSIVIDADES SOBRE O <i>ELDORADO</i> NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE	29
2.1 Os Sentidos do Movimento <i>Marcha para o Oeste</i> : Estratégias para a (Re)ocupação dos ‘ <i>Espaços Vazios</i> ’.....	42
2.2 O Plano de Integração Nacional (PIN): <i>Desocupar para Ocupar</i>	45
2.3 Sinop: A Cidade ‘ <i>Plantada</i> ’ no <i>Coração da Selva Amazônica</i>	47
CAPÍTULO III	59
MÍDIA JORNALÍSTICA IMPRESSA: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO <i>SOBRE A CIDADE DE SINOP</i>	59
3.1 O Funcionamento do Discurso Jornalístico Impresso pela Análise de Discursivo.....	59
3.2 A Institucionalização do Discurso Jornalístico e a <i>Pretensa</i> Objetividade/Literalidade na Divulgação dos Fatos.....	75
3.3 Discurso Jornalístico e Memória.....	77

CAPÍTULO IV	82
DES(A)FIANDO O <i>CORPUS</i>: SUJEITOS E SENTIDOS NA CIDADE DE SINOP	82
4.1 O <i>Bandeirante Moderno</i> : Construção Imaginária Sobre o Colonizador.....	84
4.2 Colonizar é Atender aos Desejos da <i>Pátria</i>	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	116
ANEXOS	122
ANEXO 01 : Jornal <i>Correio da Imprensa</i> , Cuiabá – 22 set/ 1974.....	122
ANEXO 02 : Jornal <i>Correio da Imprensa</i> , Cuiabá – 17 set/ 1974.....	123
ANEXO 03 : <i>Diário de Cuiabá</i> – 13 set/ 1974.....	126
ANEXO 04 : Jornal <i>O Estado do Paraná</i> , Curitiba – Maio/1975.....	130
ANEXO 05 : <i>O Jornal</i> , Maringá – 22 set/1974.....	134
ANEXO 06 : Revista <i>O Cruzeiro</i> – 23 out/1974.....	136
ANEXO 07 : Revista <i>Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva</i> – dez/1983.....	139

INTRODUÇÃO

*Questões que interrogam o passado das cidades fascinam, sobretudo, pelos caminhos labirínticos que indicam ou apenas se insinuam nas paisagens que emergem das sombras das memórias...
(Regina Beatriz Guimarães Neto)*

Refletir a palavra *discurso* é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, e nesse sentido não há como fugir à exigência de se situar num campo de debate que envolve as *condições de produção* e as relações existentes entre o *discurso* e a *ideologia*.

Nessa direção, a Análise de Discurso se apresenta como relevante às reflexões que nos causavam inquietação diante da significação. Nosso interesse em analisar materialidades sobre a cidade de Sinop se deu pelo desassossego em relação à forma homogeneizante e utópica de se dizer sobre esta cidade, ou seja, o assujeitamento ao sentido único e autoritariamente definido.

Ao concebemos a linguagem não mais como um sistema de regras formais, mas, sobretudo, como movente e instável, encontramos, na Análise de Discurso, respostas [também moventes e instáveis] a nossos anseios sobre a significação da cidade de Sinop na mídia, uma vez que pensando a partir dessa teoria distanciamos-nos da linguagem enquanto terreno de regularidade lógica, como se ela fosse uma engrenagem de exatidões e fruto de concepções neutras.

Assim, buscaremos na compreensão do político, do histórico e do ideológico pensar os sentidos produzidos no espaço discursivo norte Mato-grossense mais especificamente, àqueles circulados a partir do discurso midiático impresso para a cidade de Sinop nas décadas de 70/80.

De antemão gostaríamos de ressaltar a dificuldade em relação à realização da pesquisa, principalmente no que diz respeito à coleta dos materiais de análise tendo em vista serem jornais não mais em circulação, mas que se propagaram em décadas anteriores (70 e 80). Para tanto, foi nos arquivos da Colonizadora Sinop que buscamos encontrar essa materialidade.

Por se tratar de uma empresa de cunho essencialmente comercial, a colonizadora não disponha de nenhum colaborador que nos auxiliasse na pesquisa, ou seja, alguém que pudesse nos mostrar tais materiais. Desse modo, por vezes tivemos nossa visita impedida já que todos os funcionários da empresa estavam ocupados em suas devidas funções. Foi então, ao visitarmos a *Casa da Cultura* de Sinop, que tivemos contato com o professor/historiador Luiz Erardi. Ele se dispôs a nos acompanhar na pesquisa, indo conosco até a Colonizadora e nos mostrando os jornais.

Vale destacar, que como coordenador da *Casa da Cultura*, ele tinha acesso aos materiais da Colonizadora, sendo que, em anos anteriores, a própria colonizadora havia designado a Erardi a função de separar os materiais (aqueles referente à cidade de Sinop, outros referente à cidade de Santa Carmem, de Cláudia, Vera, enfim, de organizar em pastas os jornais que diziam sobre as cidades fundadas pela SINOP S/A). Assim, na companhia do professor Luiz Erardi – que já possuía vínculo interno com a Colonizadora e conhecia os materiais – a empresa nos cedeu espaço para que pudéssemos realizar a pesquisa.

Nosso objetivo nesse trabalho será analisar discursivamente os relatos jornalísticos impressos que referem ao processo de ocupação/fundação da cidade de Sinop nas décadas de 70 e 80. Nesse sentido, tomamos como material de linguagem os jornais *Mato-Grossenses* e *Paranaenses* que circularam nesta época. Dentre os jornais da década de 70, temos: *Correio da Imprensa* (1974), *Diário de Cuiabá* (1974), *O Diário do Norte do Paraná* (1974), *Jornal O Estado do Paraná - Curitiba* (1975), *Folha de Londrina* (1974), *O Globo* (1973) e *O Jornal - Maringá* (1974). Trouxemos ainda reportagens que circularam em âmbito nacional a partir da revista *O Cruzeiro* (1974). No que refere a década de 80, utilizamos os relatos publicados na *Revista Sinop Especial: uma Metrópole na Selva* (1983).

No primeiro capítulo, intitulado *Discurso, Memória e Ideologia: A (re)produção do Espaço Sinopense* discorreremos sobre a teoria da Análise de Discurso e sua relação com nossa materialidade, tomando como ponto central de nossas reflexões a ideologia e o interdiscurso. Nesse sentido, destacamos a importância de pensar a História enquanto fator determinante na produção dos sentidos.

Ressaltamos ainda, que para a Análise de Discurso, tanto a palavra como o silêncio produzem sentido, portanto, o silêncio também significa. Nessa direção, ao tomarmos como material de análise os recortes jornalísticos que circularam no período de fundação da cidade de Sinop, buscaremos compreender também, como o silêncio significa, principalmente no que refere à exclusão dos trabalhadores braçais, *os peões*, que serviram de mão de obra no período de (re)ocupação da cidade, para que, dessa forma, se fixasse no imaginário social, o discurso progressista e a trajetória de sucesso do *Bandeirante Moderno*.

Para Pêcheux (2014), o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Nesse sentido, destacamos a formação discursiva (FD) como a relação de enunciados com regularidades, em relação à linguagem, mobilizados por

posições ideológicas na produção do dizer. O indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante. Assim, buscaremos compreender como os sujeitos migrantes, interpelados pelo discurso dominante [o da mídia/ o do colonizador] sentiram-se ‘convidados’ a deslocarem-se para o norte de Mato Grosso na década de 70 em busca do sonhado *Eldorado*, da *Terra Prometida*. Ressaltamos aqui, os discursos governamentais que também se fizeram latentes enquanto dizeres que colocavam o migrante como *soldado em favor da Pátria*.

Para a Análise de Discurso o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro, não sendo a origem do sentido. Ele está condenado a significar e é atravessado pela incompletude. Assim, o sentido resulta da inscrição do sujeito em uma formação discursiva. Nesse sentido, a língua e a história não são transparentes para o sujeito, e a ideologia é constitutiva dos atos de dizer, sendo responsável pela naturalização dos sentidos, tornando-os evidentes, óbvios. Assim, o conceito de ideologia pode ser articulado a outros conceitos, tais como: classe, Estado, opressão, dominação, etc. É nesse sentido, que buscaremos pensar a linguagem neste trabalho, refletindo, a partir do discurso jornalístico impresso, às práticas ideológicas produzidas no espaço Sinopense.

No segundo capítulo, intitulado *Gleba Celeste: Discursividades Sobre o Eldorado na Amazônia Norte Mato-grossense* nos propomos à reflexão de como se deu a construção imaginária para a Amazônia. Nesse sentido, destacamos a relação contraditória pela qual esta floresta fora designada pelos discursos midiáticos, sendo mostrada como o lugar da *civilização/ barbárie*, como *Inferno/Eldorado*, significando assim, muito além de uma extensão territorial coberta pela floresta, mas, sobretudo, enquanto um *espaço destinado à colonização/exploração*, como uma personagem que se encontrava desejava de receber os migrantes.

Ainda no capítulo dois, discorreremos sobre os programas governamentais que incentivaram a colonização e (re)ocupação do norte de Mato Grosso, tais como o *Marcha para o Oeste* lançado no período do Estado Novo (1937-1945) por Getúlio Vargas e o PIN – Plano de Integração Nacional – lançado pelo governo Médici (1964-1985). No último subitem deste capítulo trataremos considerações a respeito da cidade de Sinop em seus anos iniciais de existência, estabelecendo relações com as propostas de ocupação da Amazônia e a divulgação do processo de (re)ocupação dessa região pela mídia jornalística impressa.

No entanto, antes de refletirmos sobre as discursividades que se instauram sobre a cidade de Sinop em seu processo de fundação/(re)ocupação, julgamos relevante destacar que esta cidade, que

sempre esteve no auge das reportagens midiáticas, enquanto símbolo do progresso, do povo ordeiro e trabalhador, carrega consigo o nome da colonizadora que a projetou: SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná). Nesse sentido, atentamo-nos para os sentidos que se fazem presente na própria nomeação da cidade enquanto tal. Não se trata de uma *associação* ou *cooperação*, mas de uma *sociedade imobiliária*, logo, fazendo significar os sentidos do modo capitalista de produção.

No terceiro capítulo, dedicar-nos-emos a compreender o funcionamento do discurso jornalístico impresso. Para tanto, buscaremos refletir sobre o processo de institucionalização do jornal enquanto tal, levando em consideração a *pretensa* objetividade/literalidade que sempre permeou esse tipo de material de linguagem. Assim, os relatos que diziam sobre a colonização norte Mato-grossense enquanto negócio lucrativo, abrilhantando o olhar dos migrantes, funcionava enquanto estratégia eficaz ao plano governamental de ocupação da Amazônia. Nesse sentido, também procuraremos compreender os relatos jornalísticos enquanto textualização de uma memória, em que a partir dos epítetos criados para designar a Amazônia (*Inferno Verde/ Mata Virgem*), o Colonizador (*Violador dos Sertões/ Semeador de Cidades/Bandeirante Moderno*) e a cidade de Sinop (*Gleba Celeste: o Eldorado na Amazônia/Sinop: Epopeia na Selva/A Capital do Nortão*) revive-se outras histórias já ditas, já narradas.

No quarto e último capítulo, intitulado *Des(a)fiando o Corpus: Sujeitos e Sentidos na Cidade de Sinop* buscaremos compreender, a partir dos recortes trazidos pelos jornais, os sentidos (re)produzidos nas décadas de 70/80 para a cidade de Sinop. Nessa direção, mobilizaremos a teoria discursiva, tendo em vista a incompletude da linguagem, a possibilidade de jogo, do equívoco, da falha, a fim de compreender a contradição que se faz presente na língua. Assim, entendemos que dizer do colonizador ora como *Bandeirante Moderno*, ora como *Semeador de Cidades*, inserindo-o, portanto, em formações discursivas distintas (progressista/naturalista) nos permite compreender a contradição enquanto efeito da maleabilidade, da plasticidade da língua e, igualmente, de sua historicidade.

Ainda neste capítulo, discutiremos sobre o modo como o jornalismo homogeneiza sentidos e silencia outros, a partir do discurso idealista da *Pátria*, nivelando os sujeitos, como se todos pertencessem à *mesma família*, tivessem as mesmas condições, os mesmo anseios e as mesmas oportunidades de ascensão social.

Em suma, o presente trabalho tem por finalidade a compreensão do processo de fundação e

(re)ocupação da cidade de Sinop nas décadas de 70/80, a partir do discurso jornalístico impresso. Nesse sentido, procuraremos refletir pela teoria materialista da Análise de Discurso os sentidos que foram se (re)fazendo neste espaço político, marcado pelo histórico e ideológico.

CAPÍTULO I

DISCURSO, MEMÓRIA E IDEOLOGIA: A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SINOPENSE

*[...]Não se pode pensar a linguagem sem pensar a beleza. A língua brincando com ela mesma.
Eni Orlandi*

Pensar a linguagem pela teoria materialista do Discurso (Pêcheux, 1997, 2010, 2014; Orlandi, 2007, 2008, 2012, 2015) é o propósito de nossas reflexões nesta pesquisa. Para tanto, tomamos como material de leitura alguns recortes de jornais e revistas que fazem referência ao período de fundação e ocupação da cidade de Sinop, em circulação nas décadas de 70 e 80, a fim de compreender – à luz dessa teoria – como a mídia impressa fixou/construiu/marcou/estabeleceu um imaginário discursivo para a cidade de Sinop, através de dizeres e enunciados considerados desenvolvimentistas que permearam os primeiros anos de fundação e ocupação dessa cidade.

1.1 Análise do Discurso: Desdobramentos Relevantes à Compreensão da Língua(gem) como Efeito de Sentidos

No Brasil, a Análise de Discurso, de corrente materialista, foi *ressignificada* por Eni Orlandi e, segundo essa autora, “a teoria têm conquistado precisão e abrangência teórico metodológica cada vez mais forte e bem fundada” (Orlandi, 2012, p.09). Essa teoria se constitui no espaço entre três domínios disciplinares: a *Linguística* – que supõe que a língua não é transparente e tem sua materialidade própria; a *Psicanálise* – em que se evidencia a noção de assujeitamento do indivíduo, movido pelas leis do inconsciente e do desejo, e o *Marxismo* – em que a história tem sua materialidade.

Nesse sentido, pode-se dizer que a Análise do Discurso conjectura uma tríplice aliança entre a psicanálise, a linguística e o marxismo. Isso porque, constitui-se da relação entre língua, sujeito e história. Vale destacar aqui, que História não implica a ordem cronológica dos fatos, nem evolução, mas na produção de sentidos. Orlandi (2015, p. 18) afirma que “a história é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso. E, aliás, é pelo discurso que a história não é só evolução, mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução, mas na história.”

Os efeitos dessa história são, no entanto, *apagados* assim como os *efeitos da ideologia*, mas nem por isso deixam de estarem presentes.

A Análise de Discurso se situa em terreno movediço, na provisoriedade, em que somos instados a interpretar, embora os sentidos pareçam estar já sempre lá. Ao refletir sobre a etimologia da palavra discurso, Orlandi (2015, p. 13) afirma que essa palavra “tem em si a ideia de *curso*, de *percurso*, de *correr por*, de *movimento*”. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática de linguagem na qual se observa o homem falando, não há estabilização, e, portanto, fala-se em *efeitos de sentido*.

Nessa direção, Pêcheux (2014) contribui com nossas reflexões ao afirmar que os objetos ideológicos não podem receber o *status* de objetos lógicos e formais (se considerarmos a lógica aqui como uma disciplina de comunicação unívoca). Esses objetos apenas existem como relações de força historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem. Assim, podemos dizer que, se os processos discursivos são inerentes ao ideológico, eles são também passíveis ao jogo de palavras, ao paradoxo, à mudança metafórica dos sentidos.

Nesse sentido, Orlandi (*apud* Pêcheux, 2014, p.12) afirma “com a leitura de Michel Pêcheux, nós temos um método para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, o mundo. Incômodo. Difícil. Sempre ainda a ser relido. Inacabado”. E é nesse sentido de não limite, de incompletude, de um campo aberto a reflexões, de uma teoria não servil, não pronta, não respondida, não acabada, que pretendemos pensar o funcionamento discursivo da língua em nosso material de linguagem.

1.2 O Funcionamento Ideológico nos Relatos sobre Sinop

[...] A cidade é consequência das discursivizações em torno dela, ela é espaço interpelado e funciona, então, como efeito e como materialização das interpelações que constituem a memória de se dizê-la.

(Olímpia Maluf Souza)

Ao propormos analisar as discursividades sobre Sinop pela teoria da Análise de Discurso (AD), conforme propagada pelos intelectuais franceses da segunda metade do século XX, pretendemos compreender o processo de produção dos sentidos que foram construídos nesse

espaço discursivo norte Mato-Grossense – de floresta densa – mais especificamente onde fora implantado pela colonizadora Sinop S/A, o projeto Núcleo Colonial Celeste (Gleba Celeste), da qual se originou a cidade de Sinop. Nessa direção filiamo-nos aos pressupostos teóricos discursivos conforme Orlandi (*apud* Pêcheux, 2014, p.16, grifos nossos), ao mencionar a importância de pensar as escritas pecheutianas funcionando em outros lugares, afirmando “é este o modo de ler que nos interessa. Ler Michel Pêcheux hoje. E acrescentamos um complicador: hoje, no Brasil. Porque os sentidos em que ele fez, *faz sentidos não é na nossa história lá, mas na nossa história aqui* que se apresenta como relevante”.

Desse modo, interessa-nos compreender como os sentidos foram fazendo-se nesse espaço discursivo da cidade de Sinop – tida como polo regional e colonizada na década de 70. Procuraremos, a partir dos recortes de jornais/revistas, observar *como* os discursos foram produzidos nos primeiros anos de existência dessa cidade, uma vez que havia necessidade de divulgação da mesma, já que o objetivo, tanto da colonizadora privada – a Sinop S/A – quanto do Estado, era o de atrair migrantes de outras regiões brasileiras para povoar o norte Mato-grossense, que até então era significado como *espaços vazios*¹.

A respeito da definição da região norte Mato-Grossense enquanto *espaços vazios*, julgamos relevante estabelecer relação com os estudos de Antenor Nascentes (1922;1953), Celso Cunha e Lindley Cintra (1985 *apud* Almeida, 2008) ao referir sobre a língua falada na fronteira Brasil/Bolívia como sendo a língua do *território incaracterístico*, devido ao ‘quase’ despovoamento desse espaço. Nesse sentido, Almeida (2008) afirma:

O gesto de Nascentes apaga a relação língua/sujeito/história e, ao mesmo tempo, significa os sentidos de uma história interdita da língua [...]. São incaracterísticos não só a língua, mas também o sujeito que a fala e a história que os determina [língua e sujeito]. [...] *Território Incaracterístico* – refere-se ao fato de pressupor uma região quase despovoada, portanto, no que concerne à língua, pouco expressiva para ser catalogada ao lado de outras línguas do contexto nacional (Almeida, 2008, p. 54-56, grifos da autora).

Assim, ao tomarmos como material de leitura os relatos que circularam na mídia sobre a colonização/ocupação da cidade de Sinop nas décadas de 70 e 80, observamos igualmente essa interdição da história de muitos sujeitos que habitavam a região em anos anteriores à fundação da cidade.

¹ Expressão utilizada nos discursos do governo na década de 70 para referir-se a Amazônia brasileira enquanto lugar ‘desabitado’ e, assim, justificar o sentido de povoá-la, ignorando os povos que já ocupavam a região, como ribeirinhos, indígenas, seringueiros.

Nesse aspecto, temos os *relatos sobre a colonização* como referenciais importantes no processo de constituição de um discurso *sobre* a cidade de Sinop. Cabe, entretanto, considerar que esses relatos, ao serem tomados enquanto *textos*, não se resumem em uma unidade significativa pronta e acabada, mas, sobretudo, em um espaço discursivo fragmentado de sentidos, logo, um espaço significado pela sua incompletude constitutiva. Portanto, compreender os sentidos materializados nos relatos, implica em reconhecê-los enquanto formulações linguísticas e históricas, e, assim, refletir sobre as discursividades que os constituem.

A cidade de Sinop configura-se discursivamente como espaço de materialização de um discurso desenvolvimentista, pelo efeito de *Progresso e Trabalho*, a que o projeto colonizador da Sinop S/A foi compreendido, logo, no interior de uma formação social mais ampla – a capitalista. Portanto, tomar os relatos midiáticos impressos enquanto *corpus* de análise não significa posicionarmos nos limites desses dizeres, visto que estes dizeres poderiam ser também outros, e assim significarem de outras formas em outros contextos e situações.

Pensando nessa direção, destacamos a importância da ideologia enquanto responsável por produzir os *efeitos de evidência* e de *unidade*, naturalizando os sentidos. Assim, utilizando-se do *já dito* e apagando a história, os sentidos vão se instalando na sociedade e vão sendo percebidos, e apropriados em dizeres no intradiscurso, como naturais. Orlandi (1994, p.10) considera “ocorre uma *simulação* – e não ocultação de conteúdos – em que são construídas transparências – como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas”.

Essa determinação histórica faz com que os sentidos sejam interpretados numa determinada direção – *em seus mecanismos imaginários* – e não em outra. Esses mecanismos imaginários, por sua vez, refletem as diferentes formações discursivas às quais os sujeitos se identificam às quais se encontram determinados pelas/nas tramas das formações ideológicas.

Portanto, ao refletirmos sobre os sentidos produzidos pelos *relatos que circularam na mídia impressa* e que dizem respeito ao processo colonizatório da cidade de Sinop – na década de 70 – bem como, nos primeiros anos após sua fundação – década de 80 – tentaremos compreender como os discursos foram construídos e como significam, na medida em que homogeneizam os sentidos da cidade, enquanto *lugar próspero*, de *felicidade*, de *conquistas*, de *poderio econômico*, de *trabalho árduo/compensador*, silenciando, ao mesmo tempo os sentidos de fracasso, e criando para Sinop o estereótipo de cidade progressista.

Nesse aspecto, vale destacar ainda, que o discurso circulado pela mídia impressa (que tinha como finalidade dizer *sobre* a cidade de Sinop em seus anos iniciais) se deu, em grande parte, através de uma discursividade romantizada do espaço, por meio de um discurso idealista, que ora se apresentava como do lugar do utópico/ufanista e ora do lugar do heroico.

A Amazônia, por exemplo, região na qual os projetos de colonização estavam se efetivando – era tomada pelo discurso jornalístico enquanto lugar *inóspito e selvagem*, conforme já discursivizado na literatura ficcional de Alberto Rangel, em sua obra intitulada *Inferno Verde* (1908). Essas representações imaginárias construídas para a Amazônia, no entanto, contribuíram para enaltecer a imagem do colonizador enquanto o *braço forte*, aquele capaz de superar/controlar as adversidades do meio e *domar/dominar* a natureza. A metáfora da cidade *plantada* ao invés de *fundada* ou *colonizada* aponta para um discurso naturalista da colonização, ao lado de *epítetos*, cujas formulações engrandeciam ainda mais os sentidos para Sinop: “*Gleba Celeste: o Eldorado na Amazônia*”, “*Sinop: Epopeia na Selva*”, ou ainda “*Sinop: Metrópole na Selva*”.

De acordo com Silva (2012) os epítetos funcionam enquanto expressões que se juntam a um nome com o fim de ampliá-lo, quantificá-lo, qualificá-lo ou restringi-lo. Assim, eles podem determinar com maior precisão um substantivo, podem funcionar como um atributo, como adjetivo-predicativo do sujeito ou como nome-predicativo do sujeito. No entanto, “essa relação semântica entre o adjetivo e o nome ao qual ele está ligado pode ter um caráter enunciativo que *ultrapassa o sentido próprio do nome* ou pode exprimir um sentido que *lhe é inerente*” (idem, 2012, p.42, grifos nossos).

Não podemos, portanto, tomar os epítetos como termos que significam como *complemento* em relação ao nome a que estão ligados uma vez que eles não funcionam como secundários no processo de significação, como se as coisas fossem inicialmente identificadas pelo nome e, posteriormente, qualificadas. Muitas vezes, são os epítetos, que nos fazem (re)descobrir os valores identitários dos objetos, dando-lhes distinção.

De acordo com Aristóteles (*apud* Silva, 2012, p.40) “o epíteto pertence manifestadamente à poesia, e o seu uso em prosa deve ser feito com moderação, porque sua frequência marca o discurso poético, e falar poeticamente na prosa pode tornar o estilo inconveniente, obscuro e até ridículo”. No que refere aos relatos jornalísticos que recortamos para análise neste trabalho, observamos que a linguagem romantizada/poética se fazia presente na caracterização tanto do espaço quanto do colonizador.

Nessa direção, tomamos os epítetos, assim como *os títulos sedutores das reportagens impressas* enquanto práticas discursivas e materialidade de linguagem que faziam significar as relações distintas entre os sentidos de uma cidade *plantada* e uma cidade *fundada*.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 158) “os elementos de uma sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente”. Assim, podemos considerar que as construções com epítetos, são, segundo Orlandi (2004), formas sintáticas que se dão sob a forma de ‘pré-construídos’. Esse conceito, introduzido na Análise do Discurso por Paul Henry designa aquilo que remete a uma construção anterior, um já-dito. De acordo com Pêcheux (2014a) o pré-construído corresponde a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado.

Assim, ao trabalharmos com a teoria da Análise de Discurso de linha Francesa, procuraremos mobilizar – pelo funcionamento discursivo da língua – os conceitos de *memória* e *interdiscurso* na relação com a *ideologia*.

Nesse aspecto, julgamos relevante compreender a partir de nosso material de leitura, o assujeitamento que se realiza sob a forma da autonomia do Estado. De acordo com Haroche (*apud* Orlandi 2015):

A forma-sujeito religiosa, característica da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da moderna forma-sujeito jurídica. Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. (Haroche, *apud* Orlandi, 2015, p. 48-49)

Ao refletirmos sobre nosso material, observamos a *forma-sujeito capitalista* sendo atravessada pela *forma sujeito-religiosa*, ou seja, nos discursos que remetem ao processo de fundação e ocupação da cidade de Sinop, temos a mesclagem dos conceitos de *trabalho* (como sinônimo de dignidade) e da *crença* (fé em Deus) como sustentação para o discurso do Progresso. Isso figurava-se como aparato indispensável para que a (re)ocupação do espaço se desse de forma pacífica, ordeira e disciplinada.

Assim, a partir de uma submissão menos visível, na medida em que procurava significar o

sujeito do capitalismo como àquele dotado de autonomia e de liberdade individual, os colonos migrantes encontravam-se assujeitados aos poderosos tentáculos do Estado e da Igreja. Nesse sentido, Orlandi (2015, p.49), afirma que o processo de individuação do sujeito pelo Estado “é fundamental no capitalismo para que se possa governar”. Ainda de acordo com a autora:

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. (Orlandi, 2015, p. 49)

Nesse aspecto, julgamos relevante mencionar o papel exercido pela mídia jornalística impressa na propagação/circulação de certos valores e condutas, o que levava muitos sujeitos/migrantes a se filiarem, a se identificarem inconscientemente com a ideologia da classe dominante (ainda que não pertencesse a ela), e desse modo, reproduzindo tais valores ou conceitos morais. Nesse sentido, é pertinente pensar o funcionamento da sociedade capitalista enquanto tal, uma vez que o próprio sistema capitalista ao tomar o trabalhador enquanto produto comercializável atesta as diferenças e os valores da classe dominante.

Ao retomar as ideias de Marx, a partir das leituras de Althusser (1996), podemos compreender que, o capitalismo divide a sociedade em duas classes: a classe burguesa (detentora dos meios de produção) e a classe proletária ou trabalhadora (a qual não detendo os meios de produção, precisa vender a sua força de trabalho). Essa relação é assegurada pela exploração da força de trabalho, *uma espécie de mercadoria que é comprada, vendida e disputada pelo melhor/menor preço, segundo as leis do mercado financeiro*. Assim, o possuidor dos meios de produção, adquire o que Marx chamou de *mais-valia*, o excedente, o lucro. Enquanto o operário, não tem como produzir, nem reproduzir o lucro, uma vez que não possui os meios de produção. Com isto o capitalismo força ou promove a separação da força de trabalho dos meios de produção, algo extremamente importante para a classe dominante se manter como tal.

Nesse sentido, Pêcheux (2010b, p.244) afirma “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se exprime por sua identificação com a formação discursiva que o domina, onde ele se encontra “encravado” na condição de sujeito” e, assim, o autor nos propõe a refletir sobre a luta de classes em sua relação com o Estado, fazendo com que, “do interior das práticas do movimento operário, se ouvisse (escutasse/entendesse) em que medida as evidências e as injunções da

Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer” (2014, p.273). Portanto, ao refletirmos sobre o processo de fundação e (re)ocupação da cidade de Sinop buscaremos compreender como a mídia jornalística impressa, enquanto efeito do trabalho ideológico, atuou no sentido de apagar determinados sujeitos/sentidos, enaltecendo sentidos outros, a partir de discursos coletivizados, homogeneizantes.

1.3 O Sentido é um Sempre *Já-lá*: Consideração sobre a Memória Discursiva

[...] *Nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.*
Pêcheux

Ao trazermos os conceitos de *memória discursiva* ou *interdiscurso* partimos do pressuposto defendido pela Análise do Discurso, corrente à qual nos filiamos – de que toda produção discursiva consiste num trabalho de (re)produção e (re)atualização de dizeres, tendo em vista que o sujeito não é dono do seu dizer e que o sentido é um sempre *já-lá*. Assim, compreendemos que todo discurso (re)surge a partir de dizeres, formulações materializadas em um contexto linguístico/enunciativo/histórico, cuja espessura, exterior, histórica, mobiliza-se nos entornos da memória.

Nesse sentido, Orlandi (2015, p.8) afirma que “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” A autora ainda nos diz que os discursos produzidos em contextos específicos fixam-se como memória por meio da repetição, nas práticas discursivas, realizadas por grupos e instituições sociais, no entanto, a memória ao ser deslocada pelo esquecimento permite uma grande mobilidade de novos sentidos e, conseqüentemente, de (re)definições dos sentidos, apontando para o fato de que todo dizer se constrói sobre um *já dito*, logo:

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Assim, é pela *memória discursiva* que o discurso vai se constituindo, funcionando pelo

esquecimento ou pelo *dever de lembrar* (Orlandi, 2003). Esse *dever de lembrar* por sua vez, se caracteriza, segundo a autora, como *arquivo* ou *memória institucionalizada*. Ou seja, há um efeito de fechamento, de estabilização de sentidos que se fixam sobre aquilo que pode, ou melhor, que *deve ser dito*. Na perspectiva pecheutiana é possível imaginar o arquivo como lugar documental, lugar no qual se encontram documentos a serem lidos, *documentos que clamam por gestos de leitura*. De acordo com o autor (2010, p.51), o arquivo “é entendido, no sentido amplo, como ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”.

É importante ressaltar, que o arquivo do qual falamos, não se trata de algo físico, palpável, concreto, mas, sobretudo, como constituinte daquilo que não é constante, fixo, estável. Assim, ao pensarmos no discurso jornalístico circulado no período da colonização, é possível perceber certas irrupções que acontecem na língua(gem), pelos efeitos de esquecimento e permanência. Se por um lado temos o arquivo documental/testemunhal – significado pelo jornalismo-instituição, que alimenta a ilusão de literalidade, de transparência da linguagem, pelo ‘dever de informar’, por outro lado, temos na materialidade circulada – nos epítetos que significam a cidade – dizeres que remontam ao interdiscurso, ou seja, ao funcionamento da memória.

No que refere à memória institucionalizada, ou *memória de arquivo*, Zoppi-Fontana (2004, p.97) contribui como nossas reflexões ao afirmar que esta “estrutura-se pelo não esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude”. Nesse sentido, ao observarmos os discursos midiáticos impressos que narram às efemérides da colonização da cidade de Sinop, percebemos que há uma tentativa de congelamento e naturalização dos sentidos, uma vez que precisava criar um *imaginário positivo* para a cidade recém-inaugurada. Compreendemos por *imaginário positivo* o mecanismo de *dizer otimistamente sobre o espaço* de tal modo que, esse discurso se tornasse homogeneizante/de ampla circulação, ou seja, buscava-se criar com palavras uma *cara* para esta cidade que estava surgindo. Conforme nos aponta Mariani (1996, p.116) “o poder não apenas proíbe e pune, mas também *faz agir e falar*”, assim, a partir do mecanismo da *antecipação*, que segundo Orlandi (2015, p.37) permite ao sujeito “a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras”, procurava-se (re)construir dizeres que fossem eficazes à exploração das riquezas da Amazônia e, conseqüentemente, a integração dos *espaços vazios* à economia nacional.

Assim, ao mesmo tempo em que os sujeitos e sentidos se estabelecem num espaço móvel e inacabado, eles também se *estabilizam*, se *cristalizam*, *permanecem*, através de efeitos que se

homogeneízam a partir da circulação midiática.

CAPÍTULO II

GLEBA CELESTE: DISCURSIVIDADES SOBRE O *ELDORADO* NA AMAZÔNIA NORTE-MATOGROSSENSE

*“O discurso acabou. A estrada venceu a selva e
levou o Brasil aonde nada existia.
A Amazônia é nossa! Era mato há dois anos.
Selva de pântanos. Hoje o risco da estrada rompe a
floresta amazônica.
Levando a civilização aonde existia silêncio e vazio.
Surgiu, afinal, a conquista exata do grande vale.
Com um atraso de 400 anos!”
(Revista *O Cruzeiro*, 1970, p. 12).*

*[...]
A longa reta em pleno Inferno Verde
Leva à Gleba Celeste
onde despontam
três astros,
três mulheres,
três cidades,
dentro do coração da mata virgem”.
(Jornal *Diário de Notícias* - Cuiabá, 1974).*

Para compreendermos os efeitos de sentidos produzidos pela mídia impressa no período de colonização e ocupação dessa região onde se forma a cidade de Sinop – década de 70/80 – faz-se necessário refletir sobre os aspectos que contribuíram para o processo migratório dessa região. Nesse sentido, vale destacar a importância da *Política de Integração e Ocupação da Amazônia*, através da abertura das rodovias Transamazônica e da Cuiabá-Santarém (BR-163), dos Projetos de Colonização, bem como, dos Incentivos Fiscais fornecidos pelo Governo Federal.

Com o propósito de contextualizar, procuraremos traçar um percurso a fim de contribuir com a percepção dos sentidos produzidos ao longo da história para a Amazônia, pois, segundo ORLANDI, (2015, p. 37) “não há discurso que não se relacione com outros. [...] Todo discurso é visto como um processo discursivo mais amplo, contínuo. [...] Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. Assim, pensar a Amazônia enquanto cenário de um processo migratório intenso – como ocorreu nas décadas de 70/80 – principalmente em virtude da política governamental de integração e ocupação desse espaço, requer pensar como essa floresta foi

vista/designada ao longo da história, para que desse modo, possamos compreender *como* os discursos foram produzidos no período de colonização/ocupação da cidade de Sinop. Nesse aspecto, já nos antecipamos em dizer que a própria literatura brasileira através das obras de Alberto Rangel (1908), Euclides da Cunha (1905) e Alfredo Ladislau (1924), tiveram grande relevância no que diz respeito às *representações* da Amazônia brasileira para outras regiões brasileiras e outras partes do mundo.

Falar em Amazônia aqui é colocar-nos muito além de compreendê-la em sua literalidade enquanto um extenso espaço geográfico coberto pela floresta – relegado ao esquecimento e/ou distante dos interesses privados e do Estado – mas, sobretudo, pensá-la enquanto *espaço imaginário idealizado e (re)criado* – tanto pela literatura como pelo discurso midiático – um lugar cobiçado, gerador de conflitos e de interesses capitalistas. E é a partir desse cenário que *surge* a cidade de Sinop, ora pautada pelo discurso de *Cidade ‘Colonizada’ em Meio a Selva Amazônica*², e, ao mesmo tempo, metaforizada como cidade *‘plantada’* na Amazônia.

Durante muito tempo a região norte Mato-grossense foi significada como *espaços vazios*, desconsiderando-se inclusive a presença dos povos indígenas. Falava-se de uma *floresta virgem*, intocada, não habitada, sem qualquer vestígio de interferência humana. De acordo com Alberto Rangel (1908) tratava-se do *Inferno Verde*. Essa denominação – segundo os jornais impressos que circularam na década de 70 – figurava-se como uma barreira, como demarcação de território, através do *mito* criado pelos portugueses para proteger a região de invasões de outros povos, especialmente holandeses e franceses.

Ao trazermos a literatura aqui, esclarecemos que a tomamos enquanto texto na sua relação com o fora, com o exterior, logo, enquanto *discurso literário*, cujos efeitos poéticos constituem o próprio da língua (Almeida, 2016), ou seja, que vai além da instância criadora. De acordo com Henge (2015, p.06) “a literatura não pode ser encarada à parte do trabalho com o textual, como mero exercício criativo ou fruitivo, mas sim, como *materialidade linguística*, portanto atravessada pela história e ideologicamente determinada”³. Não pretendemos, no entanto, esgotar as possibilidades de leitura desse texto, mas apenas a fazer referências, na medida mesma que tecem

² Expressão comumente utilizada em materiais de linguagem impressos (jornais e revistas) para dizer sobre o processo de fundação da cidade de Sinop na década de 70. Dentre os jornais citamos: *Correio de Imprensa* (Cuiabá, 1974), *Diário de Cuiabá* (1974), *Folha do Norte do Paraná* (Maringá, 1974), *Folha de Londrina* (1974), *O Jornal* (Maringá, 1974), *Revista Manchete* (1975), *Revista O Cruzeiro* (1974), dentre outras.

³ Artigo intitulado *Texto e Interpretação: Aproximações Entre Análise do Discurso e Literatura* publicado na *Revista Interletras*, ISSN Nº 1807-1597. V. 3, Edição número 20, 2015.

uma memória, em dizeres e formulações dadas pelo discurso midiático impresso do período de colonização e ocupação da cidade de Sinop.

Se “a linguagem é o tecido da memória” (Courtine, 2006, p. 10), compreendemos que os sentidos não estão fixados nas palavras, mas são historicamente determinados, estabelecendo relações com outros dizeres. Nesse sentido, o discurso jornalístico impresso circulado na década de 1970/1980 – ao relatar as efemérides da colonização/fundação e ocupação da cidade de Sinop – é marcado pelo atravessamento de uma memória construída pelo discurso literário e pelas políticas de ocupação da Amazônia, conforme o Programa *Marcha para o Oeste*, lançado pelo presidente Vargas.

Em oposição aos sentidos produzidos no epíteto *Inferno Verde*, em 1970, os jornalistas, engajados ao novo discurso da *colonização e integração nacional*, justificam a designação “*Amazônia - Inferno Verde*”, afirmando as terras da Amazônia brasileira como terras férteis e propícias ao cultivo agrícola. No jornal *Correio da Imprensa* circulado em Cuiabá em 19 de setembro de 1974, a reportagem intitulada *Amazônia – A Queda de Um Grande Mito* diz da Amazônia como uma região imprópria para a agricultura, no entanto, logo em seguida, publica outro artigo significando como *Eldorado*, apontando para a contradição discursiva, em relação à ocupação da região amazônica. Vejamos a sequência discursiva, conforme o jornal mencionado anteriormente, significando a Amazônia enquanto lugar inóspito, portanto, como terras ruins para o mercado e de nenhum valor à produção agrícola:

Nas grandes selvas tropicais do mundo, a simples aparência pode nos levar a muitas decepções e a vasta e luxuriante vegetação é apenas uma fachada, uma magnificência exterior a esconder a pobreza. [...] O solo é surpreendentemente deficiente em materiais nutritivos e a sua fertilidade se deteriora tão rapidamente, que após o terreno ter sido limpo e cultivado é geralmente abandonado depois da terceira colheita. Em outras palavras, a selva não poderá nunca ser desbravada a fim de suportar grandes populações. (Diário de Cuiabá, 19 de setembro de 1974).

Como já mencionado, ao encontro dessas informações, temos na literatura brasileira, a Amazônia como local de aniquilação/extermínio do homem, conforme o conto *Obstinação (1908)*, da obra *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, em que é possível observar a *relação de força* que se estabelece no confronto entre um *pequeno proprietário de terras* e um *cearense que se torna grande latifundiário após sua chegada à região*. Esse confronto é narrado através de recursos metafóricos retirados da própria floresta, cuja natureza se apresenta como sendo cruel e traiçoeira. É pelo/no embate entre o Apuizeiro (planta parasita) e o Abieiro (árvore parasitada) que o autor faz

denúncias sobre as diferenças sociais e econômicas:

O apuizeiro é um polvo vegetal. Enrola-se ao indivíduo sacrificado, estendendo sobre ele milhares de tentáculos. O polvo de Gilliat dispunha de oito braços e quatrocentas ventosas; os do apuizeiro não se enumeram. [...] E é a luta sem um murmúrio. Começa pela adaptação ao galho atacado de um fio lenhoso, vindo não se sabe donde. Depois, esse filete intumescce, e, avolumado, se põe, por sua vez, a proliferar entre outros. [...] Como um sudário, o apuizeiro envolve um cadáver; o cadáver apodrece, o sudário reverdece imortal. O abieiro teria vida por pouco. Adivinhava-se um esforço de desespero no mísero-enleado, decidido a romper o laço da distrição, mas o manietador parecia fazer-se mais forte, travando com todas as fibras constrictivas o desgraçado organismo, que o arrocho paulatino e inaudito ia estrangulando. [...] A copa de pequenas folhas coriáceas e glabras do abieiro sumia-se, quase, na larga folharia da parasita monstruosa. **Representava, na verdade, esse duelo vegetal, espetáculo perfeitamente humano. Roberto, o potentado, era um apuizeiro social...** (RANGEL *apud* PAIVA, 2011, p.07, grifos nossos)

Trata-se de uma narrativa de cunho naturalista na qual a floresta está imbricada ao destino dos homens e a *terra não se apresenta como sinônimo de um bem social*, estando representada pela ótica do capitalismo, ou seja, como reserva de valor. Assim, também no processo de ocupação do norte de Mato Grosso, ao lançarmos olhares para a colonização da cidade de Sinop é possível asseverar que o processo migratório se deu principalmente por colonos sulistas – aqueles que já possuíam algum capital, proprietários de terras ou empresários que deslocavam-se de seus lugares de origem em busca da *Terra Prometida*, do *Eldorado* de terras férteis e clima propício ao cultivo agrícola. Semelhante ao conto *Obstinação*, a terra era tida como mercadoria e através da parceria entre Estado e empresas privadas, ela já se encontrava destinada *a alguém de considerável poder aquisitivo*, capaz de investir no local e fazer a região prosperar. De acordo com Guimarães Neto (1986) o comandante ideal para realizar a obra da colonização era o migrante do Sul, imaginariamente representado como o homem forte, trabalhador e disciplinado.

Nas reportagens jornalísticas impressas que tomamos como material de linguagem a ser analisado neste trabalho, a natureza é representada como *lugar selvagem*, como *floresta bravia* a ser conquistada pelo homem. E nessa conjuntura surge a imagem do *bandeirante moderno*. Dizer desse *bandeirante*, portanto, significava atribuir a ele características de herói, de homem honesto e experiente, uma vez que ele seria o responsável pela conquista da Amazônia, fundando cidades e trazendo o Progresso, o que implicava em dizer também *sobre* esse espaço como um lugar que precisava ser *desbravado/domado*. Essa construção imaginária, no entanto, não fora criada pelo Estado Novo (1945), nem pelo presidente Médici (1970), e nem tampouco pelos redatores dos

jornais impressos, mas pela literatura ficcional.

O último conto da obra de Rangel intitulado *Inferno Verde*, que inclusive é o nome dado ao livro, trata-se da história de um engenheiro que é mandado pelo governo local à Amazônia a fim de fazer demarcações de terras. Toda história é narrada de modo que a natureza sufoca e amedronta o engenheiro. O desfecho do conto se dá com a morte do mesmo, que ao ser picado pelo mosquito transmissor da malária, em meio ao calor e umidade da floresta, passa a ter alucinações e agravamento do quadro febril. Assim, em meio ao delírio e a revolta que o acometia, suas últimas palavras foram ofensivas e destinadas à caracterização da Amazônia: *Inferno...Inferno Verde!* O interessante é que pós a morte do engenheiro quem passa a ter voz no conto é a própria natureza, condenando assim o migrante, o estrangeiro que estava lá apenas para usufruir de suas riquezas.

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras d'onde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto à violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, se é a gehena de torturas, é a mansão de uma esperança: **sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização** (Rangel, 2008, p. 163, grifos nossos).

Observamos no excerto – o uso da formulação *terra prometida* que viria, posteriormente, nas décadas de 70/80, (re)significar-se nos argumentos da Colonizadora Sinop a fim de atrair os migrantes sulistas à região. Ainda, as expressões *raças superiores [...] providas de dinheiro, assentar no meu seio a definitiva obra de civilização* são representativas do modelo adotado para a ocupação da Amazônia. Ou seja, o governo ao incentivar a colonização privada, impunha um modo *controlado* de colonizar, *seleccionando* os colonos considerados *aptos* a desbravar o espaço, e assim, gerar riquezas. Observamos então, que há um entrelaçamento entre a literatura e as formulações produzidas pela mídia impressa, funcionando por meio da repetição, pelo *interdiscurso*. Henge (2015) busca aproximar a Análise de Discurso e a Literatura através da *noção de texto*, tornando, especificamente, como objeto, o *discurso literário*. A autora afirma que o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso permite que “se observe as condições de produção de escrita e leitura dos textos, como crucial para a interpretação do literário (como tal). O texto literário assim o é, quando se constitui *materialidade do discurso literário*, um efeito de sentidos que emerge como Literatura.” E acrescenta que “isto pode ser dimensionado pelo movimento de *um texto que emerge como relato de cunho puramente político e econômico, mas*

que se historiciza como literário também” (idem, p.08). Desse modo, entendemos que, no caso das reportagens circuladas nos jornais sobre o processo de colonização e fundação da cidade de Sinop, os discursos valem-se de formulações já utilizadas pela literatura, ou seja, ocorre um processo inverso, *o texto literário é que se historiciza como relatos de cunho político e econômico*.

Ao prefaciar o livro de Rangel, Euclides da Cunha (reconhecido escritor da literatura modernista e pré-modernista) afirma que “nenhum botânico ou sociólogo seriam capazes de descrever aquele quadro ambiental, a Amazônia, de forma tão viva quanto Rangel, e trazendo o elemento humano como ator agonizante *entre as magias daqueles cenários vivos*”. (Voigt-Leandro, 2009, p.11, grifos nossos). Observamos que o discurso jornalístico de 1970 ao fazer referência à fundação da cidade de Sinop em meio à floresta Amazônica, também descreve esse *cenário* de forma *viva*, ou seja, o espaço/a natureza era determinante nas relações que se estabeleceram na floresta. Ainda de acordo com Voigt-Leandro (2009) outro ponto que chama atenção na obra de Rangel é a *crítica voraz à exploração da terra pelos migrantes de outras regiões*, afirmando que o modo agressivo de agir da natureza é a resposta a não aceitação desse migrante, que é tido como intruso – usurpador das riquezas da Amazônia:

O narrador Rangeliano esclarece que o “paraíso amazônico” somente existiu para o verdadeiro habitante daquela “pátria”. A destruição do Eldorado ocorreu em virtude da avidez do “branco”, explorador moderno. Contra seu impulso violento, desde então, a terra reage violentamente. Essa **sanha dos audaciosos aventureiros** desperta a parte infernal daquele lócus. Dasapropriar o nativo e ferir a floresta em busca de posses e tesouros são formas de destruir a harmonia de um Éden sonhado. (Voigt-Leandro, 2009, p.12, grifos nossos)

No período em que os contos foram escritos, porém, ainda não havia projetos de colonização para a Amazônia, logo, essa *sanha dos audaciosos* não se tratava da exploração da terra com fins de *ocupação*, mas, sobretudo, de uma crítica direcionada àqueles que não tinham objetivo de se fixar na região, a exemplo: os seringueiros, uma vez que a extração do látex para a produção da borracha era uma atividade bastante intensa na época em que Rangel lançava sua obra literária.

Althusser (1996) ao considerar os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) *como o resultado de uma intensa e contínua luta de classes que leva ao domínio do Estado* destaca a presença do *AIE cultural*, que seria representado pela *literatura, artes e esportes*. Ainda de acordo com o autor (1996, p.47) “os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam de um modo massivamente*

prevalente pela ideologia”. Nesse sentido, a língua, que pelas obras literárias, retratou a Amazônia, criando representações imaginárias para este espaço, funcionou como propagadora da ideologia capitalista na década de 70/80.

Assim, pensamos a mídia enquanto responsável por moldar e construir sentidos sobre os acontecimentos que noticiam o que faz com que tanto os jornais quanto as notícias sejam tomados como uma mercadoria. De acordo com Cyrre (2013, p. 43-44):

Essa metáfora foi formulada com base no conceito marxista de fetichismo da mercadoria, o qual afirma que toda mercadoria esconde, em sua aparência sedutora, as relações sociais de produção e o sofrimento dos próprios produtores dessa mercadoria (os trabalhadores e sua alienação no processo de produção) e esse conjunto são fatores da essência da sociedade capitalista. [...] A produção da notícia, enquanto mercadoria que precisa ser vendida e, portanto, atender aos desejos do público-consumidor-leitor, decide a direção dos sentidos que evocará.

Dessa forma, ao relatar o processo de (re)ocupação da cidade Sinopense, pensamos a mídia jornalística impressa enquanto mecanismo de dominação ideológica (AIE), em que força-se a “adesão” da sociedade à tese da ideologia dominante. Nesse sentido, não apenas as representações imaginárias criadas para a Amazônia através da literatura, mas o próprio discurso jornalístico ao se apropriar dos dizeres literários funciona como AIE. Entendemos ainda, que os gestos de produção das notícias pela imprensa, na sociedade capitalista e neoliberal, pertencem à esfera da indústria cultural, assim, desde o modo como são produzidas as notícias até o teor do discurso jornalístico passam a ser importantes difusores ideológicos, ou conforme nos aponta Orlandi (apud Cyrre, 2013, p.44) “a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para mobilizá-la”.

Destacamos que, para muito além de ser apenas um espaço coberto pela floresta, a Amazônia significou como um *espaço discursivo*, como símbolo cultural de esperança ou desilusão. Essas posições ideológicas povoaram a visão sobre a floresta, sobre a Amazônia. Desse modo, ao construir no imaginário social determinados conceitos/valores/definições para a floresta, entendemos a literatura enquanto um elemento pertencente aos AIE.

Falar da cidade de Sinop, portanto, requer pensá-la enquanto parte constituinte desse projeto maior que consiste na almejada integração da Amazônia à economia Nacional – interesse tanto do Estado quanto dos grandes empresários sulistas (proprietários das colonizadoras privadas). Desse modo, a cidade precisava ser mostrada, propagada, divulgada, visibilizada, e isso se deu de forma bastante intensa pelos jornais impressos da época.

Desse modo, a partir de Pitombo-Oliveira (2007), tomamos os termos *desestabilização* e *desnaturalização*, para referirmo-nos à forma como se deu o processo de colonização/ ocupação da cidade de Sinop, uma vez que passamos a refletir sobre o discurso midiático enquanto um grande responsável por promover o grande deslocamento da população do Sul do país para o estado de Mato Grosso – tido até então como espaço *periférico*⁴ – em uma grande quantidade de migrantes. De acordo com a autora:

O Estado de Mato Grosso passou por um processo migratório que instaurou uma **nova discursividade no país** e, principalmente, no discurso estadual mato-grossense, que se vê frente a um turbilhão de novos sentidos que se encontram, se chocam, se deslocam; provocando uma reorganização discursiva que foge do *até então* e gera conflitos, dúvidas e embates. (Pitombo-Oliveira, 2007, p.5-6).

Passamos a refletir então, sobre o que levaria os sulistas – catarinenses, paranaenses, rio-grandenses – moradores de estados economicamente consolidados e em pleno desenvolvimento, tidos como *não periféricos*, a deslocar-se para o norte de Mato Grosso a fim de desbravar terras desconhecidas em meio à floresta amazônica.

Em fins da década de 60 e início de 70, o governo federal lançou mão de uma série de estratégias para ocupar esses espaços chamados *vazios*. Nesse cenário, o bombardeio midiático teve grande relevância no processo de colonização de inúmeras cidades no norte de Mato Grosso. Através do mito do *Eldorado* propagava-se a fertilidade do solo, a riqueza da floresta, bem como, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Também enaltecia-se o *trabalho de seriedade* exercido pelas colonizadoras privadas, no caso da SINOP S/A, uma das estratégias era dizer da *vasta experiência em colonizar*, visto que esta empresa já havia fundado várias cidades no estado do Paraná.

O discurso governamental, assim como a mídia jornalística impressa, apropriou-se dos dizeres literários, reformulando-os a fim de imprimir um novo olhar à região. Ao contrário do panorama apresentado por Rangel, nos textos jornalísticos circulados na década de 70 – que tinham como objetivo divulgar as terras e o processo de colonização da região norte Mato-grossense – o foco era justamente o de *desconstruir* o mito do *Inferno Verde*, mostrando assim, uma Amazônia apropriada/ideal para abrigar os migrantes.

Atentamo-nos, porém, para o fato de que isso aconteceu muitas vezes de forma

⁴ Termo utilizado por Pitombo-Oliveira (2007) para designar como o estado de Mato Grosso era interpretado pela população brasileira, bem como, pelos próprios habitantes da região.

contraditória. Dizer da Amazônia enquanto *lugar ideal* para o migrante implicava em convencê-lo por meio do discurso de *terras férteis, riqueza da fauna, exuberância da flora*, além de mencionar sobre a *infraestrutura* (pista de pouso para aviões de pequeno porte, escolas, comércios, postos de saúde) e *apoio técnico* fornecido pela Colonizadora SINOP. Por outro lado, esse discurso era negado quando se tentava evidenciar a *coragem, a audácia, o heroísmo e o pioneirismo* dos colonizadores, pois nesse caso, a Amazônia continuava sendo descrita como um lugar selvagem e de difícil acesso.

Até há pouco tempo, a Amazônia era apenas aquela imensa região que raramente vinha para o noticiário. A impressão que se tinha era de que, mesmo dentro de sua fabulosa natureza, às vezes impenetrável, nada acontecia ali que pudesse repercutir fora de seus limites. A imaginação, à distância, nos levava tão somente ao Rio-Mar, à floresta, aos índios, à população ribeirinha, à luta pela sobrevivência. Parecia uma região relegada ao esquecimento, apesar da cobiça que despertavam suas riquezas imensuráveis. **A Amazônia era bem a imagem de alguém à espera de alguma coisa.** (*O Jornal* - Maringá, 14 de dezembro de 1972, grifos nossos)

Dizer da Amazônia como *alguém à espera de alguma coisa* é personificá-la, como que trazendo à tona o *desejo de colonização* como algo inerente a ela mesma. Ou seja, é ela, a própria natureza que *implorava* por ser ocupada, e dessa forma, *silenciava-se* a vontade humana de explorar o espaço. De acordo com Andrade (2009, p. 07), *pesava sobre a Amazônia uma fatalidade histórica: era uma Canaan que ainda esperava seu povo...* Quando posto em relação com *O Jornal* de Maringá (1972) temos: *a Amazônia era bem a imagem de alguém à espera de alguma coisa*, observamos, pois, uma repetição que se atualiza nas formulações. Ambos os enunciados colocam a Amazônia como desejosa de receber os migrantes, ou seja, ser habitada, colonizada, funcionando como estratégia perfeita para atender a *vontade* da própria Amazônia, e não do homem.

No que diz respeito às condições climáticas e do solo, a mídia também não poupou argumentos que abrilhantavam os olhares dos sulistas. Dadas as condições materiais de produção em que viviam esses colonos no Sul do país, os jornais utilizavam como estratégia *justamente investir naquilo que lhes faltava*, então propagavam formulações como: *Aqui, não há seca, nem geada, portanto, planta-se de tudo.*

Dizer da Amazônia enquanto *Inferno* era contrapor-se ao discurso do *Eldorado* que surgiu no período do Estado Novo (1937-1945), de quando Getúlio Vargas lançou o projeto *Marcha para*

o Oeste com o objetivo de ocupação e integração da Amazônia. O conceito de *Eldorado*, no entanto, já havia sido utilizado antes do governo Vargas, quando os bandeirantes permearam o espaço amazonense em busca de ouro e pedras preciosas. Posteriormente, a designação/o nome ‘ressurge’ no cenário brasileiro, na década de 70, como forma de atrair migrantes à região norte Mato-grossense. Desse modo, entendemos que as *condições de produção do discurso* são fundamentais para a compreensão dos sentidos que foram atribuídos ao espaço no período de colonização. Para Orlandi (2015, p.30) “as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a maneira como a memória aciona, as faz valer”, acrescentando ainda que elas podem ser consideradas em “sentido estrito, definido como sendo o contexto imediato das circunstâncias da formulação”, e em sentido amplo que “inclui o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Pensando nas condições de produção em nosso trabalho, consideramos como contexto imediato, ou seja, em sentido estrito, *os sujeitos migrantes, o espaço discursivo norte Mato-Grossense* onde estava sendo ‘plantada’ a cidade de Sinop (Amazônia/Floresta densa), *o momento em que ocorre a ocupação do território* (década de 70/80) e *os jornais impressos* (onde os textos circularam). Ainda, as *políticas adotadas pelo Estado*, no modo como estabeleceu critérios para o processo de colonização, migração e conseqüentemente integração da economia brasileira naquele momento. O contexto amplo, histórico, sustenta-se como posição ideológica, conforme presente na imprensa em circulação à época, nas políticas de Estado, no gesto de êxodo e ocupação da Amazônia.

Pêcheux (2010b) ao buscar compreender as condições (históricas) da produção e circulação de um discurso, afirma que é no momento em que a língua se oferece ao equívoco que os gestos ideológicos de produção de sentidos transbordam. Nesse sentido, tomar a Amazônia enquanto *Inferno* é considerá-la em condições de produção diferentes do discurso que a toma como *Eldorado*, pensando-a como espaço de colonização. A primeira é representativa do *abandono* do poder central, funcionando como denúncia e manifestação do descontentamento devido à ‘ausência dos projetos de colonização’ e a presença da malária. Enquanto a segunda representava justamente o inverso, era utilizada para que houvesse a ‘concretização dos projetos de colonização’, ou seja, funciona como parte constituinte de um discurso idealista de colonização, pelo enaltecimento da região para fins ocupacionais. Em vista disso, atentamo-nos para o fato de que nas duas situações mencionadas, embora as expressões *Inferno* e *Eldorado* sejam opostas/contraditórias e tenham sido

utilizadas em condições de produção distintas, elas convergem para o mesmo ponto: *o interesse econômico de ocupar/explorar o espaço*.

A análise das condições de produção, inscrita na constituição do que é dito – circulado na mídia, é determinante para a compreensão do discurso. O lugar de onde se fala é regulador de sentidos. No caso da mídia impressa, representada pelos relatos que dizem sobre Sinop, há que se considerar que há uma memória que se ancora no ideal em que a essência do jornalismo é a (in)formação (formação prévia): o dever de informar e o direito que os cidadãos têm de ser informados. Nesse sentido, Nunes (2012, p.33) contribui com nossas reflexões ao dizer da noção de informação enquanto uma relação de excesso-falta:

[...] Num enunciado como “temos que nos informar!” ressoa o discurso do excesso materializado na diversidade de domínios a ela relacionados, tais como: era da informação, história da informação, ciência da informação, teoria da informação, sociedade da informação. [...] O excesso de determinativos para a noção de informação instaura a sua forma mutante, ou seja, o excesso irrompe no discurso da falta, num funcionamento equívoco. Como dissemos, esse funcionamento equívoco é constituído na relação excesso-falta e sustenta-se na circularidade, pois o excesso de informações para todos os sujeitos seria necessário visto que a informação faltaria a ele. Pensado de outra forma, sendo a falta (de informações) constitutiva do sujeito seria necessária a produção de informação em larga escala, de diferentes maneiras para “suturar” a falta que constitui o sujeito.

E a partir dessa ‘suposta necessidade de informação’, a autora ainda acrescenta que ao observar o funcionamento da ideologia jurídica em relação ao capitalismo “é possível visualizar uma tensão estruturante que coloca de um lado a universalidade de direito à informação e de outro a própria produção da informação. A todos o direito e a necessidade de se informar e para tanto uma grande quantidade de informação a ser produzida” (idem, p.34). Assim, ao lançarmos olhares sobre a imensa quantidade de publicações que circularam (em jornais diversos) no dia de inauguração da cidade de Sinop, destacamos essa essência do jornalismo enquanto ‘informação’ sustentada a partir do modelo de sociedade capitalista.

Nessa direção, nossas reflexões se fundamentam em uma esfera que entende a mídia como uma instância ideológica. Ela é o lugar da representação de dizeres já constituídos/ de sentidos já postos. Entendemos então, a partir de Orlandi (2001) que devemos silenciar para ouvir, na *condição de produção* do que é dito, o que não está materializado, mas existe no discurso e produz sentidos. Assim, observamos nos gestos de leitura sobre os relatos da colonização de Sinop, sentidos que se apagam e sentidos que se repetem/ que se cristalizam.

Ao tomarmos a mídia enquanto instância ideológica, de antemão justificamos que nossas

reflexões não se restringirão ao “*o que*” a imprensa propaga, pois a atestamos enquanto *efeito* de sentidos produzido por uma classe dominante, ou seja, a mídia se incumbia de propagar os interesses da Colonizadora e do Estado (conforme veremos nos capítulos seguintes). Assim, por não se tratar de uma interpretação semântica dos enunciados focada no conteúdo do que se diz, procuraremos compreender o *como* e o *porquê* as reportagens foram produzidas de tal modo, observando os efeitos de sentidos que emergem das condições desses discursos funcionando pela memória discursiva materializada/atualizada na língua sob o modo da repetição/diferença. Falar em *efeitos de sentidos* requer pensar sujeito e sentido como não dados à priori, mas constituídos no e pelo discurso.

Nessa perspectiva, temos algumas formulações literárias de Rangel, Euclides e Ladislau que funcionaram como ‘efeitos de memória’ nos discursos proferidos por Vargas ao lançar o *Marcha para o Oeste*, e que voltaram a significar na década de 70, nos textos jornalísticos, como em impressos de divulgação das terras norte Mato-grossenses feitas pela Colonizadora Sinop. Nesse sentido, Pitombo-Oliveira (2007, p.24) afirma que “a produção discursiva jornalística, representa uma forma de textualização da memória social [...]. Ao transformar determinados acontecimentos históricos em fatos do discurso (ou acontecimentos discursivos) a mídia jornalística intervém na memória social, reforçando sentidos constituídos ou deslocando-os”. Para Pêcheux (2010b, p. 143), a memória é “um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de tecidos de índices legíveis, constituindo um corpus sócio-histórico de traços”, ou ainda, conforme aponta Orlandi (2003), todo dizer se produz sobre um já dito, ou seja, para significar, nossas palavras já fazem sentido.

Nesse aspecto, procuraremos compreender os relatos jornalísticos impressos enquanto textualização de uma memória, e assim refletir sobre os possíveis efeitos de sentido que emergem de tais construções, considerando as formações discursivas atualizadas em outro contexto na língua.

De acordo com Pitombo-Oliveira (2007) a Amazônia sempre esteve atrelada a uma teia de conflitos e controvérsias, uma vez que sempre foi alvo de interesses econômicos nacionais e internacionais. Assim, na década de 60, através do *slogan* ‘Integrar para não entregar’, o governo deveria integrar a Amazônia aos moldes do desenvolvimento econômico brasileiro, a fim de não entregá-la a interesses internacionais e torná-la reserva mundial de valor. Ainda, segundo a autora:

A Região Amazônica continua sendo usada como argumento, agora com um deslocamento de sentidos no slogan “Integrar para não entregar” em que integrar, agora, para o discurso governamental, significa integração aos sentidos da globalização que prioriza questões ambientais e de preservação da floresta Amazônica para continuar tendo aval para empréstimos internacionais e manter a soberania territorial. Assim, o discurso governamental estatal capitalista tem um só objetivo: usar a questão Amazônia para conseguir empréstimos internacionais:

1 - Seja deslocando migrantes para a Amazônia para integrá-la ao desenvolvimento brasileiro na década de 60; 2- Seja filiando-se ao atual discurso ambientalista da globalização de preservação da região, silenciando o povo que a habita e as propostas desenvolvimentistas da década de 60. O governo acompanha os argumentos imediatos da preservação para, no jogo entre o “global” e o “estatal”, manter a soberania. (Pitombo-Oliveira, 2007, p.03-04)

Ao refletir sobre a imagem que se construiu da Amazônia brasileira observamos que a mesma passou de *Eldorado* para *Inferno* (da ação dos bandeirantes que encontraram ouro e pedras preciosas – ao mito produzido pelos portugueses para proteger a região de invasões holandesas e francesas, bem como, pela literatura de Rangel, Euclides e Alfredo), e posteriormente (1937-1945) o *Eldorado* volta a significar, nas palavras de Vargas, com o Projeto *Marcha para Oeste*, sendo retomado nos fins da década de 60 e início de 70 pelo PIN (Plano de Integração Nacional) do governo de Emílio Médici.

Os conceitos de *migrante*, *floresta bravia*, *civilização* e *clima*, desenvolvidos por Euclides, Ladislau e Rangel, por exemplo, foram *reformulados* pelo discurso governamental, bem como, pelos dirigentes da colonizadora Sinop, ao construir as propostas desenvolvimentistas para a região. A conceituação de *fronteira* é também atualizada na relação discursiva entre o Estado e a Amazônia como *lugar a ser conquistado*. Conquista esta que se daria de forma épica, uma vez que, como parte de um projeto ideológico do Estado, a Amazônia representaria os processos discursivos de uma *redenção do bandeirante moderno* no processo de colonização.

Ou seja, à luz de um contexto capitalista e de promessas políticas para a região procurava-se superar o que outrora fora propagado pela literatura. Assim, a terra não mais seria vista como um sorvedouro de vidas, mas como provedora do homem. Buscava-se desfazer o mito do *Inferno Verde*, da Amazônia ilusório-lendária. Se antes a Amazônia era representada tanto como responsável pela prosperidade econômica do homem como por ser seu principal algoz, nos discursos jornalísticos da década de 70/80, porém, prevaleceu a vitória do homem sobre a natureza, ocupando nas narrativas o lugar de herói desbravador.

Esse foi o *cenário* da ocupação da cidade de Sinop nas décadas de 70/80. Enquanto outros projetos de colonização não tinham o mesmo êxito, esvaziavam-se e tentativas de cidades

fracassavam, o apelo aos sentidos da cidade de Sinop, enquanto lugar promissor em meio à selva, pautados em discursos épicos e de cunho naturalista, bem como, enfatizando o amor coletivo, à bravura dos que resistiam, e, em muitos casos às experiências de solidariedade, constituíam pesos na balança, evitando a migração para fora. Atualmente, estes mesmos sentidos são atualizados na língua, em formulações daqueles que tem o poder para de fazerem-se ouvidos.

A cidade de Sinop, no entanto, figura-se como um espaço segmentado, e por vezes negada a grupos sociais menos privilegiados. Assim, o discurso continua a ressoar os sentidos do poder que domina na materialidade linguística. Compreendemos, desse modo, que a existência da cidade como *planejada, limpa, organizada, pertencente a um povo ordeiro e trabalhador* é o resquício de um processo histórico que ainda se revela latente.

Nos próximos capítulos, dedicar-nos-emos a tecer considerações sobre os programas do governo, tais como “Marcha para o Oeste” e “PIN”, visto que constituem as condições de produção que abarcam as relações estabelecidas entre o discurso jornalístico impresso e a colonização da cidade de Sinop.

2.1 Os Sentidos do Movimento *Marcha para o Oeste*: Estratégias para a (Re)ocupação dos ‘Espaços Vazios’

A *Marcha para o Oeste* foi uma política adotada pelo Governo Federal, no período do Estado Novo (1937-1945), que tinha como finalidade a integração econômico-territorial do interior do Brasil. Portanto, o incentivo a marchar rumo ao Oeste brasileiro foi à estratégia adotada por Getúlio Vargas para ocupar os *espaços vazios* e consolidar o desenvolvimento capitalista, integrando, assim, à região aos moldes da economia nacional.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (Vargas, 1938, p.124).

Nesse sentido, o governo adotou algumas medidas que foram relevantes para que o projeto se concretizasse, tal como a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização. Essas ações tinham como propósito convencer os colonos (nordestinos, mineiros, paulistas e sulistas) a migrarem para o Sul de Mato Grosso, Goiás e Amazônia, regiões descritas até então como

desabitadas. Conforme análise de Alcir Lenharo (*apud* Souza, 2004, p.32):

No final da década de 30 o Governo de Vargas assumiu o desafio da redenção dos sertões' e da 'revalorização da Amazônia'. Este empreendimento foi encarado por Vargas como uma 'cruzada nova para a qual convocou as energias nacionais'. A proposta da Marcha para o Oeste' era instalar 'pontos avançados de colonização' dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os 'espaços vazios' do Oeste e da Amazônia, para criar no 'novo espaço' a 'nova ordem social'. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas.

Nos programas de colonização não se levava em consideração que os *espaços vazios* não eram em si 'vazios', ou ainda, como fora denominado por Antenor Nascentes (1922 *apud* Almeida 2008) como *território incarácterístico*, eram, sobretudo, espaços ocupados por indígenas, garimpeiros, posseiros, extrativistas, ribeirinhos e pescadores. Nesse sentido, ao conceituar a Amazônia, Mato Grosso e Goiás como *espaços vazios*, produzindo assim a imagem de lugar *desabitado*, *esquecido*, silencia-se a existência desses povos enquanto parte constituinte desse espaço, ou seja, eles têm sua história apagada dentro do processo de colonização da região. De acordo com Orlandi (2008) este silenciamento é uma das formas eficazes da prática da violência simbólica, no confronto entre as relações de força, no jogo de poder que sustenta diferentes efeitos de sentido.

O movimento *Marcha para o Oeste* foi importante para estabelecer o *novo bandeirismo*, ou seja, os sulistas, nordestinos, paulistas e mineiros, estavam sendo 'convidados' pelas propostas do governo a ocupar o Oeste (o sertão). No entanto, vale ressaltar que, diferentemente do sentido de 'bandeirante' como o viajante explorador de novos lugares, adota-se o termo 'bandeirante moderno' para dizer do colonizador, do fundador de cidades. Nesse sentido, Cassiano Ricardo (*apud* Souza, 2004, p.30) afirma:

E como quem pratica 'atos de bandeirismo' pode ser chamado bandeirante, a palavra 'bandeirante' toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de 'grande empreendedor'; é o que funda cidades, o que atende à voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra (de um foco de propulsão para outro, o de atração), com qualquer um dos objetivos da bandeira.

Assim, a designação dos migrantes estava pautada na retórica da *alma bandeirante* adotada por Vargas no programa *Marcha para o Oeste*. Ao passo que, conquistar a Amazônia configurava-se como um desafio para as forças nacionais, o que Vargas chamou de *imperialismo*

para dentro, uma vez que, a *fronteira econômica* deveria coincidir com a *fronteira política*, integrando assim os *espaços vazios* ao mercado nacional.

Vale destacar que, foi a partir das ideias já difundidas na produção de Rangel, Euclides e Ladislau, que Vargas sistematizou seus argumentos como estratégia de povoamento no período do Estado Novo (1937-1945). A natureza deveria ser ‘domada’ e sua exploração racionalizada, bem como, a ocupação dos *espaços vazios* deveria se dar pelos brasileiros, mais precisamente, pelos nordestinos (citados no conto ‘Terra Imatura’ de Ladislau como ‘raça forte’, pois, ao fugir da seca, eles criaram um novo estado: o Acre). Excluiu-se definitivamente o ‘estrangeiro’ desse processo. Para Andrade (2010, p.459):

O programa de governo “Marcha para o Oeste” continha importantes aspectos simbólicos, pois nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, lançando o programa durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia. O primeiro movimento de ocupação e legitimação de áreas mais afastadas estava sendo feito pelo próprio líder da nação. Ao chegar a estas regiões, o presidente estaria dando o primeiro passo para a ocupação do território.

No entanto, segundo Velho (1976), a *Marcha para o Oeste* serviu para evitar a reforma estrutural do coronelismo nas áreas rurais brasileiras, não lhe parecendo que Vargas a imaginasse como um movimento de massa que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto período de tempo. Ou seja, o programa de governo estaria estruturado como discurso sobre políticas sistemáticas de ocupação.

Em 1940 Getúlio Vargas visitou os estados do Pará e do Amazonas, com os propósitos de legitimar o Estado Novo junto às populações locais. Vale destacar que, a mídia teve relevante participação no que diz respeito à divulgação da visita do presidente. O principal objetivo dos diversos editoriais e reportagens em circulação na época era o de superar a *Amazônia ilusória* e o *Inferno Verde*, afirmando que a região nada tinha sido até aquele momento, além de um lugar lendário e desprezado pela civilização. (Andrade, 2010)

Na década em que se efetiva o primeiro projeto de colonização, ou seja, em 1930, o espaço mato-grossense encontrava-se parcialmente povoado. Na porção Sul, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul (MS), existia certa atividade primária e contava com uma razoável infraestrutura beneficiada pela proximidade com o Sudeste. Já a porção Norte, hoje MT, “era a própria imagem do abandono” (Peripolli, 2002, p. 26). Desse modo, fazia-se necessário adotar discursividades outras para o povoamento das áreas consideradas longínquas e desabitadas,

bem como, para a contenção de conflitos fundiários. Nesse sentido, Peripolli (2002) afirma que, na verdade tratava-se mais de pontos de expulsão do Nordeste e Centro-Sul do que de pontos de atração para o espaço Mato-grossense.

As verdadeiras razões da Marcha para o Oeste, especialmente quanto à criação das colônias agrícolas, eram a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes. (Pessoa, 1999, p.47 *apud* Peripolli, 2002)

De acordo com Siqueira (1990), a *Marcha para o Oeste* visava fixar trabalhadores nacionais em solo mato-grossense, migrantes que fossem, preferencialmente, da região Sul, ‘civilizados’, ‘ordeiros’ e com mentalidade empresarial europeia. No entanto, vale dizer que, as terras ‘doadas’ só teriam título após três anos, caso o proprietário tivesse sucesso no cultivo da mesma e não tivesse infringido as leis. Na maioria dos casos, frente aos inúmeros problemas enfrentados como más colheitas, dívidas com o banco, doenças, etc., os colonos eram obrigados a abandonar as terras e/ou vendê-las aos que tinham maior capital, os ‘bem sucedidos’.

Nesse sentido, os pequenos proprietários – antigos donos de terras que não conseguiram capitalizar-se – passaram a vender sua força de trabalho aos poucos e grandes proprietários, contribuindo para que estes se tornassem cada vez mais ricos. Segundo Ribeiro (1987) chegou-se ao absurdo das colonizadoras venderem por várias vezes a mesma terra. Isso ocorria porque os proprietários (capitalistas dos grandes centros do país) compravam as terras, não para produzir, mas para fazer um investimento de capital. Logo, isso agravava o desemprego dos trabalhadores do campo, que não encontravam outra saída a não ser tomar posse de terras abandonadas para nelas sobreviver com suas famílias. Surgia então, a figura do *posseiro*.

Assim, tanto o período da ditadura do Estado Novo (1937-1945) em que Vargas lança o *Marcha para o Oeste*, quanto o período da ditadura Militar (1964-1985) em que Médici lança o PIN (Plano de Integração Nacional), foi relevante para a atual configuração econômica e social das cidades Mato-grossenses. Esse modelo de ocupação gerou reflexos que ainda hoje se fazem sentir.

2.2 Plano de Integração Nacional (PIN): *Desocupar para Ocupar*

O Plano de Integração Nacional (PIN) foi o arcabouço de toda a estratégia do governo

militar para a ocupação da Amazônia Brasileira. Criado em junho de 1970, pelo Decreto-Lei n.º 1.106, tinha como finalidade o financiamento de obras de infraestrutura, tais como a Rodovia Transamazônica (com mais de 3.000 km de extensão), a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dentre outras que tinham como finalidade promover fluxos migratórios tanto do Nordeste como do Sul para as regiões da Amazônia consideradas distantes e inacessíveis, e, dessa forma, conter conflitos sociais por posse de terra no Centro-Sul. Nesse sentido, temos a assertiva de Souza (2004):

O Programa de Integração Nacional, sancionado em 1970 pelo Presidente da República, Gen. Emílio G. Médici, entre outros motivos, tinha por objetivo esvaziar as tensões existentes na Região Sudeste, Sul e Nordeste, deslocando grandes contingentes de migrantes. Estes foram atraídos pela propaganda de terras férteis, de incentivos fiscais e financeiros, justificada pela suposta necessidade de levar os *homens sem-terra para as terras sem homens*. (Médici) O PIN explicitava uma ambiciosa estratégia geo-econômica da Ditadura Militar: aliviar a pressão demográfica e os conflitos fundiários existentes no Centro-Sul do país. [...] A partir dessa rodovia [Cuiabá-Santarém], chegaram à região, grandes empresários que resolveram aplicar na Amazônia Mato-Grossense seu capital – estes utilizavam incentivos e créditos oficiais com juros baixos – em empreendimentos agrícolas, pecuários, madeireiros e em outros setores da economia.

Assim, inicia-se o processo de ocupação dos chamados *espaços vazios* na Amazônia Legal brasileira. Nesse período, empresas privadas de colonização, dirigidas por grandes empresários, especialmente sulistas, adentraram a mata até então considerada *mata virgem*, fixando-se às margens das rodovias, a fim de atender ao chamamento do governo federal de ocupação e integração da Amazônia. Vale ressaltar, porém, que essa leva de migrantes que se deslocou em busca da *terra prometida*, do tão sonhado *Eldorado*, como propagado na mídia da época pelo Governo Federal e pelos folhetins das colonizadoras, não se fixou de forma *pacífica* no ‘novo território’. Nesse aspecto, Philippsen (2007, p.14) nos diz que “a questão das apropriações de terras nesta região, longe de ser ‘inocente’ e ter propósitos políticos louváveis, trouxe consequências nem sempre disponibilizadas para os leitores da história oficial”, e ainda, complementando a argumentação, a autora cita Souza (2004, p.45) afirmando que “ocorreu também a destruição de matas e cerrados, a expulsão de populações indígenas que viviam nessa região, como as Tribos Kayabi e Paraná, que foram levadas ao Parque Nacional do Xingu pelos irmãos Cláudio e Villas Boas”. Desse modo, entendemos que ‘retirar forçadamente’ os nativos da floresta – das áreas em que seriam implantados os projetos de colonização – e mandá-los a outro lugar, significava

desocupar para ocupar.

Na retórica do discurso militar, no entanto, essa relação *desocupar para ocupar* não era possível, uma vez que segundo esse discurso, as terras da Amazônia eram *desabitadas*, logo os grandes empresários bem como as propostas do Estado, não se fixaram como ‘crueldade’. Ao contrário, o colonizador ficou denominado como o ‘braço forte’, àquele que corajosamente desbravou a traiçoeira floresta e, na busca e exploração de suas imensuráveis riquezas concretizou o ‘sonho da Nação’ de integrar a Amazônia aos moldes da economia nacional.

Portanto, no discurso governamental essa política era justificada no sentido de expandir a fronteira agrícola. Segundo o Ministro de Transportes Andreazza (1981, p. 7):

É no Centro-Oeste que está se processando de forma mais fascinante a interiorização do desenvolvimento brasileiro. Em Mato Grosso assistimos, nos últimos anos, à criação de dezenas de novos municípios e nucleações rurais onde antes não havia mais que a mata bruta. É neste Estado, sem dúvida, que estamos, hoje, forjando um exemplo de cultura e progresso para nosso país.

Em Sinop, além da ocupação do território, os recursos do PIN que foram destinados à construção da Cuiabá-Santarém (BR-163), permitiu que esta rodovia se consolidasse como a maior via de escoamento da produção norte mato-grossense em direção ao porto de Santarém (PA). Assim, a Gleba Celeste (projetada pela Colonizadora SINOP) e que, engloba atualmente os municípios de Cláudia, Vera, Santa Carmem e Sinop estava estrategicamente posicionada, para tornar-se *boca do sertão*⁵.

Assim, as políticas favoráveis à expansão da fronteira foram relevantes para compreender como a cidade de Sinop se organiza no contexto atual. É a partir de um crescimento acelerado em curto espaço de tempo – apenas quatro décadas – que essa cidade alcançou posição de destaque no estado, sendo significada sob o ponto de vista físico-urbanístico, bem como, pelo contingente demográfico, como uma cidade de porte médio na hierarquia da rede urbana estadual.

2.3 Sinop: A Cidade ‘Plantada’ no Coração da Selva Amazônica

A cidade é uma realidade que se impõe com toda a

⁵ Expressão utilizada pelo colonizador Ênio Pipino para designar a Gleba Celeste como local propício ao enriquecimento, tendo em vista seu posicionamento geográfico, ou seja, localizada entre duas frentes econômicas: Cuiabá e Santarém.

sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade.
Eni Orlandi

A história de Sinop iniciou-se em 1970, quando a Colonizadora Sinop S/A, por via aérea, fez o reconhecimento do local para implantação do Núcleo Colonial Celeste (Gleba Celeste). De acordo com Arruda (1997, p. 89):

A área para implantação do projeto de colonização, adquirida inicialmente, correspondia a 199.064,89 ha, correspondendo a 214 lotes por compra do Sr. Martin Jorge Phillip, cujo ponto de referência para delimitação foram marcos dos rios Teles Pires, Caiabi e Tartaruga. Após o sobrevoo sobre a região, foi identificada mais ou menos a área adquirida.

Após esse reconhecimento aéreo, Souza (2004) nos diz que, uma equipe de homens liderada pelo Sr. Ulrich Grabert, membro da direção da empresa, começou os trabalhos de demarcação da área, com tratores e máquinas enviados do Paraná, para a construção de balsas e pontes. Após quarenta dias do início dos trabalhos, instalou-se o primeiro núcleo colonial na Gleba Celeste – a cidade de Vera. E no ano de 1972, iniciou-se a abertura da cidade de Sinop. A partir de então em ritmo acelerado centenas de árvores iam sendo derrubadas em nome do Progresso, com a abertura das ruas, avenidas e estradas vicinais.

A cidade de Sinop localiza-se na região centro norte do estado de Mato Grosso, às margens da BR 163 (rodovia que liga Cuiabá – Santarém). Fica a uma distância de 500 km da capital do estado – Cuiabá, e 300 km da divisa de Mato Grosso com o Estado do Pará. A data de fundação da cidade é 14 de setembro de 1974. Vale ressaltar, no entanto, que a abertura da área urbana da cidade e a chegada das primeiras famílias iniciaram-se em 1972. De acordo com Santos (2014):

Neste dia, o mais importante de sua história, que marca o seu nascimento oficial para o Brasil e para o Mundo, a cidade engalanada, recebe inúmeros convidados, dentre eles o Ministro do Interior do Brasil, Maurício Rangel Reis que veio como representante do Presidente da República, General Ernesto Geisel. Várias solenidades marcaram o dia 14 de setembro de 1974. [...] Após os pronunciamentos que destacaram a esperança no futuro da cidade, a coragem e determinação das famílias pioneiras e acima de tudo a fé em Deus, tem início o desfile cívico que contou com a participação da Banda da Polícia Militar de Mato Grosso e de crianças, jovens e adultos de toda a Gleba Celeste. (Santos, 2014, p. 41-43)

Ainda de acordo com este autor, a fundação da cidade foi amplamente divulgada pela mídia, sendo que vários órgãos importantes da Imprensa Brasileira divulgaram o ocorrido, tais como, os Jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *A Folha de Londrina*, *Folha de São Paulo*, e revistas de grande circulação nacional na época como: *Manchete* e *O Cruzeiro*.

A cidade de Sinop surgiu no contexto histórico de conquista e ocupação da Amazônia Legal Brasileira ocorrida na década de 70 e, foi idealizada pela SINOP TERRAS S.A. (Colonizadora Sinop). Esta empresa, de cunho privado, tendo como diretor responsável Ênio Pipino e seu sócio João Pedro Moreira de Carvalho, já havia colonizado as cidades de Terra Rica, Iporã, Ubitatã e Formosa do Oeste no estado do Paraná.

O Projeto inicial de colonização das terras no norte Mato-grossense se deu em um território de 600.000 hectares, localizados as margens da BR 163 e denominado Gleba Celeste. Neste território, a colonizadora fundou 4 cidades: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop. Esta última carrega consigo o nome da colonizadora que a projetou, cuja sigla significa Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), e, atualmente, abriga a sede da colonizadora. A cidade foi planejada com objetivo de confluir/acolher uma população de 150.000 habitantes.

Até 1979, a cidade de Sinop encontrava-se na Planta Geral do Núcleo Colonial Celeste que pertencia ao Município de Chapada dos Guimarães, até então o maior Município do Mundo em extensão de terras. A partir deste ano, foi criado o município de Sinop, através da Lei 4.156/79, assinada pelo Governador Frederico Campos, que desmembrava a área do Município de Sinop de Chapada dos Guimarães e Nobres.

Sinop é uma cidade que desde a década de 70 (período de colonização) até os dias atuais continua sendo alvo de reportagens midiáticas tanto em nível regional como nacional. A revista VEJA, de grande circulação no país, edição set/2010, cuja capa destaca *As 20 Metrôpoles Brasileiras do Futuro* traz reportagem intitulada *A Capital do Nortão*, afirmando:

As avenidas largas, o comércio movimentado, as áreas arborizadas e a profusão de canteiros revelam a pujança de Sinop. Desde o fim dos anos 90, a população local duplicou, o setor de serviços cresceu 130% e a indústria extrativista, que impulsionava o município, passou a ceder espaço a outros ramos da economia. Criada em 1974 por empresários que exploravam madeiras nobres da Amazônia, Sinop deve seu nome ao acrônimo da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, que loteou a região. Agora, o cenário típico dos núcleos urbanos criados nas franjas da floresta começa a esmaecer, graças à atividade febril de pequenos e médios empresários de sucesso [...]. O crescimento demográfico pressiona o

mercado imobiliário e de construção: não só faltam apartamentos e casas para vender e alugar, como os preços dos materiais não param de subir. Neste ano, o preço do cimento aumentou 35% em apenas 15 dias. A prioridade dos vendedores são as obras de oito espigões que estão sendo erguidos na cidade e dos outros nove que esperam a vez para sair da prancheta. [...] Ambiciosa, a Capital do Nortão quer ser modelo urbanístico, com bairros que imitam condomínios americanos.

Ao término da reportagem, há uma *caixa de texto* que traz descrição dos dados estatísticos da cidade: número de habitantes, produto interno bruto (PIB), renda *per capita* anual, crescimento econômico anual, motores da economia e perspectivas. No canto superior direito da página há um mapa do estado de Mato Grosso, mostrando a localização da cidade, e logo abaixo, grafado em fonte itálico e intitulado *Luxo na Floresta*, o seguinte enunciado: “Calor, que calor? Os ricos têm piscina aquecida como a da empresária Kelin Nogueira”.

Nessa direção, tomamos as considerações de Arruda (1997, p. 96) para (re)afirmar o modo como a mídia, pautada num discurso de cunho essencialmente empresarial, *ostenta uma história de progresso e de glórias*, sendo moldada por ideologias de base desenvolvimentistas e ao mesmo tempo ‘silenciando’ tantos outros povos que residem na cidade.

Nos registros históricos oferecidos pela Colonizadora, o que prevalece é o relato do progresso e a história daqueles pioneiros que conseguiram acumular capitais, ou seja, os bem-sucedidos. Identificar aqueles que fracassaram em seus sonhos e não conseguiram a projeção social dentro da sociedade que se constituía, não é fácil dentro desse contexto histórico preestabelecido. A história da cidade deveria ser uma história de progresso e conquistas, não existindo espaço para os derrotados. E, mais uma vez esses cidadãos são excluídos da cidade; da sua história. (Arruda 1997, p. 96)

Em consonância com o excerto, a autora através de relatos dos colonos nos mostra que a cidade não foi construída somente por aqueles que conseguiram capitalizar-se, mas também por trabalhadores que fracassaram, no entanto, que tiveram sua história silenciada pelos discursos da Colonizadora:

[...] viemos em busca de um sonho, mas se a gente aqui falasse que isso aqui não era bom ou fosse contrário a algumas determinações da Colonizadora, ou que fomos enganados, era perigo. [...] Nem que a gente tava vendo o prejuízo, na frente dos outros tinha que dizer que estava bem. (Arruda, 1997, p.96)

Nesse sentido, gostaríamos de mencionar a experiência vivida por Guimarães Neto (1986)

durante o desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado, cuja finalidade era dar visibilidade ao processo de colonização da cidade de Alta Floresta/MT. A autora nos diz que em certa ocasião durante entrevista com os colonos, um deles falava da sua decepção com a *Terra Prometida*, falando alto, gesticulando e demonstrando revolta. Depois de certo tempo de conversa, chegaram visitas na casa do colono, e imediatamente este foi mudando o tom de voz, abrandando sua ira, e sem titubear começou a dizer que ali a escola era muito boa, que existia futuro para os filhos e que a terra até dava para as lavouras. Guimarães Neto (1986, p. 03) afirma: “[...] Havia um sinal de vigilância no lugar. Nesse dia pude constatar que existia um código disciplinar que penetrava mais profundamente o interior da vida dos colonos. Ameaçava decididamente o registro da sua história”. Assim, compreendemos o funcionamento da ideologia enquanto uma presença interdita, ditando aos colonos o que poderia ser dito e como funcionaria, ou seja, alguns sentidos eram interditados de circulação.

Os dizeres *sobre* a cidade de Sinop, que inicialmente – na década de 1970 – tiveram como objetivo povoar/ colonizar/ ocupar o espaço continuam a significar nos discursos atuais. Se antes a cidade era designada como *Epopéia na Selva*, agora fala-se em *A Capital do Nortão* ou *Cidade Pólo*.

Ao dizer de Sinop enquanto “A capital do Nortão”, direcionando ao discurso progressista, visto que, ser ‘capital’ é a representatividade do desenvolvimento quando comparado a outras cidades do estado, apaga-se o sentido circulado anteriormente, de cidade como ‘selva’. Ao passo que, a formulação “Cidade Pólo” resignifica o discurso desenvolvimentista, ou seja, a cidade-capital. Atentamo-nos, porém, para o fato de que ambas as formulações *selva/capital* são sustentadas pelo discurso capitalista. A primeira fora utilizada a partir dos discursos idealistas-utópicos circulados nos jornais com finalidade de mostrar a grandiosidade das obras que estavam sendo realizadas no Mato Grosso e igualmente a força do trabalho do homem. A segunda, por sua vez, passou a circular na década passada, quando surgiram discussões referentes às propostas de uma nova divisão do estado.

Como mencionado anteriormente, o que atraía milhares de brasileiros para a cidade era o sonho de obter melhores condições de vida, principalmente porque havia fortes incentivos fiscais e financiamentos de fácil acesso, uma vez que a proposta do governo federal era a integração da Amazônia Mato-grossense. Nesse processo, a mídia local (Cuiabá) e especialmente a sulista (RS, PR, SC) configurou-se como mola propulsora para que um grande contingente de migrantes fosse

deslocado de seus lugares de origem em busca da *Terra Prometida*. Era demasiadamente atrativo para os colonos a narrativa do processo de colonização enquanto uma trajetória pautada no sucesso, falava-se da fertilidade do solo, do clima favorável ao cultivo agrícola – o lugar onde não existia geadas nem pragas, de produção madeireira em abundância, bem como dos incentivos/financiamentos oferecidos pelo Governo. Foi através da explosão midiática do mito do Progresso, que os colonos enxergaram a possibilidade de trocar suas terras, muitas vezes, exauridas, no sul, por áreas bem maiores, cobertas pela floresta amazônica, no norte de Mato Grosso. Inicialmente os colonos, em sua maioria, vindos dos estados do Paraná e Santa Catarina, dedicaram-se ao plantio do café, arroz, milho, pimenta do reino e guaraná. E para isso contaram com o apoio da Cooperativa Mista Celeste (COMICEL), criada pela própria Colonizadora.

Nem todas as atividades, porém, estavam voltadas ao cultivo das terras, pois algumas famílias migraram com objetivo de abrir comércios, ou de explorar a madeira, sendo que uma grande quantidade de serrarias passou a funcionar na época. Assim, ia se construindo a nova cidade. De acordo com a retórica das colonizadoras e do Governo Militar era *Sinop nascendo em meio a Selva Amazônica*.

A colonizadora SINOP também se encarregava (e ainda hoje se encarrega) de difundir a ‘grande lição da conquista’, e para isso mesclava a ‘projeção da riqueza da nova terra’, bem como a história de alguns colonos bem sucedidos, com a ‘construção imaginária da Pátria’. Conquistar a Amazônia deixava de ser simplesmente uma questão de luta por melhores condições de vida e realização pessoal do colono, para ser também uma *contribuição do cidadão à sua nação*. Assim, “a analogia entre o ‘bandeirante’ e o imigrante que participa da nova *Marcha para o Oeste*, na década de 70, é clara. O retrato da imagem que Vargas havia criado – o pioneiro como bandeirante moderno, símbolo da grandeza da Pátria – ressurgiu como força renovada” (Guimarães Neto, 1986, p.37).

Os ‘bandeirantes modernos’, porém, não eram pessoas quaisquer, sem capital algum, oferecendo apenas mão de obra. Eram, sobretudo, colonos ‘selecionados’, ou seja, aqueles que se encaixavam no perfil requerido pelos projetos das colonizadoras:

O projeto getulista impunha o estabelecimento de trabalhadores ‘civilizados’, ou seja, desejosos de progredirem. Para isso deveriam trabalhar de maneira produtiva, ordeira e sem conflitos. Os colonos preferidos foram os migrantes da região sul do Brasil, pois possuíam, segundo a visão reformista de Vargas, uma mentalidade empresarial, europeia, e, sobretudo, porque estes migrantes, além da experiência que possuíam no trato com a terra, traziam, quase sempre, um pecúlio que os auxiliaria na organização inicial do

empreendimento. (Souza, 2004, p.33)

De acordo com os jornais impressos que circularam na década de 70, essa ‘seletividade’ também foi marcante no processo de colonização da cidade de Sinop, considerando que os próprios colonos que vieram do Sul, atraídos pelas promessas de lucros fáceis e ascensão social eram selecionados pela Colonizadora no momento de aquisição das terras. Nesse sentido, o jornal *O Globo* de 24 de outubro de 1973, traz uma reportagem cujo título “Segredo do Sucesso”, denuncia:

Além do entusiasmo pelo trabalho e do *know how* adquirido em quase trinta anos de atividades no setor, um dos segredos do sucesso da Colonizadora Sinop S.A. na aplicação de seus projetos de colonização agrícola na Amazônia reside no fato de haver abandonado, como nocivas, todas as formas de paternalismo em relação ao lavrador. Ao contrário de outros empreendimentos no setor de colonização, inclusive os de iniciativa do governo, a Sinop **não estimula a fixação na sua área das massas falidas, os chamados párias ou favelados do campo**. Realista, jogando dentro das regras do sistema econômico-social do país, interessa-se especialmente pela atração de pequenos e médios proprietários rurais, aqueles que, além da experiência nas tarefas agrícolas, já têm formado um patrimônio ou capital particular, e que se mostram propensos a transferi-lo às novas áreas de desbravamento da Amazônia. (Grifos nossos)

E para complementar a assertiva, Guimarães Neto (1986, p. 75) nos diz que “necessitava-se de homens fortes que ‘acolhessem os fracos e oprimidos’, desde que não saíssem do próprio povo e que não representassem alguma liderança política emergente de uma experiência de luta pelos direitos dos trabalhadores”. Nesse sentido, a autora ainda coloca que “o empresário do Sul, o ‘bandeirante moderno’, que se interessava pelas riquezas da Amazônia, revelava-se o ‘comandante ideal’ de uma política que apontava do alto a estratégia mais eficaz para ‘preencher os espaços vazios’ (idem, p.76). Ou seja, a ‘obra social’ de colonização configurou-se como uma forma de dominação social. Assim, como convite à reflexão, tomamos por empréstimo o seguinte questionamento de Guimarães Neto: “não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram”? (Idem, p. 04)

Pensando nas práticas discursivas que (re) produzem as manifestações ideológicas de poder, amparamo-nos em Pêcheux (*apud* Orlandi, 2015) ao afirmar que “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões, proposições são produzidas, (isto é, reproduzidas)”. Nesse contexto, chamamos atenção para o fato de que aqueles colonos representados por pequenos trabalhadores assalariados, peões, posseiros tiveram sua história excluída, ‘apagada’ no processo histórico de constituição dessa região. A cidade de Sinop foi (e

continua sendo) propagada pela mídia como a verdadeira *Ilha da deusa Calipso, que acolheu Ulisses em sua Odisséia*⁶ – ou seja, sem qualquer tipo de deterioração ou traço de subdesenvolvimento.

Nesse sentido, gostaríamos de frisar que, enclausurados na redoma discursiva de ‘prosperidade’, ‘progresso’, ‘desenvolvimento’, os colonos – mesmo àqueles que não foram bem sucedidos na trama da colonização – (re) produzem esse discurso desenvolvimentista. Nesse sentido, Guimarães Neto (1986) ao refletir sobre o processo de colonização da cidade de Alta Floresta (MT), que se deu de forma semelhante à colonização da cidade de Sinop – ou seja, na década de 70 e através de uma empresa colonizadora privada, afirma:

[...] no contexto da colonização, os colonos começavam a ter dificuldades em reconhecer sua própria história, a nomear coisas e identificar lembranças. [...] A “outra história” – a do colonizador – *aparecia e roubava* a história dos colonos, cujo significado desaparecia para trazer à cena o progresso da cidade que a colonizadora fundara. (Guimarães Neto, 1986, p. 03, grifos da autora).

Desse modo, constatou-se que o ‘apagamento da história dos trabalhadores’ nesse processo de colonização privada – em que o objetivo é propagar os benefícios da ‘nova’ terra – deu-se muitas vezes, por eles próprios. Atentamo-nos aqui, para o que Pêcheux (2014a, p. 163) chama de ‘interpelação ideológica’, pois segundo esse autor, essa “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso são (re)inscritos no discurso do próprio sujeito”.

Na cidade de Sinop, embora não termos realizado entrevistas com os migrantes da década de 70 – pois não é o foco de nosso trabalho – compreendemos que o ‘silenciamento’ da classe operária se faz presente nas reportagens a serem analisadas, uma vez que tanto a mídia Cuiabana (MT), como a Campo-grandense (MS) e a Paranaense/Catarinense se limitaram em divulgar os ‘grandes feitos’ das colonizadoras, as ‘belas cidades plantadas’ e o trabalho árduo do ‘bandeirante moderno’, este último representado pelos colonos que já possuíam terras no Sul do país, e não pela mão de obra assalariada – os chamados *peões*. Arruda (1997, p. 14) traz o relato do Sr. Samuel Swambach, um dos pioneiros a chegar em Sinop:

⁶ Expressão utilizada por Nelly de Carvalho (2009) em sua obra: *Publicidade – A Linguagem da Sedução*.

A gente chegou aqui praticamente dentro do mato, só havia uma clareira aberta, praticamente dentro do mato mesmo. E, no começo era assim: depois devagarzinho ia vindo outras famílias e umas vindo e **outras indo embora que não se acostumava com o clima ou se assustaram com a mata**. E no começo foi difícil por esta razão, né? **Muitas vezes vinha uma mudança e no mesmo caminhão voltava outra**. Mas a gente ‘guentou’ firme aqui, sempre com a esperança e vendo que a cidade iria muito crescer. (grifos nossos)

Os jornais e revistas que circularam nas décadas de 70 e 80, no entanto, não divulgavam essa classe dita no excerto como *ia vindo outras famílias e outras indo embora que não se acostumava com o clima ou se assustaram com a mata [...] Muitas vezes vinha mudança e no mesmo caminhão voltava outra*. A história da cidade precisava ser contada de forma engrandecedora, e a mídia por sua vez, não media esforços para fazer como tal.

Segundo Moreno e Higa (2005) a colonização se define como o processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica, sendo indissociável do processo de migração. Nesse sentido, *a valorização da terra como mercadoria* motivava pequenos produtores a venderem sua terra, valorizada, e comprarem posteriormente terras mais baratas, porém, mais distantes, devido ao avanço da fronteira agrícola. Assim sendo, a colonização de caráter privada e historicamente determinada, como é o caso de Sinop, é um lugar que reflete as relações ideológicas de poder, as políticas de Estado, em que a *terra* não é tomada nos discursos enquanto um *bem comum*, mas, sobretudo, enquanto *instrumento de dominação de uma classe determinada*.

Ainda segundo Souza (2004) a colonizadora não se restringiu a organização do caráter econômico da região, mas também colaborou na construção de todo um espaço social e na vida cotidiana dos migrantes, através de uma ocupação planejada e controlada do espaço, da construção de um discurso que exalta o trabalho e o desenvolvimento econômico, a ordem e a família. Isso pode ser visualizado nas expressões que foram amplamente divulgadas pela colonizadora Sinop, tais como *Sinop em Tempo de Progresso; Sinop: a Cidade que Comanda o Progresso da Região; Cidade de um Povo Ordeiro e Trabalhador; Sinop: a Marca do Trabalho; Sinop: Cidade do Futuro*.

Na região norte de Mato Grosso, este modelo de colonização privada/determinada foi responsável pela fundação de diversas cidades, dentre as quais, a cidade de Alta Floresta, localizada no extremo norte do estado – que igualmente na década de 70 passou por processo semelhante à colonização de Sinop. Ambas as cidades (Sinop e Alta Floresta) procederam de

iniciativa particular e tinham como estratégia “não apenas a atividade extrativa e a venda especulativa de terras, mas o desenvolvimento de projetos de ocupação representando investimentos a longo prazo, relacionados com o controle do mercado de terras, da produção agrícola e atividades correlatas” (Miranda, 1987, p.37). Enquanto em Sinop destacava-se a colonizadora SINOP TERRAS S.A. na figura de *Ênio Pipino* como o *bandeirante moderno* ou *plantador de cidades*, em Alta Floresta através da INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização) quem ocupava esse lugar era *Ariosto da Riva*.

Percebemos que o discurso adotado para falar sobre a cidade de Alta Floresta não se distancia daquele utilizado para falar de Sinop. Estas cidades que passaram pelo mesmo processo de colonização, também foram emancipadas no mesmo mês e ano – dezembro de 1979. Ao refletirmos sobre os discursos que circularam em jornais da época relatando sobre o *bandeirante moderno*, sendo aqui representados por *Ênio Pipino – Sinop* [1]; e *Ariosto da Riva – Alta Floresta* [2] observamos o funcionamento da *memória discursiva* – como da ordem do repetível, do que estabiliza – na constituição dos discursos:

[1] Falando sobre o trabalho do empresário Ênio Pipino, o sr. Maurício Rangel Reis disse que o importante a salientar em sua obra é a atenção que ele dá ao aspecto social, merecendo por isso todo o apoio e incentivo por parte do governo. (Correio de Imprensa, Cuiabá, 17 de setembro de 1974).

O aspecto urbano, embora em plena selva amazônica, é o das cidades do Paraná, marca inconfundível do mesmo homem que edificou outras tantas cidades paranaenses e que se volta há dois anos para o interior de Mato Grosso. (Tribuna da Imprensa, 16 de setembro de 1974)

Homem simples, descontraído, afeito aos rudes trabalhos do campo, Ênio Pipino, o idealizador dos projetos de colonização da Sinop, espelha a lendária figura do desbravador setecentista, parecendo trazer no sangue a vontade indômita de conquistas dos velhos bandeirantes paulistas. Conhecido nacionalmente como plantador de cidades, amigo pessoal de ministros, governadores e secretários de Estado, esconde a projeção de seu nome na aparência de sincera e serena humildade, não deixando se endeusar com elogios e citações fáceis. Econômica e financeiramente bem realizado, sempre afirma aos amigos que não deseja “morrer parado”. Inconformista, constitui um exemplo eloquente ao empresariado brasileiro e a sua obra um símbolo para o Brasil. (Jornal O globo de 24 de outubro de 1973)

[2] A cidade, planejada e executada na sua estrutura básica pela Indeco – Integração, Desenvolvimento e Colonização, nasceu do arrojo e da visão

cósmica de um homem, dinâmico, sonhador, espécie rara de criatura humana, semeador de civilização, fundador de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, chamado ARIOSTO DA RIVA, extraordinário bandeirante moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre empresa, que arrastou, com a sua força moral e a sua bandeira de progresso e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e desbravadores de terras desconhecidas e ainda não civilizadas. Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariostos da Riva por esse país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado... (Guia SERV, 1984 *apud* Guimarães Neto, 1986, p. 77)

Enriquecera. Mas a natureza do colonizador criara em seu espírito um sonho que tinha a direção da Amazônia. Teria que ser um grande projeto agrícola, especialmente voltado para o aspecto social. Maringá, Londrina... As grandes cidades paranaenses produzidas pela iniciativa particular haveriam de renascer em plena floresta amazônica. (Jornal da Tarde, 4 de janeiro de 1977 *apud* Guimarães Neto, 1986, p. 76)

Não objetivamos em nossas reflexões aprofundarmos em discussões sobre a cidade de Alta Floresta, no entanto, julgamos necessário trazer essas considerações a fim de dar visibilidade ao funcionamento discursivo da *atualização de uma memória*. Vejamos:

Em [1] temos: “*Falando sobre o trabalho do empresário Ênio Pipino, o sr. Maurício Rangel Reis disse que o importante a salientar em sua obra é a atenção que ele dá ao aspecto social*”, enquanto no processo de colonização de Alta Floresta [2]: “*Teria que ser um grande projeto agrícola, especialmente voltado para o aspecto social*”.

Em [1] temos: “*O aspecto urbano, embora em plena selva amazônica, é o das cidades do Paraná, marca inconfundível do mesmo homem que edificou outras tantas cidades paranaenses*” e no caso de Alta Floresta [2]: “*Maringá, Londrina... As grandes cidades paranaenses produzidas pela iniciativa particular haveriam de renascer em plena floresta amazônica*”.

Em [1] temos: “*Homem simples, descontraído, afeito aos rudes trabalhos do campo*” e em relação à Alta Floresta [2]: “*visão cósmica de um homem, dinâmico, sonhador, espécie rara de criatura humana*”.

Ainda, em [1]: “*parecendo trazer no sangue a vontade indômita de conquistas dos velhos bandeirantes paulistas. Conhecido nacionalmente como plantador de cidades[...]*” e no discurso de Alta Floresta [2]: “*extraordinário bandeirante moderno/ semeador de civilização*”.

Assim, entendemos que os discursos produzidos em contextos específicos fixam-se como

memória por meio da repetição, nas práticas discursivas realizadas nos grupos e instituições sociais. Nesse aspecto, temos o discurso do colonizador – representado pela mídia da época – como um fator preponderante não apenas para a ocupação/exploração da Amazônia, mas também como discurso que ‘continua’ a ser repetido pela população local e regional. Falar de Sinop como o lugar ideal para viver, lugar de prosperidade ou *país do futuro* é uma forma de reproduzir sentidos que foram cristalizados/estabelecidos/fixados historicamente através do discurso midiático, e que através de uma memória continua a se dizer pelos sujeitos. Desse modo, observamos que os sujeitos que residem nesse espaço continuam sendo interpelados pelo discurso de base desenvolvimentista, propagado nas décadas de 70 com objetivo de colonização e ocupação do espaço.

CAPÍTULO III

MÍDIA JORNALÍSTICA IMPRESSA: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO SOBRE A CIDADE DE SINOP

Compreender o funcionamento do discurso jornalístico que circulou, nas décadas de 70/80, o processo de produção de sentidos sobre a fundação/ocupação da cidade de Sinop é viajar pela memória (des)contínua, atualizando formulações esquecidas e desconstruindo imaginários de sentidos, linearizados pelo/no próprio modo de narrar os fatos. Ressaltamos, porém, que as interpretações não cessam, tendo em vista o caráter de incompletude próprio da linguagem. Assim, não procuraremos (re)conhecer ou dominar sentidos não-fluídos, o *non-sense*, mas apenas lançar reflexões sobre a prática discursiva em sua determinação histórica.

Consideramos a circunscrição do discurso jornalístico sobre a colonização sinopense, sob a ilusão de escapar da opacidade da linguagem, pela pretensa ‘objetividade’ da imprensa. Nesse sentido, apontamos à necessidade de considerar a história que atravessa o sujeito migrante, os modos como foi constituído por memórias e desejos de ascensão social na busca pelo paraíso na terra, e, ao mesmo tempo, como esse sujeito é construído pela mídia da época, ao (re)criar um imaginário discursivo favorável à ocupação do território norte Mato-grossense, tido até então como *despovoado*.

Assim, neste capítulo, procuraremos compreender o processo de *institucionalização da imprensa*, a *prática discursiva de narrar enquanto textualização de uma memória* e o funcionamento do discurso jornalístico enquanto *produzindo o efeito de persuasão* – esta última relacionada ao assujeitamento do indivíduo à sociedade capitalista.

3.1 O Funcionamento do Discurso Jornalístico Impresso pela Análise de Discurso

Os relatos jornalísticos impressos sobre o processo de colonização e ocupação da cidade de Sinop resultam das possibilidades enunciativas daquele período – década de 70/80. Assim, ao colocarmo-nos na posição de analistas do discurso, objetivamos compreender a produção e o funcionamento desses enunciados, bem como eles se singularizam e repetem sentidos no movimento da memória que intervém na produção desses sentidos, criando a ilusão de realidade –

objetiva e literal – para os sujeitos.

Ao pensarmos na *construção de uma realidade* a partir da mídia impressa, tomamos como relevante às considerações de Mariani (1996), ao afirmar que o discurso jornalístico é um *discurso sobre*, uma vez que toma o mundo como *objeto*: o *discurso sobre* é justamente *tornar objeto aquilo sobre o que se fala*. Essa é, segundo a autora, a forma de se *marcar um distanciamento* do sujeito jornalista em relação àquilo que é enunciado, como que colocando-se *de fora* da questão, ao atribuir juízos de valor e emitir opiniões. Sabemos, no entanto, que o sujeito discursivo está exposto às interpelações ideológicas, que não se trata de um sujeito fonte do seu dizer, mas, sobretudo, de um *sujeito assujeitado às condições de produção impostas por uma ordem já estabelecida*, embora ele tenha a ilusão de autonomia do dizer. E nesse funcionamento tanto os sujeitos quanto os sentidos são afetados pela história no funcionamento da língua.

Acrescemos a isso, o fato de que ao *enunciar sobre*, as reportagens jornalísticas são conectadas interdiscursivamente a sentidos já dados *a priori*, ditos em outros tempos e circunstâncias. Isso leva ao que Orlandi (2015, p. 34) nomeia como *processos parafrásticos*, ou seja, “aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. [...] está do lado da estabilização”.

Assim, tomamos a mídia jornalística impressa enquanto *prática discursiva e produto de um processo histórico*. Portanto, gostaríamos de enfatizar a necessidade de nos mantermos atentos às posições-sujeitos que se marcam nos discursos, bem como, aos sentidos que se estabelecem com a história e com a memória. Desse modo, procuramos compreender os trajetos históricos de sentidos materializados no discurso jornalístico impresso.

Partindo de uma percepção do jornalismo como produção de sentido, enfatizamos a importância de pensar na relação estabelecida entre quem constrói a notícia e quem a recebe, uma vez que esta precisa fazer sentido, ou seja, deve ser capaz de ativar a cognição dos indivíduos de modo que estes possam relacionar aquilo que leem. Este processo só é possível porque o jornalismo é, em alguma medida, uma atividade que se define como *produtora* de sentidos. Nesse aspecto, tomamos as considerações de Orlandi (2015) como relevantes, ao diferenciar criatividade de produtividade, apontando para a criatividade enquanto àquela capaz de ruptura do processo de produção da linguagem, enquanto “a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo” (idem, p.35), acrescentando ainda que “o

que vemos com mais frequência – por exemplo, se observarmos a mídia – é a produtividade e não a criatividade”.

De acordo com Carvalho (2013) o discurso jornalístico encontra-se mergulhado em uma forma própria de produzir, de fazer, tão ‘rotinizada’ e determinada, que é possível que o próprio jornalista não compreenda muito bem as intenções que deixa transparecer. Isto ocorre porque o fazer jornalístico constitui-se como uma prática que propõe evitar a ‘contaminação’ da percepção do jornalista sobre os fatos e manter seu aparente caráter de imparcialidade. Sob os preceitos deste ‘jornalismo cientificizado’, o texto jornalístico se protege das acusações a fim de buscar sua legitimidade, ao mesmo tempo em que silencia sobre a existência de outras intenções.

Vale destacar ainda, que o jornalista, ao redigir sua matéria, considera inúmeros fatores, tais como: a linha editorial do jornal no qual ele trabalha, as diferentes versões sobre o mesmo fato, outras narrativas que se assemelham que já foram narradas, e, assim, obedece a certos critérios tanto na apuração dos fatos como na sua redação. Nesse sentido, há muitos “já ditos” no texto jornalístico.

De acordo com Mariani (1996), o discurso jornalístico se assemelha ao *discurso pedagógico em sua forma mais autoritária*, isso porque, segundo a autora:

Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridades e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se vêem diante de verdades incontornáveis – no professor está a verdade – sentindo-se, portanto, tolhidos a qualquer questionamento, **no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si**. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou falaria *sobre* – **da forma mais literal possível um mundo objetivo**. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que “fraturar” a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar – enquanto explicação do mundo – a **ilusão de objetividade jornalística**. E mais, faz retornar para o leitor a imagem do aluno *tabula rasa*, aquele que ‘sempre precisa de explicações’ [...]. (Mariani, 1996, p.65-6, grifos nossos)

Entendemos que a formulação *sempre precisar de explicações*, que decorre do discurso pedagógico autoritário, em que o aluno é tomado como *tabula rasa*, pode ser percebido também no discurso jornalístico impresso pela relação *causa/efeito* em que muitas vezes estes discursos se pautam. Nesse sentido, vejamos alguns enunciados que circularam na *Revista Sinop Especial* (1983):

“Foi nesta terra que depositamos a semente da esperança e não foi preciso esperar

pelo futuro para colher os frutos, **porque** Sinop já nasceu com a vocação do progresso”. [Deputado Maçao Tadano, grifos nossos]

Causa: Sinop já nasceu com a vocação do progresso;

Efeito: Não foi preciso esperar pelo futuro para colher os frutos.

“[...] Pujança econômica, aliás, com perspectivas bem ampliadas, **devido** ao tipo de pioneiro que formou a *comunidade* sinopense, hoje um dos justificados orgulhos do novo Mato Grosso”. [Colonizador Ênio Pipino, grifos nossos]

Causa: tipo de pioneiro que formou a comunidade sinopense.

Efeito: Pujança econômica, com perspectivas bem ampliadas.

“Não há seca, nem geadas. Aqui planta-se de tudo” [Título de um dos relatos presentes na Revista Sinop Especial]

Causa: Não há seca, nem geadas.

Efeito: Planta-se de tudo.

A partir da fé e da determinação dos pioneiros, Sinop atinge um dos mais altos índices de desenvolvimento em Mato Grosso. [Governador Júlio Campos, grifos nossos]

Causa: Fé e determinação dos pioneiros.

Efeito: Altos índices de desenvolvimento em Mato Grosso.

No que diz respeito a esses efeitos de causalidade, Mariani (1996) aponta para o fato de que ao nomear, produzir explicações, ‘digerir’ para os leitores aquilo sobre o que se fala, os jornais atuam enquanto força de *convencimento*. A autora afirma que “a imprensa deve desambiguar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem ‘causas e consequências’ [...] ao se didatizar o ‘mundo’ exterior e o tempo em que os fatos acontecem (idem, p.67)”.

Ao colocarmos em pauta o efeito de *convencimento*, como mencionado anteriormente, procuramos refletir *como* isso seria (ou não) possível quando pensado discursivamente, logo, como efeito. Para tanto, ancoramo-nos nas reflexões de Pêcheux (2014), ao explicitar sobre o *funcionamento das propagandas políticas* a fim de compreender esse funcionamento ‘persuasivo’ (ou não) da linguagem.

De acordo com Pêcheux (2014, p.73), ao tomar a propaganda enquanto “*negócio estratégico* que teria funcionado pelo menos desde Napoleão como *guerra ideológica*”⁷, diversos líderes, tanto da esfera capitalista quanto socialista, investiam na *propaganda política* a fim de

⁷ Expressão utilizada para caracterizar as diversas operações midiáticas de massa desenvolvidas pela grande burguesia multinacional contra tudo o que resistisse a sua política. (Pêcheux, 2014)

manter seus adeptos e lutar contra aqueles que pudessem ameaçar seus interesses políticos. Nesse sentido, a propaganda sempre esteve atrelada a mecanismos de *manipulação*, considerada como pertencente ao ramo da *psicologia*. Pêcheux (2014) cita o *discurso de um militante* em que enaltece a psicologia enquanto terreno a ser explorado para a conquista de adeptos:

Não repetiremos jamais em demasia: é importante, camaradas, a psicologia! É muito importante, na luta de classes, para ser capaz de responder no terreno da propaganda. Levamos em conta o que as pessoas têm na cabeça. Saber como se endereçar a elas, saber tocá-las, quebrar os refrões, encontrar o novo. Saber comunicar. Se ajustar às pessoas, para melhor ajustá-las, por todos os meios, para melhor mirar, nós também, o alvo de suas cabeças. Não hesitemos: vamos à psicologia, base científica da propaganda! Vamos aos “especialistas da propaganda”!

Desse modo, passamos a nos questionar sobre a existência – ou não – desse caráter persuasivo da propaganda, tendo em vista que, partindo dessa concepção, a linguagem publicitária funcionaria enquanto ‘manipulação de ideias’. Sabemos, no entanto, que não há sentido que não tenha sido produzido em relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico. Assim, é pela crítica à noção de conteúdo (Orlandi, 1998), e por insistir no fato de que o sentido é produzido, ou seja, é efeito de sentidos entre locutores, que se restitui a espessura semântica aos objetos simbólicos. E vale dizer que, essa espessura é função do político. Desse modo, ao compreendermos o sentido como não-pronto, não-acabado, mas, construído no momento da enunciação, não há como pensar em sujeitos influenciáveis, como se as palavras significassem por si só, excluindo a historicidade desse processo.

Para tanto, amparamo-nos nas considerações de Pêcheux (2014) ao perguntar-se sobre a existência ou não-existência do homem como “animal influenciável” para tentar apreender os sentidos possíveis à linguagem enquanto mecanismo de persuasão. Nesse sentido, Pêcheux (2014) cita a *bio-psicologia da propaganda*, defendida por *Serguei Tchakhotin*⁸ (e posteriormente, como veremos, o autor desconstrói essa argumentação):

O grande perigo que a humanidade corre é determinado por três fatores: o primeiro é que há homens que perceberam a possibilidade, no estado em que se encontra a maior parte de

⁸ Tomou frente do Comitê do fator moral, que iniciou em 1915 na Rússia (em guerra), e englobava todas as organizações técnicas e científicas do país. Com o fim do Comitê, Tchakhotin participa de novas organizações durante todo o período da guerra civil, desenvolvendo uma espécie de “psicologia social-leninista”. (Pêcheux, 2014)

seus contemporâneos, de **fazer deles marionetes, de fazê-los servir a seus fins** – isto não quer dizer de nenhuma forma que esses fins são sempre fins materiais, lucro – em suma, de **violá-los psiquicamente**. Eles indicaram as alavancas necessárias para essa ação, encontraram as regras práticas que as fazem funcionar – e sem escrúpulos, eles se servem delas. O segundo fato é precisamente que essas possibilidades existem objetivamente, na própria natureza humana, e que a proporção dos seres humanos que sucumbem a elas, e os outros que são mais ou menos capazes de resistir é espantosa – dez contra um. O terceiro fato consiste em que a violação psíquica coletiva pelos usurpadores se faz sem que nada se oponha a ela, sem que estes que deveriam velar para impedi-la percebam o perigo, ou então, se eles o percebem eles enlouquecem, não sabem ao que se apegar, que medidas tomar, como segurar a onda que se levanta. (Pêcheux, 2014, p. 77, grifos nossos)

Assim como apresentado em muitos livros e ‘manuais’ destinados a estudantes dos cursos de Publicidade, Propaganda e Jornalismo, essa tese defendida por Tchakhotin parte da premissa que os *sentidos encontram-se enraizados nas palavras*, sendo assim, os recursos linguísticos teriam o poder de *influenciar e orientar percepções e pensamentos* fazendo com que a partir de uma função persuasiva da linguagem, opiniões e atitudes pudessem ser alteradas – daí a noção de homem como ‘animal influenciável’.

De encontro com essas informações, Carvalho (2009), afirma “a função persuasiva na linguagem publicitária consiste em tentar mudar a atitude do receptor”, ou ainda, “a estratégia para conquistar o público por meio da projeção e da identificação depende do registro da linguagem, isto é, o texto e a imagem da mensagem publicitária devem estar adequados ao segmento de mercado a que se destina” (Carvalho 2009, p. 25). Assim, a mensagem publicitária funcionaria, segundo essa autora, e, igualmente de acordo com a *bio-psicologia* proposta por Tchakhotin, enquanto *técnica de manejo das palavras* em que dominamos uma quantia de termos/recursos linguísticos – que se ampliam de acordo com nossa vivência de mundo – a permitir uma compreensão cada vez maior do universo significativo (enquanto receptores) e uma quantidade cada vez maior de matizes de significado (enquanto emissores). Tudo isso assegurado por uma via psicológica que garante ao ouvinte (receptor) o prazer que a palavra lhe proporciona.

Sabemos, no entanto, que esse modo de perceber o funcionamento da língua não é contemplado pela teoria à qual filiamos essa pesquisa. Para a Análise de Discurso não há esse significado pré-estabelecido contido nas palavras, o que prevalece são os *efeitos de sentidos* que se dão na relação com a historicidade, portanto, a língua é dinâmica, aberta, plástica, movente, simbólica, opaca. Igualmente, não há separação entre emissor e receptor como se eles atuassem com dada linearidade, separados de forma estanque, pois os sentidos são produzidos simultaneamente.

Nessa direção, vale dizer ainda, que nós – enquanto sujeitos assujeitados – não temos acesso ao modo como se constituem os sentidos, não há acesso direto à exterioridade constitutiva. É nesta perspectiva que se deve considerar a antecipação. De acordo com Orlandi (1998, p.76):

todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro). Cada um ‘sabe’ prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de todo discurso. Há, pois, antecipação das representações do receptor ‘sobre a qual se funda a estratégia do discurso’. Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens.

Assim, a argumentação é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. As *intenções* – que derivam do nível da formulação – já foram determinadas no nível da constituição do discurso em que as posições do sujeito já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. As intenções, portanto, são produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto (Orlandi, 1998).

Seria então possível explicar, a partir dos mecanismos de argumentação, a *persuasão* enquanto característica da linguagem jornalística publicitária e o homem como um *animal influenciável*? Pêcheux (2014, p. 78) pensando nas propagandas de cunho político que durante muito tempo circulou-se como forma de ‘*conquistar adeptos*’ – aqui estabelecemos relação com as propagandas impressas que circularam em 70/80, que tinham como finalidade *convencer colonos* a migrarem – passou a resumir esquematicamente em três teses a *bio-psicologia de Tchakhotin*:

1. A natureza é constituída de pulsões, sendo as duas principais: a pulsão alimentar, econômica, lógica, que conduz a uma propaganda do raciocínio argumentado, fundado na educação pela observação e reflexão; e a pulsão afetiva, agressiva, combativa, apoiada em uma liturgia estético-religiosa dos signos e gestos;
2. O processo objetivo dessas pulsões, seu jogo no cerne da natureza humana, pode ser controlado, instrumentalizado e colocado a serviço de qualquer prática política: as ‘técnicas de propaganda’ são armas, como o canhão de 75 ou a máquina de guerra de Stalin [...];
3. A rede de metáforas jornalísticas engaja o destino de milhões de homens e mulheres

que, segundo a estratégia de uma ‘campanha de propaganda’, farão balançar este ou aquele lado, tomarão este ou aquele caminho, seguirão esta ou aquela direção.

Posteriormente, o autor faz *suas ponderações* sobre essa bio-psicologia proposta por Tchakhotin afirmando a importância de interpretar *historicamente* esses três pontos. Nesse sentido, Pêcheux nos diz:

Tomando como um sintoma esse debate psicológico entre o “cognitivo” (a educação, as Luzes, a verdade...) e o “afetivo” (as emoções, o teatro e a mística): seria possível que a raiz desse debate, **longe de estar instalada nas contradições psicológicas da consciência humana, seja na realidade encontrada nas formas históricas de assujeitamento do indivíduo**, que se desenvolveram com o próprio capitalismo, tomando de empreitada gerir de uma maneira nova os corpos e as práticas? **Seria então necessário fazer história e não psicologia**, e interrogar as práticas contraditórias que se instituíram no coração do desenvolvimento capitalista mais do que passar em revista técnicas psicológicas da propaganda (Pêcheux, 2014, p. 79-80, grifos nossos).

Assim, as práticas discursivas se figuram enquanto produto das relações históricas e ideológicas ou, como mencionado pelo autor: *nas formas históricas de assujeitamento do indivíduo*. Não nos estenderemos em abordar o desenvolvimento dos modos de produção capitalista, visto que nosso objetivo maior é pensar no *processo de enunciação* do discurso midiático impresso, no entanto, interessa-nos afirmar que a “luta de classes não é simétrica e [...] o Estado capitalista moderno é mestre na arte de agir à distância sobre as massas” (Pêcheux, 2014, p.91). De acordo com o autor “é esta toda a arte da propaganda, e esta arte (arma) não poderia virar-se, como tal, a serviço do proletariado” (idem).

Atentamo-nos aqui, para a questão *ideológica do discurso*, que coloca para o sujeito, conforme as posições sociais que ele ocupa, dizeres *já dados*, sentidos evidentes e naturalizados em relação à posição discursiva que ele se encontra. O funcionamento ideológico apaga para o sujeito o fato de ele estar situado em determinadas práticas histórico-discursivas já existentes. Conforme nos aponta Carvalho (2013, p. 14)

[...] na sociedade capitalista, tal qual a que vivemos, a burguesia impõe-se como classe hegemônica porque domina os meios de produção a partir da defesa da propriedade privada. Este domínio se estrutura a partir de uma relação de inversão da realidade que procura reduzir aparentemente as diferenças sociais a fim de evitar os conflitos e as transformações sociais. Essa relação, portanto, se constitui por meio de um processo de subordinação da classe subalterna sobre sua condição.

No que diz respeito ao processo de ocupação da cidade de Sinop, julgamos relevante mencionar a forma como as terras eram comercializadas, enfatizando a ‘suposta ajuda’ que o colonizador oferecia aos colonos. Para tanto, trouxemos o relato de uns dos funcionários da colonizadora Sinop:

A Colonizadora implantou infra-estrutura pra poder vender terras. Como é floresta amazônica e ela é impossível, e como ninguém entende nada de Amazônia até hoje...a empresa trouxe agrônomos, técnicos agrícolas para orientar o lavrador, especialmente os do Paraná acostumados na cultura do café (...) a Colonizadora não ia arcar com isso. Então, criou-se um sistema de cooperativa e todo cidadão que comprou um lote agrícola no início, diga-se de passagem, foi mais ou menos obrigado, sabe? Todo cidadão que comprou terras na Gleba Celeste, junto com as terras tinha que ficar cooperado...pagar o título (1% do valor do lote) em função da cooperativa. Através desse sistema, o cidadão passou a ter assistência dos técnicos da cooperativa. (Oliveira *apud* Souza, 2004, p. 165-6)

Souza (2004) afirma que enquanto intermediária na questão do financiamento a cooperativa cobrava do colono 2% do valor total do financiamento sob a justificativa de que 1% corresponderia às despesas com a elaboração do projeto agrícola e o outro 1% destinava-se a custear o deslocamento de técnicos agrícolas para o atendimento às propriedades. É importante ressaltar ainda, que no ato da liberação de repasse de financiamentos, o colono assumia o compromisso de entregar à cooperativa toda a sua produção. Segundo Oliveira (*apud* Souza 2004, p. 165) “a cooperativa não dispunha de armazéns suficientes para estocagem, utilizando-se dos armazéns da CIBRAZEN, cobrando do colono sob a forma de desconto no pagamento da produção entregue a ela, o aluguel pelo espaço e pelo tempo da produção armazenada”.

A partir das considerações feitas até o momento, retornaremos aos argumentos de Pêcheux (2014) a fim de compreendermos o funcionamento do discurso jornalístico impresso enquanto produzindo o efeito de ser o responsável por *fazer deslocar esses colonos/migrantes*, principalmente os sulistas, para a povoação do Norte de Mato Grosso.

Em resposta ao questionamento posto anteriormente, gostaríamos de enfatizar que *o homem não é um animal influenciável, mas ideológico*. E a ideologia refere à historicidade. Nesse sentido, a *forma-sujeito consumidora* não está relacionada à *influência* que a mídia ou o discurso jornalístico impresso possa exercer sobre o sujeito, mas, sobretudo, ao assujeitamento do indivíduo à sociedade capitalista. E a forma-sujeito capitalista é, antes de tudo, uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade. Há, portanto, uma direção para o sentido que se produz – e para o modo como a mídia significa a cidade – cuja determinação é dada histórica e ideologicamente.

No caso do capitalismo, a forma-sujeito que se estabelece é “a de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens” (Orlandi, 2002, p. 72). Assim, o sujeito, em sua relação com a linguagem, já está submetido ao funcionamento de uma estrutura linguística e igualmente a sentidos já construídos na historicidade e na memória. O que o discurso jornalístico impresso faz, *é jogar com esses meios a fim de garantir a eficácia daquilo que é propagado*. Desse modo, a forma-sujeito capitalista representa a força do assujeitamento ideológico.

Não nos esqueçamos de que, nesse processo, tanto os sujeitos *enunciadores jornalísticos* quanto os *sujeitos leitores-alvo* são sujeitos históricos. À mídia, por sua vez, atribui-se a função de:

Descobrir a verdade por trás dos véus e de revela-la aos espectadores a partir de um paradoxo entre a proximidade, que é garantia de boa visão, e a distância, que assegura a isenção e a objetividade. Nesse papel de porta-voz, em que pode olhar o envolto e secreto e desvelá-lo, a mídia promete representar (interceder em favor de) uma dada coletividade e, ao mesmo tempo, confrontar-se com os agentes políticos. (Gregolin, 2003, p. 14, grifos da autora)

Percebemos que os apontamentos feitos por Gregolin (2003) coadunam com as ponderações de Mariani (1996), em que ambas enfatizam a pretensa ‘objetividade’ do texto jornalístico, ou seja, a notícia – enquanto gênero do discurso – pretende se firmar como neutra, imparcial. De acordo com Sant’Anna (2004), ao contrário do espaço qualificado para a opinião, a notícia corresponde a informações “inerentes a qualquer manifestação da subjetividade humana” (p. 285), ou ainda conforme Maingueneau (2001, p. 54) “quando o texto deixa entrever seu autor, ele é considerado ‘subjetivo’ e passa a ser considerado menos digno de credibilidade, até mesmo falso”.

Nesse sentido, Mariani (1996, p.67) aponta para o fato de que “ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos”, isso porque segundo a autora “a *objetividade* dos fatos, sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído” (idem). A mídia, assim, produz sentido a partir de um insistente retorno a *já ditos* e a representações que povoam o imaginário social. Fazendo circular seu produto (no caso, a propaganda), ela constrói uma *história do presente*, simulando acontecimentos em curso que vêm eivados de signos do passado. Desse modo, julgamos relevante analisar esse funcionamento discursivo da mídia, de modo a entrevermos esses movimentos de retorno da memória e, assim, compreendermos como se deu a construção de um

imaginário social de *Progresso* para a cidade de Sinop.

É importante ressaltarmos que a impressão de ‘coerência e unidade’ que permeiam os textos jornalísticos é um efeito da construção discursiva, sendo assim, “o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos” (Gregolin, 2003, p.97). Pode-se dizer desse modo que “os trajetos de sentidos materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade, criando interdiscursos cuja totalidade é inapreensível” (idem).

Pensando nessa relação de sentidos que se *marcam*, e outros que se *apagam* ou conforme definiu Gregolin (2003) como sentidos da ordem do ‘inapreensível’, diríamos que esse processo não ocorre apenas para os sujeitos leitores dos jornais, mas também para os produtores da notícia. Nesse aspecto, Pitombo-Oliveira (2007, p.21) traz importantes considerações ao afirmar “a leitura do cotidiano produzida pelos jornais corresponde à exclusão de parte da rede de pequenos e grandes acontecimentos que compõem a história de uma formação social”. A autora ainda cita Mariani (1999) ao mencionar que não seria possível “captar e dizer toda a dinâmica de uma sociedade”, enfatizando ainda que “isso não tem a ver com ‘má fé’ ou ‘intenção enganosa’ por parte daqueles que escrevem na imprensa” (Mariani *apud* Pitombo-Oliveira, 2007, p.21).

Segundo profissionais do jornalismo (Dines; Vogt e Mello *apud* Gregolin, 2003), a prática midiática inicialmente tem como função, apurar os fatos, checar as fontes, considerar as versões conflitantes e contrapor opiniões divergentes. Sabemos, no entanto, que esse processo não se faz alheio às determinações histórico e ideológicas. Não existe jornalismo que seja puramente informativo, embora a prática jornalística queira se firmar como tal. É pelo emprego de estratégias que promovem uma ‘construção da realidade’ no e pelo discurso que a mídia se caracteriza.

Portanto, afastemo-nos da crença na existência de um jornal de caráter *opinativo* e outro com caráter *informativo*, pois mesmo aquele considerado ‘informativo’ na verdade não o é. Não existe informação ‘pura’, ‘real’, ‘não corrompida’, essa noção de objetividade e literalidade da notícia, já é um efeito provocado pelo jornal.

No que diz respeito à *construção da realidade*, Pitombo-Oliveira (2007) utiliza-se da metáfora da fotografia, proposta por Mariani (1999), a fim de refletir sobre *os modos de ler o mundo pelo jornal e sobre as formas de ler o jornal pelo pesquisador*. De acordo com Barthes (1984, *apud* Pitombo-Oliveira, 2007, p.18) “[...] A fotografia funciona como um *certificado de presença*. Ela sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro...”. A partir das

considerações de Barthes, Pitombo-Oliveira (2007, p. 18) afirma:

Temos, então, a ilusão de que aquilo que uma fotografia retrata, corresponde ao real fotografado. Esse flagrante de um movimento histórico pertence a realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria, que não é da ordem do real, e representam um ponto de vista. Cada fotografia representa uma cena de acordo com certo ângulo de visão e de acordo com as possibilidades técnicas. **Uma fotografia não capta o real na sua totalidade**, ao contrário, **há uma reconfiguração do que foi visto**. Como um olhar nunca é imparcial, uma fotografia representa sempre mais de um sentido, seja para o fotógrafo, para um observador, ou mesmo para um integrante da foto. Uma foto engloba a anterior e, provavelmente, será ressignificada por novos observadores em um processo dinâmico em que o histórico e suas leituras se misturam. (Pitombo-Oliveira, 2007, p. 18, grifos nossos)

Por fim, a autora considera que a metáfora da fotografia se ajusta satisfatoriamente ao funcionamento da mídia porque ambas são responsáveis por captar um instantâneo, produzindo sentidos para este flash, ao passo que atuando dessa forma, produzem também “os acontecimentos diários no amplo processo de organização política e sociocultural de uma sociedade” (idem).

Acrescemos às reflexões trazidas por Pitombo-Oliveira, o fato de que *esse flash, esse momentâneo* captado pelo fotógrafo-jornalista é (re)significado pelo discurso midiático, articulando-o com o ‘poder’ e com o ‘lugar’ ocupado pela própria imprensa jornalística enquanto instituição. Ou seja, o jornalista não pode falar como quiser, ele tem de se submeter às regras impostas pela instituição midiática. Em relação ao poder, Mattiussi (*apud* Gregolin, 2003, p. 113) aponta para o chamado *denuncismo*, ou seja, “o uso da imprensa para legitimar as atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados. A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados”. Mariani (1996) nos alerta para o fato de que uma das propriedades do discurso jornalístico é “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes” (Mariani, 1996, p.67). Aqui, julgamos relevante mencionar o papel do Estado enquanto detentor de um poder soberano:

[...] o poder do Estado – e é essa uma das razões da sua força – é uma forma de poder, simultaneamente, globalizante e totalitário. [...] Hoje, já se dá como certo que o Estado, nas sociedades contemporâneas, não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares de exercício do poder, mas que, de certa maneira, todos os outros tipos de relações de poder se referem a ele. Isso ocorre não só porque as relações derivam dele, mas também porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (ainda que não tenha adquirido a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar). (Gregolin, 2003, p.102-103)

Pensando nessas relações de poder e, tomando como ponto de reflexão o sentido da palavra

‘governo’, a autora ainda menciona Foucault (1979) ao dizer que “as relações de poder foram progressivamente *governamentalizadas*, isto é, elaboradas, racionalizadas e centralizadas sob a forma e sob caução das instituições estatais” (Foucault *apud* Gregolin 2003, p.103).

Assim, pensando nos relatos jornalísticos sobre a colonização de Sinop, consideramos relevante pensar o processo histórico de assujeitamento da instituição jornalística enquanto tal. Nesse sentido, Mariani (1996) contribui com nossas reflexões ao afirmar que são as imposições do poder político e jurídico a fim de manter a preservação do “*status quo* de uma elite dominante, que estão inscritas nos mecanismos de funcionamento da instituição, e não uma neutralidade voluntária, resultado do uso de técnicas que adequam uma exterioridade factual colada a sentidos literais” (Mariani, 1996, p.84).

Como vimos, as formas de enunciar das instituições jornalísticas refletem o modo como essas instituições se estabeleceram no decorrer da história. Ao tomarmos o contexto capitalista enquanto espaço de produção dos enunciados e de legitimação da imprensa enquanto instituição, observamos uma tendência à propagação de eventos e notícias que tendem a reforçar ainda mais os valores da classe dominante.

Assim, o jornalismo sempre atuou na propagação de determinados sentidos, direcionando leituras e opiniões. Ele cria, silencia, naturaliza, omite e reforça alguns padrões sociais. E agindo a partir da ‘formação imaginária’ que projeta de seu público-alvo, (re)atualiza inúmeros já-ditos. As reportagens colocadas à disposição do público leitor são, portanto, formas simbólicas de representação, e não uma realidade inquestionável. Ao utilizar-se de alguns estereótipos, de ícones já consagrados, e enfatizar alguns sentidos em detrimento de outros, a mídia participa ativamente na construção de um imaginário. De acordo com Baczko (1984):

[...] é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos. Através dessas textualizações, erigem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. (Baczko *apud* Gregolin, 2003, p.97)

No que diz respeito aos anúncios sobre Sinop, observamos que esse imaginário social representado pelo sentimento *historicizado* de esperança, em que prevalece o *desejo comum* de ascensão social, apontam para um *patriotismo* exacerbado. Os sujeitos migrantes encontram-se

ideologicamente interpelados por um paradigma do ‘bem estar social’, e nesse contexto, adquirir ‘terras férteis’ no interior de Mato Grosso e prosperar financeiramente tornam-se propostas tentadoras diante do sistema capitalista que vigora.

É importante ressaltar, ainda, a contradição no que refere à caracterização do espaço sinopense, ora como lugar de difícil acesso, ora como progressista. De acordo com as reportagens midiáticas, tratava-se de uma colonização em plena *selva amazônica*, remetendo assim, ao epíteto da *mata virgem*, e, conseqüentemente, direcionando ao lugar do *intocável*, do *inerte*. Desse modo, justificava-se nas narrativas a presença do herói, ao passo que, através do pioneirismo e da força de trabalho do homem, as adversidades do meio seriam vencidas e a *selva* seria *conquistada pacificamente*.

Para contar como foi árdua e às vezes ingrata a luta para fazer brotar em plena selva, no limiar da floresta amazônica, uma cidade planejada [...].(Revista Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva, dez/1983, grifos nossos)

Por outro lado, as narrativas mostravam um espaço cuja intervenção humana era bastante acentuada, e, portanto, não representaria um trabalho tão *árido* e tão *ingrato* àquele que decidisse migrar. Vejamos um dos relatos circulados no *Jornal de Londrina -PR*, em novembro de 1974, dois meses após a fundação da cidade:

[...] Sinop, Vera e Santa Carmem estão estrategicamente situadas na Gleba. Nas áreas urbanas existem *recursos necessários a assegurar o bem estar da população*, assim como meios de garantir o suprimento de bens de consumo e insumos. Além de *igreja, central de medicamentos, hotel, cooperativa, dentista, grupo escolar e ginásio*, existe *boa estrutura comercial*. [...] *existem veículos que fazem transporte de mercadorias*. Há também uma *linha regular de ônibus*, na celeste, diariamente para Cuiabá e vice-versa, passando pelas três cidades da gleba. No que se refere a estradas, além da rodovia Cuiabá-Santarém, *já estão abertas, e são transitáveis o ano todo, 912km de estradas internas na Celeste*, que permitem o acesso aos lotes. *Todo lote é servido por estradas que passam nos espigões e por água que corre nas baixadas. Dois campos de aviação – respectivamente com 1.000 e 1.200 metros – ambos com crescente movimento de aeronaves, completam o esquema de acesso à área.* [...] Seu *sistema viário é moderno, tem serviço de iluminação pública, hospital em funcionamento, mais de trinta casas comerciais e quase cem residenciais, delegacia de polícia, exatoria estadual de rendas* [...] e o escritório central da colonizadora Sinop S.A. [...] Na cidade Sinop desenvolvem-se, por outro lado, trabalhos para a instalação de uma grande cerâmica e uma fábrica de pepelão com investimneto superior a

26 milhões de cruzeiros. (*Jornal de Londrina*, novembro/1974, grifos nossos)

Desse modo, entendemos que, nesse espaço regido pela simbolização das relações de poder, a mídia atuava enquanto força de convencimento, na medida em que, a partir da imagem construída pelos leitores sobre a situação, ela produzia seus anúncios a fim de obter os efeitos desejados. De acordo com Orlandi, isso funciona semelhante a um jogo de xadrez:

[...] é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos [...], esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (gostariam de, deveriam etc.) ouvir”. [...] Na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. (Orlandi, 2015, p. 30-40).

Portanto, a mídia jornalística impressa não poupou mecanismos que fossem eficazes à propagação e ocupação das terras norte mato-grossenses, mostrando um lugar que, apesar de estar localizado na floresta/selva/mata densa, possuía infraestrutura necessária para abrigar os migrantes. Assim, atendia-se ao *chamamento* do Governo no que diz respeito à *integração da Amazônia à economia nacional*.

O movimento contraditório no que refere à caracterização do espaço, ora como intocável (*mata virgem*), ora como progressista (*nas áreas urbanas existem: igreja, central de medicamentos, hotel, cooperativa, dentista, grupo escolar, ginásio, iluminação pública, hospital, delegacia de polícia, exatoria estadual de rendas, campos de aviação*) justifica-se pela fluidez que caracteriza a discursividade. Os sentidos não são determinados por propriedades estáticas da língua, mas dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas. Estas por sua vez, não devem ser tomadas como blocos homogêneos, “são constituídas pela *contradição*, são *heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas*, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (Orlandi, 2015, p. 42).

Nesse contexto, temos a formação discursiva progressista (a boa infraestrutura da cidade, que ainda em 1974, ano de sua fundação, já contava com *campos de aviação e estradas abertas*), sendo atravessada por epítetos que remetem ao lugar como *floresta virgem /selva amazônica*, ou ainda, trazida em muitas reportagens como “*nessa imensa área do território brasileiro*” ou ainda “*nessas imensas paragens*” que sempre procuravam enfatizar os empecilhos da colonização no que refere à

distância em relação aos grandes centros já consolidados do país.

Logo:

Era *mata virgem*, **mas** possuía *estrada*.

Era *selva*, **mas** possuía *pista de pouso para aviões de pequeno porte*.

Observamos que o ‘mas’ presente nestas formulações não significa como uma adversativa e sim como a própria contradição que se faz presente na língua. E nesse jogo entre *progresso X não-progresso*, buscava-se por um lado atrair os migrantes (através do discurso progressista, afinal, essa era a representação da garantia do sucesso) e por outro, buscava-se enobrecer os migrantes, colocando-os como seres de força e coragem inigualável (ao retratar o lugar como longínquo e desabitado).

Encaminhando para o fechamento deste tópico e, levando em consideração que fizemos uso aleatório das expressões *publicidade*, *propaganda* e *discurso jornalístico*, julgamos relevante enfatizar que alguns autores trazem definições específicas para os termos. De acordo com Pereira (2006, p.31) a “publicidade compreende as atividades de atendimento, planejamento, pesquisa, mídia, *marketing*, criação, promoção, *merchandising*, entre outras, a fim de divulgar uma empresa, um produto (bem material, serviço, políticos, artistas, etc.)”. Carvalho (2009, p. 09) ao citar Charaudeau (1984) afirma que “o termo *propaganda* é mais abrangente que *publicidade*”, sendo o primeiro relacionado à mensagem política, religiosa, institucional e comercial, enquanto o segundo seria relativo apenas a mensagens comerciais, ou seja, apesar de valer-se de métodos semelhantes, diferenciam-se pelo universo que exploram. O *discurso jornalístico* por sua vez, é, segundo Cardoso (2001, p.53) “um ato de enunciar, enquanto ato de dizer mundo”. Nesse sentido, Maingueneau (2001, p. 44) ainda afirma que “o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem corresponde a demandas, explícitas ou não dos leitores”.

No presente trabalho optamos por não fazer uma rígida diferenciação entre os termos, pois consideramos que para esta pesquisa, várias nuances significativas se fazem presentes, havendo equivalência semântica em muitos contextos da materialidade linguística. Aliás, o entrelaçamento/a mesclagem que se faz entre *notícia*, *propaganda comercial* e *propaganda política* tem ganhado cada vez mais notoriedade nos espaços de divulgação.

De acordo com Kamlot (2013, p.15) “o termo *propaganda* tem origem na palavra latina *propagare*, que significa *propagar* ou *semear*”, esta é a característica que nos interessa ao pensar

nossos materiais de leitura: a *divulgação pela mídia impressa, o propagar*. No que diz respeito às reportagens sobre a cidade de Sinop, observamos que os relatos não se limitavam em descrever historicamente o processo de ocupação, havia maneiras específicas (idealistas) de *dizer sobre*, de forma que incentivasse a colonização e, assim, efetivasse o plano governamental de ocupação dos *espaços vazios*. Assim, entendemos que a propaganda feita pela Colonizadora Sinop, através dos folhetins que narravam a história de sucesso dos migrantes e o progresso da cidade recém-colonizada, contribuiu para a concretização dos objetivos do Estado e da própria colonizadora privada.

De acordo com Mariani (1996) refletir sobre os modos como a mídia produz/significa, implica, sobretudo, (re)conhecer os trajetos sobre os quais a imprensa jornalística se instituiu, uma vez que, *as instituições são resultados de longos processos históricos durante os quais ocorreu a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais*. Assim, no tópico que segue dedicar-nos-emos à reflexão do caráter institucional do discurso jornalístico.

3.2 A Institucionalização do Discurso Jornalístico e a Pretensa Objetividade/Literalidade na Divulgação dos Fatos

Como mencionamos na parte anterior, uma das características do discurso jornalístico é a noção de objetividade/de sentido literal que permeia a divulgação dos fatos. A mídia cria uma ilusão de realidade, e jogando a partir dessa ilusão de *compromisso com a verdade*, homogeneiza sentidos e silencia uma multiplicidade de discursos e sentidos possíveis. Assim, ao tomarmos o discurso jornalístico enquanto um *discurso institucional*, que atualiza marcas da memória que o constituem, ressaltamos a importância de compreender a “historicidade constitutiva da imprensa, antes mesmo de pensar nos sentidos por ela produzidos” (Mariani, 1996, p. 76).

Portanto, é a partir dessa posição de funcionamento do discurso jornalístico, enquanto instituição que fora criada, pautada em determinados acontecimentos, também históricos, que compreendemos a forma como a mídia propaga, anuncia, divulga. De acordo com Mariani (1996, p. 77), as instituições se tornam “visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que vão se organizando conforme o discurso institucional vai se moldando e

vice-versa”. A autora ainda acrescenta que essa visibilidade de uma instituição enquanto tal conduz a um *efeito de reconhecimento*:

[...] ‘todo mundo sabe’ (ou se não sabe, deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja etc. Esse processo histórico de naturalização das instituições funciona no sentido de torná-las ‘evidentes’, legítimas e necessárias; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar como naturais os discursos que delas ‘emanam’, bem como os comportamentos a elas associados. É a ideologia que produz um ‘desligamento’ entre tal processo histórico-discursivo de constituição da instituição e a sua instituição como ‘objeto’ de análise. (Mariani, 1996, p.77)

Assim, procuramos compreender como se dá esse processo de legitimação das instituições enquanto tais, abrindo espaço para reflexões no que diz respeito à historicidade da mídia impressa.

No processo histórico de formação da imprensa brasileira, sucessivas leis de censura permearam seu caráter institucional, além de que, era o momento em que estava se formalizando uma imagem do sujeito jurídico ocidental – àquele que conquistou seus direitos, dotado de vontades e responsabilidades (Mariani, 1996). Também se firmava, juntamente com o surgimento da imprensa, a concepção predominante de se tomar a linguagem verbal como instrumento de comunicação.

Assim, o ato de ‘comunicar’, de ‘informar’, enfim, de dizer algo através dos jornais estava atrelado ao controle das leis de imprensa. Essas leis por sua vez, prescreviam o que podia e o que não podia ser dito. E para aqueles que ousassem infringir as regras estabelecidas, punições eram previstas. Desse modo, “no processo de formação da imprensa brasileira, a censura sempre atuou da mesma forma ou com a mesma intensidade, fosse através de mesas censórias, fosse através de leis”. (Mariani, 1996, p.86)

Posteriormente – no período pós-independência do Brasil, 1824 – em favor de uma suposta ‘liberdade de divulgação’ passou a ser permitido que qualquer cidadão pudesse imprimir e vender seus escritos desde que se identificasse como ‘autor’, para que dessa forma, pudesse ser responsabilizado juridicamente por seus atos caso viesse a cometer algum tipo de ‘abuso’. Vale ressaltar que esses ‘abusos’, ou seja, as infrações sobre as quais as leis buscavam controlar através da censura, referem-se especialmente aos desacatos em relação ao catolicismo (à igreja) e ao Governo, bem como, aos escritos que incitassem à desobediência civil. Mariani (1996, p. 85) afirma que “tornou-se *natural* vigiar tudo o que fosse dito/escrito contra a Igreja, o Estado, a Moral e a Propriedade”, acrescentando que nesta época foi bastante comum “o surgimento dos pasquins,

jornais de resistência, sem periodicidade regular, anônimos, compostos por um único artigo e que atacavam, de modo sarcástico, a política imperial (idem, p.87)”.

Entendemos, portanto, que a ilusão de *jornalismo-verdade*, que se faz presente atualmente, é um resquício do processo histórico pelo qual a imprensa se fundou como instituição, ou seja, o fato dela regulamentar aquilo que seria propagado em favor de preservar a ética, dava credibilidade ao que seria divulgado, como se os jornais funcionassem tão somente enquanto testemunhas leais, meios de comunicação e/ou informação.

Sabemos, no entanto, que essa concepção de linguagem como comunicação, ou seja, objetiva/literal e meramente informativa, não é apreensível em termos discursivos, além de que, os sujeitos são construídos/constituídos e (re)fazem o(s) sentido(s) simultaneamente em um processo de apropriação e/ou (re)significação de dizeres, utilizando-se do jogo que ocorre entre memória e esquecimento no funcionamento da língua.

3.3 Discurso Jornalístico e Memória

Nesta parte procuraremos compreender a narratividade enquanto prática de linguagem que, pela Análise de Discurso, significa a partir da memória discursiva, ou como menciona Mariani (1996, p. 119) “a narratividade – e seu ‘produto’, os enunciados e textos narrativos – se encontram dispersos na verticalidade do *interdiscurso*”. A autora ainda nos alerta para o fato de que tanto na sociolinguística quanto em outras pesquisas textuais “a dimensão simbólica da narrativa é pouco tematizada: na análise de ‘como’ o falante produz seu relato” (idem, p. 109), acrescentando:

[...] embora estreitamente relacionada a fatores sociais e pragmáticos, não se discute a relação da narrativa em foco com outras (do próprio narrador, ou de outros narradores, ou ainda, a influência de narrativas institucionais, etc.), bem como, não considera a interferência de fatores (não quantificáveis) como memória e/ou inconsciente que interferem no processo. Em suma, nem o processo simbólico das narrativas é tematizado nem o papel do narrador como elemento que, determinado por seu lugar social pode desencadear tal processo, é considerado. (Mariani, 1996, p. 109)

A autora afirma que trabalhar a narrativa considerando sua dimensão simbólica é pensá-la não como algo fechado em si mesmo, com fronteiras definidas, mas sim como uma prática multiforme, em contínuo processo de desenvolvimento, cujas fronteiras podem ser constantemente rearticuladas. Ao citar Faye (1971), ela nos aponta para o fato de que “narrar ou tornar conhecido é

agir socialmente. A marca deixada pelo narrador – e essa marca sempre está no texto – é mais social e histórica, tendo em vista que o narrador ao enunciar (falar sobre algo) também produz ação” (p.111).

Da mesma forma que o efeito de ‘jornalismo-verdade’ que exploramos no item anterior, as narrativas também se firmam nesse terreno da objetividade em que o narrador é tomado como aquele que ‘sabe’, que detém o conhecimento daquilo que está sendo narrado. Nesse sentido, Mariani (1996) procura traçar um paralelo entre a relação que se estabelece entre sujeito-narrador e o jornalismo-leitor, afirmando:

[...] Esse sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento. Essas imagens produzidas historicamente, ainda hoje se auto-entre-alimentam: o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto. (Mariani, 1996, p. 112)

Nesse aspecto, Courtine (*apud* Gregolin, 2003, p.62) nos diz que “há certo encontro entre a fome midiática de produzir ‘verdades’ e a vontade espectral de comer ‘verdades’”.

Assim, entendemos que a *mídia jornalística impressa* responsável pela divulgação da cidade de Sinop – e vale ressaltar que, em maior parte os anúncios midiáticos eram pertencentes à própria Colonizadora, a SINOP S/A – tinham como finalidade divulgar a cidade a fim de efetuar a venda das terras e, assim, efetivar as propostas do Plano de Integração Nacional (PIN), através da colonização dos *espaços vazios*, definido por Almeida (2008) como *território incharacterístico*, na Amazônia brasileira. Portanto, as estratégias utilizadas pelo jornalismo impresso estavam atreladas não apenas aos interesses da colonizadora, mas do próprio Estado.

Nesse sentido, construiu-se por meio do discurso jornalístico impresso uma visão idealista e homogeneizante para a região, encobrando assim, muitas histórias de vida, a fim de garantir um discurso identitário predominante: *o discurso do Progresso*. Pretendia-se através da pretensa ‘objetividade jornalística’ fundar uma representação original para a região, pautada em discursos sobre a fertilidade do solo, clima privilegiado em relação ao sul do país, e mesclado a isso, propagava-se o êxito do colonizador Ênio Pipino, em relação à colonização que já havia efetuado em algumas cidades paranaenses.

Assim, tomamos como ponto de reflexão as considerações de Gregolin (2003, p.104, grifos nossos) ao dizer “as lutas pelo poder são lutas por fixação de significados, e *tem poder quem detém*

os canais de produção e circulação de informações” para (re)afirmar o poderio da Colonizadora e do Estado, ao criarem através da mídia jornalística um estereótipo de ‘sociedade perfeita’ e também de ‘migrante ideal’ para a ocupação das terras Norte Mato-Grossenses.

De acordo com Mariani (1996, p.106) “o discurso jornalístico, enquanto forma de manutenção de poder, atua na ordem do cotidiano, pois além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, organiza direções de leituras para tais assuntos”. Ao pensarmos no processo de construção dessas ‘direções de leituras’, gostaríamos de enfatizar que a mídia trabalha dentro de um parâmetro de ‘previsibilidade’, ou seja, a partir da ‘imagem’ que ela faz dos sujeitos leitores.

Ao lançarmos olhar sobre os relatos da colonização sinopense, observamos que estes compõem a ‘trama do mesmo’ (Mariani, 1996) sendo narrado de modos diferentes. Entendemos que isso é possível em função da própria natureza do narrar, que aponta para a memória discursiva. Nesse sentido, Mariani (1996, p.118) ao comparar as narrativas sobre a Intentona Comunista (1935) com outras narrativas sobre movimentos sociais de natureza revolucionária afirma “percebe-se que há uma memória fazendo retornar um mesmo processo de linguagem e história. O que muda são as situações enunciativas”. Refletindo sobre as narrativas referentes à colonização da cidade de Sinop, observamos o retorno do discurso fundador que sempre acompanhou o Brasil: ‘*a terra sem males, em que se plantando tudo dá*. E assim “[...] se apresenta necessariamente o espetáculo de um mundo *perfeito*, de um mundo fabricado” (Cioran, 1994, p. 103, grifos do autor). É a história grandiosa da redenção dos bandeirantes e dos desbravadores que volta a refletir nas narrativas sobre a cidade, sendo esta representada como o *berço esplêndido*.

Gostaríamos de ressaltar que, além das semelhanças com o discurso de descobrimento do Brasil, as narrativas também possuem caráter repetitivo quando comparado com outras histórias de colonização privada. De acordo com Colombo (*apud* Gregolin, 2003) os discursos midiáticos funcionam como verdadeiras “máquinas memoriais”, pois:

criam a ideia de um mítico texto-base cuja visão passada é necessária para a compreensão articulada daquilo que se frui no presente; recordações, memórias de um texto que não deve cair no esquecimento: a recordação torna-se repleta de valências mágico-cabalísticas, cujo signo mágico e seu referente identificam-se paradoxalmente. Re-ver e Re-viver tornam-se assim uma coisa só. (Colombo *apud* Gregolin, 2003, p.56)

A fim de dar mais uma passo nessa reflexão, gostaríamos de mencionar o caráter

‘fabuloso’ presente nas narrativas. Embora termos afirmado sobre a pretensa ‘objetividade’ do discurso jornalístico, isso não quer dizer que o recurso do ‘maravilhoso’ esteja totalmente apagado nas narrativas jornalísticas, apenas encontra-se disciplinado, tendo em vista as características exigidas para tal gênero.

Mariani (1996) cita Benjamin (1987) ao dizer sobre ‘o fabuloso’ nas narrativas assinalando para o fato de que esse autor considera o jornalismo como o responsável pela morte desse recurso – diante da pretensa objetividade e literalidade dos sentidos, sempre repleta de explicações. Segundo Benjamin (*apud* Mariani, 1996, p. 114) “a informação nos deixa pobre, apesar de a cada manhã recebermos notícias de todo o mundo”. No entanto, embora o autor acredite na morte do narrador, acusando o jornalismo como um dos empecilhos no que diz respeito à produção de narrativas fabulosas, alguns jornalistas defendem que há um eco dessa prática de narrar/contar refletindo na constituição do discurso da imprensa. Segundo Darnton (*apud* Mariani, 1996, p.114), “muitas matérias policiais escritas atualmente, por exemplo, apresentam semelhança com relatos, musiquinhas, livrinhos infantis e histórias de terror do início da modernidade”.

Desse modo, o *fabuloso/maravilhoso*, enquanto definição das narrativas jornalísticas, funciona pela memória discursiva, sendo que, no processo de (re)ocupação da cidade de Sinop, os epítetos vão se firmando como formas legítimas de dizer/significar o nacionalismo, os imaginários sobre nação e progresso. Percebemos que os epítetos, por sua vez, não possuem sentidos fixados em si mesmos. É, sobretudo, na relação com a memória e com a historicidade que eles significam.

Assim, ao funcionar como *já-ditos*, como *pré-construídos*, os epítetos se significam na relação com outros dizeres. As narrativas heroicas, por exemplo, que retratavam de forma gloriosa o colonizador, denominando-o sob o epíteto “*bandeirante moderno*”, remetem ao ato de bandeirismo praticado pelos paulistas no século XVII, quando estes se deslocavam de seus lugares – locais já exauridos produtivamente – na busca de minérios e pedras preciosas em territórios ainda inexplorados.

A cidade de Sinop tomada pela mídia, sob o epíteto de *A Capital do Nortão*, cuja história é sempre narrada de forma progressista-utópica, seria a representação do anseio social de uma (re)divisão territorial pautada na suposta clivagem existente entre Norte/Sul. Os discursos midiáticos sempre mostraram essa cidade (localizada ao Norte) como uma cidade progressista, apontando-a como ideal para o acúmulo de capital e para o poderio do agronegócio.

No entanto, vale destacar que, para além dessas questões meramente econômicas, muitos

argumentos utilizados pelos defensores da separação, tais como, a *vasta extensão territorial*, à *distância em relação a capital* e as *diferenças culturais*, funcionaram na *ordem do repetível*, ou seja, na relação com a *memória discursiva*, uma vez que, ao pensar a historicidade dos movimentos separatistas que já existiram no estado de Mato Grosso, observamos que os argumentos utilizados pelos defensores da (re)divisão assemelham-se aos argumentos dos grupos que reivindicaram o desmembramento da parte Sul de Mato Grosso em 1977, quando fora criado o estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Assim, ao dizer sobre a cidade enquanto o centro irradiador de progresso, justificando a sua localização enquanto cidade pólo, e, portanto, digna de ser nomeada sob o epíteto *A Capital do Nortão*, (re)vive-se um passado marcado pelos movimentos separatistas. De acordo com Orlandi (2015, p. 35), os sentidos “estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história”. Assim, as narrativas não se constroem isoladamente, elas são, sobretudo, resultados do entrelaçamento com outras narrativas e com a historicidade.

CAPÍTULO IV

DES(A)FIANDO O *CORPUS*: SUJEITOS E SENTIDOS NA CIDADE DE SINOP

Ao tomarmos a ideologia enquanto o mecanismo responsável pela produção da literalidade, apagando, assim, determinadas interpretações, julgamos relevante pensar o funcionamento da imprensa – mídia jornalística impressa da década de 70/80 – atentando-nos para a leitura que se faz sobre os acontecimentos, logo, do modo como se produz a relação entre sentido e memória.

De acordo com Mariani (1996, p.42) “trabalhar com a memória discursiva é estar observando retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos. Nesse aspecto, destacamos que as narrativas sobre a colonização sinopense, em grande maioria refletiam o cenário político vivenciado na época, e os sentidos propagados tanto pelos jornais de circulação em âmbito nacional, quanto pelos folhetins da Colonizadora, (re)produziam dizeres ufanistas/progressistas.

De acordo com Santos (2011) a chegada das primeiras famílias à Gleba Celeste (cidade de Sinop) ocorreu ainda no ano de 1969. Nesse período, o Brasil encontrava-se governado por Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que havia implantado o PIN (Plano de Integração Nacional). Essa época fora marcada pelo aumento da repressão e o elevado desenvolvimento econômico do país, denominados respectivamente de ‘anos de chumbo’ e ‘milagre econômico’. Com o objetivo de manter a segurança nacional, muitas pessoas foram presas, torturadas e exiladas por se manifestarem contra o autoritarismo militar. Na área econômica por sua vez, havia um crescimento acelerado, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a atingir 12% ao ano.

As propagandas políticas que circulavam nesse período enalteciam o país de forma ufanista e tinham como intuito motivar o *amor a Pátria*, a *dedicação ao trabalho* e a *confiança no governo* tido como o ‘*grande empreendedor*’. Nesse sentido, merecem destaque os slogans criados para dizer sobre os rumos do país: “Ninguém segura o Brasil (copa de 1970); Este é um país que vai pra frente; O Brasil é feito por nós” (Fico, 2003).

Assim, o período compreendido entre o final da década de 60 e início de 70, sob o paradigma de ‘segurança nacional’ mesclado às propagandas desenvolvimentistas, reforçava o direcionamento da política adotada pelo governo militar. Nesse aspecto, pensando o funcionamento do discurso jornalístico impresso, Mariani (1996, p.85) afirma “[...] os jornais

devem defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades; não podem divulgar nada contra esses pilares do capitalismo ocidental”.

De acordo com Sant’Ana (2009, p.159) :

Os discursos e as propagandas dos governos de Médici e Geisel trabalhavam com a construção de um discurso de verdade, que apontavam para os próprios governos como detentores do saber e, conseqüentemente, implicava no interdito de determinados grupos de oposição. Assim, os discursos e as propagandas legitimavam os militares como os preparados para ordenar as coisas, porque a eles pertencia a sabedoria para decidir, organizar e reprimir o que não era benéfico para o Brasil.

Nesse contexto, buscaremos compreender, no espaço dedicado às propagandas de divulgação do Brasil enquanto país em pleno desenvolvimento, a ocupação da região Norte Mato-Grossense, mais especificamente, da cidade de Sinop/MT. Para tanto, no proclamar do discurso jornalístico impresso, procuramos ver o texto em seu funcionamento, como esse texto produz sentidos, como se constitui em discurso e como pode ser compreendido no conjunto das formações discursivas, determinado pelas formações ideológicas.

Ao observarmos a história da colonização de Sinop, não por meio jornalístico, mas pela historiografia, caímos naquilo que Mariani (1996, p.37) chama de “colamento do historiador com uma memória já instituída”, ou seja, “a teoria ao invés de possibilitar uma leitura crítica que buscaria nos processos de significação sentidos outros, não legitimados ou produzidos por acontecimentos inesperados que poderiam romper com o imaginário constitutivo da narratividade de uma formação social – se mantém a serviço da preservação do mesmo” (idem). Por esse motivo, julgamos relevante pensar nos efeitos de sentidos que podem emergir dessas construções já estabilizadas, procurando, assim, nos distanciar daquilo que a autora chama de “concepção imobilista de história e de produção dos sentidos”.

Recortamos enquanto material de leitura, os relatos jornalísticos circulados pela imprensa escrita nas décadas de 70 e 80. Os materiais que dizem respeito à década de 1970 foram divulgados em jornais Mato-Grossenses e Paranaenses, tais como: *Correio da Imprensa* (1974); *Diário de Cuiabá* (1974), *O Diário do Norte do Paraná* (1974), *Jornal O Estado do Paraná- Curitiba* (1975), *Folha de Londrina* (1974), *O Globo* (1973) e *O Jornal -Maringá* (1974). Os materiais de linguagem que referem à década de 1980, circularam na *Revista Sinop Especial: uma Metrópole na Selva*, cuja edição e divulgação estava atrelada diretamente à Colonizadora, Sinop S/A. Além dos jornais mencionados e da revista da Colonizadora, trouxemos reportagens que circuladas em

âmbito nacional a partir de duas revistas do Rio de Janeiro: *Manchete* (1975) e *O Cruzeiro* (1974).

4.1 O *Bandeirante Moderno*: Construção Imaginária Sobre o Colonizador

Nessa parte dedicamo-nos à reflexão da imagem construída pelo discurso jornalístico impresso na década de 70, como caracterização do colonizador enquanto *bandeirante moderno*, bem como, a representação dos colonos que conseguiram prosperar e capitalizaram-se enquanto *homens fortes, trabalhadores*. Nesse sentido, Volpato (1987) nos aponta para o *mito da raça de gigantes*, em que de *selvagens e sanguinários*, passa-se à imagem de um povo *revolucionário e patriota*.

Observamos que os colonos que migraram nas décadas de 70 e 80 para povoar o Norte de Mato Grosso, em sua maior parte composto por proprietários de terras paranaenses, catarinenses e sul-rio-grandenses, eram tidos como o *braço forte*, o *povo ordeiro* e *trabalhador*, e, portanto, capazes de modificar a paisagem que até então se figurava como floresta densa, fundando cidades progressistas em curto espaço de tempo.

A mídia jornalística impressa, por sua vez, não mediu esforços para que essa ‘imagem’ do migrante-colonizador se firmasse como tal, atribuindo a ele a responsabilidade pelos grandes feitos, pelo desenvolvimento da região e, conseqüentemente, pelo crescimento do país.

Vejamos algumas definições trazidas pelos jornais da década de 70 que referem ao colonizador:

(1) O Sr. Ênio Pipino, com o mesmo arrojo dos bandeirantes do século XVIII que perlustraram as florestas bravias do Mato Grosso, hoje realiza a conquista profetizada por Rondon, em 1915. No espaço de dois anos, após a inauguração da cidade Vera, a 27 de julho de 1972, Ênio Pipino fez inaugurar no dia 14 do corrente a cidade de SINOP a 500 quilômetros de Cuiabá. [...] Ênio Pipino não escreve história. Faz a história. Escrever história é relatar os fatos realizados; fazer história é fundar cidades, contribuindo assim para o crescimento do Brasil. A Ênio Pipino se ajustam perfeitamente aqueles versos de OLAVO BILAC, no seu poema dedicado a FERNÃO DIAS PAES LEME, “O CAÇADOR DE ESMERALDAS”: “Violador de sertões, plantador de cidades/Dentro do coração da pátria viverás!” (*Correio da Imprensa, Cuiabá, 22 de Setembro de 1974*)

(2) Considerado um novo Rondon e verdadeiro semeador de cidades, o colonizador Ênio Pipino recebeu o ministro Maurício Rangel Reis, do Interior, para inaugurar dia 14 a Cidade Sinop, a 500 quilômetros de Cuiabá, em

plena Amazônia matogrossense. (*Diário de Cuiabá – 13 set/74*)

(3) Enio Pipino é um homem que tem a mania de colonizar. Aqui no Paraná colonizou 125 mil alqueires de terras, onde hoje se despontam cidades importantíssimas, caso de Terra Rica, Iporã, Ubiratã e Formosa do Oeste. E logo que seu trabalho foi completado por aqui, Ênio Pipino resolveu iniciar a sua marcha para o oeste. Cruzou a fronteira e começou a abrir áreas ainda inexploradas no Estado de Mato Grosso. Adquiriu uma das melhores áreas de terras no norte de Mato Grosso e plantou a Gleba Celeste. No ano de 1972, dentro da Gleba, fundou a cidade Vera. Muitos chegaram a duvidar da experiência do velho pioneiro mas hoje, apenas dois anos depois, as incertezas caíram por terra e a Cidade Vera está crescendo tanto que Ênio Pipino acabou chegando a conclusão de que apenas uma cidade não era suficiente. E fundou mais duas: Santa Carmem e Cidade Sinop. (*Diário de Cuiabá – 13 set/74*)

(4) Para se avaliar a grandiosidade do pioneirismo do verdadeiro colonizador e de sua confiança no futuro, acrescente-se que, para um virtual zero populacional local antes da BR-163, há atualmente cerca de 15 mil habitantes, prevendo-se para o próximo decênio mais de 500 mil pessoas. A produção econômica, de Cr\$ 46,5 milhões em 1975/76, tem projeção para atingir no mesmo período a cifra de Cr\$ 900 milhões. Em meio ao seu trabalho, jamais esquece, com emoção, a filosofia que adota e que está vividamente representada nas palavras do presidente Ernesto Geisel: “O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem, nas suas diferentes dimensões e aspirações”. Esse é Ênio Pipino, um paranaense de coração, que aceitou o desafio para a ocupação produtiva da Amazônia, semeando cidades e ajudando o País na consolidação de um dos seus objetivos permanentes – a integração nacional. (*Jornal O Estado do Paraná-Curitiba – Maio/1975*)

(5) Ênio Pipino – incansável desbravador de sertões no Paraná e Mato Grosso, vocacionalmente um pioneiro de corajosas empreitadas [...]. (*Revista O Cruzeiro – 23 out/74*)

(6) A Colonizadora Sinop S. A., mostrando um arrojo e uma disposição fantástica, enfrentou de “peito aberto” a amazônia e plantou as margens da rodovia Cuiabá-Santarém, a cidade SINOP. Isso foi possível graças ao *espírito desbravador* e ao *esforço sem par de homens patriotas* como Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, ajudados por outros destemidos brasileiros, homens do campo, que enfrentando todos os problemas, para lá se foram ajudar na integração Nacional. (*OJornal-Maringá – 22 set/74*)

(7) Os mitos criados em torno do ‘inferno verde’, um a um foram caindo ante a *força maior do homem realizador*. As densas matas foram cedendo terreno para a

civilização, impulsionada pela fertilidade das terras, pela solidez das empresas que operam na área e *pela coragem e espírito pioneiro do brasileiro*, que vai formando as cidades, derrubando a mata, abrindo culturas das mais diversas. Um novo Eldorado, um novo norte do Paraná está surgindo. (*O diário do Norte do PR 22 set de 74*)

Como podemos observar, nos relatos jornalísticos atribuía-se o desenvolvimento da região ao trabalho árduo do homem, do colonizador, do *bandeirante moderno*, como fora designado em muitas reportagens. Atentamo-nos, porém, para o fato de que nem sempre o trabalho era tido como fruto de uma *coletividade*, sendo que, apenas em (6) e (7) são mencionados os brasileiros migrantes como um todo. Nos demais relatos, observamos uma tendência à exaltação do colonizador Ênio Pipino – proprietário da SINOP S/A – em detrimento dos demais homens que migraram em busca da *Terra Prometida*.

Ressaltamos ainda, que essa imagem criada pela mídia para caracterizar o colonizador, denominando-o de *Bandeirante Moderno* é resultado de uma historicidade, de uma memória. De acordo com Orlandi (2015, p. 58) a memória “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”. Assim, falar *Bandeirante* significa um retorno pela língua ao século XVII, fazendo significar aquele contexto de exploração de minérios no Brasil.

Observamos, no entanto, que houve o acréscimo do adjetivo ‘moderno’ para caracterizar o colonizador/o bandeirante, ou seja, há um deslocamento de sentidos provocado por esse acréscimo. Segundo Orlandi (2015), todo discurso se faz na tensão entre o *mesmo e o diferente*, de tal modo que, ao falarmos sempre damos uma *mexida na rede de filiação dos sentidos*, mas sempre falamos a partir de já ditos. E é nesse jogo entre o mesmo e o diferente que tanto os sujeitos quanto os sentidos se movimentam, daí o efeito de incompletude da linguagem, da não existência de sentidos prontos e acabados.

Entendemos que o termo ‘bandeirante’ fora inscrito no século XVII, como um termo de caráter positivo, que representava atos heroicos. Esse heroísmo, no entanto, passou a ser alvo de críticas posteriormente, na medida em que muitos historiadores passaram a retratar o caráter exploratório e agressivo adotado pelos bandeirantes. Assim, a mídia impressa na década de 70, a fim de alcançar os efeitos desejados, ou seja, dizer do bandeirismo enquanto ato heroico e apagar os sentidos negativos que outrora haviam sido propagados, tratou de incrementar a expressão ‘bandeirante’ através do adjetivo ‘moderno’.

Assim, diante da necessidade de firmar um imaginário do colonizador enquanto homem trabalhador/desbravador, o termo ‘bandeirante’ ganhou novas proporções. O adjetivo ‘moderno’ ao remeter a uma atualidade, nos aponta para o fato de que ser bandeirante na década de 70 não correspondia mais ao mesmo ato de bandeirismo do século XVII, aquele que significava enquanto explorador. Há, portanto, uma tentativa de firmar apenas o efeito de heroico/glorioso do colonizador e silenciar sentidos outros, como o da exploração.

Essa tentativa de apagamento dos conflitos, ou seja, do processo de colonização enquanto movimento exploratório é também perceptível pela escolha de alguns termos utilizados pela mídia, tais como: *conquista pacífica, pacificamente, silenciosa e formidável*. Vejamos:

(8) O Sr. Ênio Pipino [...] disse que nesta inauguração há muito que se dizer no sentido da conjugada vontade do povo e do governo do Brasil de realizar, ***pacificamente***, a maior conquista que os brasileiros poderiam concretizar no contexto de 400 anos de nossa história. (*Correio de Imprensa – Cuiabá – 17 set/74*)

(9) Despojadas dos mitos do medo, a iniciativa particular – na qual acreditamos com a força de nossas convicções democráticas – ergue, na simbologia inaugural desta Cidade Sinop, a formidável certeza de que nossa gente está dando, nestas plagas, a maior demonstração de sua história, conquistando, ***pacificamente***, as bases de novo e imenso país. (*Diário de Cuiabá – 13 set/74*)

(10) [...] Entendemo-la como contribuição à maior aventura que o Brasil dos nossos dias está realizando, coerente com sua história de ***conquista pacífica***, pelo trabalho construtivo da posse das imensidões do seu território. (*Folha de Londrina – 11 set/74*)

(11) [...] Haveriam de ver a ***silenciosa, formidável*** e impressionante marcha que se está fazendo de conquista e incorporação dessa realidade no corpo social, político e econômico da Nação. (*Revista Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva – dez/83*)

Temos, portanto, dizeres que remetem a uma filiação teórica idealista do relato. A palavra ‘conquista’ encontra-se semanticamente atrelada a mecanismos de dominação, de influência, de poder, de soberania, logo, não pertence à mesma formação discursiva (FD) das palavras ‘pacífica’, ‘pacificamente’, ‘silenciosa e formidável’, que remete aquilo que é ordeiro e complacente.

Da mesma forma como ocorreu o deslizamento ‘moderno’ para definir o bandeirante, o

‘pacífico’ ao se unir a palavra ‘conquista’ se destaca enquanto responsável pela produção de sentidos que outrora se caracterizariam como negativos – apazigua o sentido de conquistar enquanto dominar/explorar. Nos relatos da colonização, o ‘bandeirante’ ao ocupar o lugar de explorador para se firmar enquanto herói, ocupa também o lugar do conquistador, firmando a contradição de sentidos pelo movimento de massacre, de violência e, ao mesmo tempo, de *ocupação serena* do território.

Assim, podemos observar nas reportagens midiáticas a contradição constitutiva da linguagem, marcada pelo que fora cristalizado no imaginário social sobre a condição de *ser bandeirante*, ou seja, pelos sentidos historicizados/naturalizados da formulação, enquanto forma cruel de ocupar o espaço, e pelos sentidos novos que a mídia jornalística busca instaurar na década de 70, ou seja, a ocupação *pacífica* do território.

Pela Análise de Discurso, compreendemos a história como relevante no processo de produção dos sentidos, atravessada pela contradição, uma vez que a língua enquanto possibilidade de jogo, de discursos que não se fecham, ou seja, diante de sua incompletude, é um “[...] processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais” (Orlandi, 2007, p.54). Sendo assim, é o efeito produzido pela inscrição da língua na história, enquanto materialização da ideologia, dos sentidos (re)atualizados.

Nesse aspecto, Mariani (1996, p.36) contribui com nossas reflexões ao afirmar “nas práticas sociais de fixação da memória se encontra entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao ‘*status quo*’ vigente”. Portanto, o funcionamento da memória corresponde à naturalização de uma interpretação sobre as demais (também possíveis). Ou seja, representa o que deve ser esquecido – nesse caso, da mídia jornalística impressa, atuando a partir da formação ideológica dominante (pela representação do empreendedorismo). Ao adotar o termo ‘moderno’ sugerindo o apagamento de sentidos referidos ao *bandeirante*, traz-se à tona a historicidade dessa formulação e dos sentidos. Temos aí o funcionamento discursivo da contradição, visto que as marcas ideológicas de ‘apagamento’ de sentidos presentificam, atualizam, pela memória, os sentidos já-lá, dados na/pela língua, pela memória discursiva.

De acordo com os historiadores que se dedicaram ao estudo da ocupação norte Mato-Grossense, dentre eles Peripolli (2002), Souza (2004) e Guimarães Neto (1986), a ‘conquista’ do território não seu deu de forma ‘pacífica’ como observamos nos relatos trazidos

pelos jornais das décadas de 70/80. Além dos conflitos por posse de terra e da expulsão de povos indígenas, a política de ocupação do território Mato-Grossense por meio da iniciativa privada, contribuiu para tornar ainda mais alarmante as desigualdades sociais existentes. Essas informações, por sua vez, significam em nosso material através da formulação, do epíteto *bandeirante moderno*.

Assim, o jornalismo impresso adotou de maneira idealista os discursos governamentais, colocando-se enquanto propagador da ideologia dominante, e, conseqüentemente, apagando a história de conflitos existentes na classe operária. Pelo conceito de contradição [é bandeirante e é moderno], vemos a constituição ideológica desenvolvimentista que se sobrepõe às demais, como se os únicos sentidos possíveis fossem os engessados pela formação discursiva empreendedorista, pelos atravessamentos ideológicos de uma classe dominante. De acordo com Pêcheux (1990, p.17) "levar até as últimas conseqüências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura". Desse modo, compreendemos que a língua também significa na falha, nas brechas, em sentidos que poderiam ser outros.

Pensando na construção imaginária do migrante enquanto responsável pelo desenvolvimento do país, e tomando como ponto o fato de que a conquista do território norte Mato-Grossense se deu através de um 'trabalho árduo', realizado por 'homens destemidos', 'fortes', 'corajosos', passamos a refletir, então, qual seria, dentro desse discurso desenvolvimentista-heróico, o lugar ocupado por aqueles que não conseguiram prosperar?

Nesse sentido, trazemos para a compreensão, um recorte da reportagem intitulada "*Os Pioneiros Apostaram no Progresso. E Acertaram*" que circulou na Revista *Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva* em dezembro de 1983 e que diz respeito ao destino dos migrantes:

(12) Muitos desistiram logo no início, outros tomaram vítimas de acidentes, da malária, de outras doenças, alguns não souberam lutar ou não tiveram sorte, mas os que conseguiram vencer estão felizes e já tem até algumas estórias para contar aos netos.

Temos aqui, a resposta para o questionamento posto anteriormente. Para aqueles que não conseguiram ascender financeiramente, que não prosperaram na região, a mídia tratou de construir argumentos que fossem eficazes à manutenção do discurso do poder, atribuindo a falta de êxito de alguns migrantes à:

1. Fraqueza do corpo (*tombaram vítimas de acidentes, da malária*);
2. Desastre do destino, representado por uma fatalidade, um imprevisto (*não tiveram sorte*);
3. Covardia (*não souberam lutar*);
4. Não-persistência (*muitos desistiram logo no início*);

De acordo com Orlandi (2004, p. 59) "do ponto de vista discursivo, há um percurso social, historicamente constituído, da significação em que está inscrita a relação entre os *diferentes lugares sociais da interlocução* com seus poderes de significação desiguais, projetados no discurso", desse modo, entendemos que o *lugar social* ocupado pela mídia jornalística da década de 70, era o de propagar enfaticamente a *coragem* e a *audácia* dos migrantes. Desse modo, as dificuldades que levaram ao insucesso de alguns pioneiros eram mostradas como inerentes a eles mesmos, sendo de antemão sujeitos fracassados. O sentimento de 'culpa' construído pelos efeitos de sentidos dessa inerência/naturalização, o peso de não-prosperar recaía sobre o próprio sujeito migrante.

Os atravessamentos ideológicos que se fazem presentes nos relatos traduzem-se no discurso de base desenvolvimentista, tornando como naturalizados ideologicamente esses sentidos de insucesso como algo relacionado aos próprios sujeitos, como se, tomados pela transparência da linguagem, só pudessem significar daquele modo. Nesse contexto, os próprios sujeitos, interpelados pelo discurso midiático, passam a reproduzir os dizeres homogeneizantes da classe prestigiada, de que: àqueles que fracassaram é porque 'não eram dados ao trabalho', e aqueles que prosperaram é porque eram 'fortes, trabalhadores e corajosos'.

Vejamos o relato do migrante gaúcho Boanergis Vieira, circulado na revista *Veja* em maio de 1974:

Já me ofereceram 150.000 cruzeiros pela minha roça e não vendi. A fertilidade do solo chegou a superar minha expectativa. Acho que muitos colonos desistiram porque não tinham preparo psicológico para o trabalho. (Revista VEJA, maio/74, grifos nossos)

Entendemos que esse sentimento de culpabilidade que recai sobre o próprio sujeito, é resultante da própria estrutura social em que os sujeitos estão inseridos, ou seja, remonta a ideologia capitalista, e, conseqüentemente, a formação discursiva da meritocracia. Portanto, a

mídia jornalística impressa, a partir do discurso estatal capitalista, criou uma imagem para o *colonizador* e outra para o *migrante que conseguiu prosperar*, sendo o primeiro caracterizado como *Bandeirante Moderno*, e o segundo, enquanto *trabalhador ávido/corajoso*. Em contrapartida, silenciou os demais homens que trabalharam juntos para a construção da cidade, os chamados *peões*.

No que diz respeito ao colonizador Ênio Pipino, faremos considerações a respeito dos recortes jornalísticos que trouxemos anteriormente. Para tanto, ressaltamos o efeito contraditório presente nos relatos, uma vez que as mesmas propagandas que mostravam o colonizador a partir de uma formação discursiva capitalista, também o inseriam em uma formação discursiva naturalista. Desse modo, Ênio era mostrado ora como:

violador dos sertões [relato 1]

um novo Rondon [relato 2]

homem que tem mania de colonizar [relato 3]

desbravador de sertões no Paraná [relato5]

Ora como:

plantador de cidades [relato 1]

semeador de cidades [relato 2]

pioneiro de corajosas empreitadas [relato 5]

homem patriota [relato 6]

Assim, entendemos que a formação discursiva capitalista, na qual a mídia jornalística se pauta para (re)produzir seus dizeres e cristalizar determinados sentidos, encontrava-se atravessada por discursos naturalistas. Isso se justifica, pela incompletude da linguagem, ao permitir que os traços da memória histórica materializem-se na língua como efeitos de sentido que, no momento da formulação, dada as condições de produção – o contexto imediato e o contexto sócio-histórico – são colocados em funcionamento. Assim, os sujeitos se (re)fazem e se significam no ato da enunciação, e estão sujeitos à falha, ao equívoco.

As próprias formações discursivas não se encontram fechadas em si, seus limites são fluidos e, assim, se inscrevem entre diversas formações discursivas, permitindo que a contradição

lhes seja inerentes. Essa contradição por sua vez, permitirá ao discurso mobilidade, maleabilidade, historicidade. Assim, ao refletirmos sobre o processo de ocupação do norte mato-grossense, mais especificamente, nos modos como a mídia significou o colonizador na década de 70, observamos formulações regulares e contraditórias que se firmam em uma dualidade constitutiva, em que Ênio Pipino é representado ora como *explorador/violador dos sertões*, ora como *plantador de cidades*.

Vale dizer que os mesmos relatos/reportagens que circularam em 70, enquanto representatividade do discurso empresarial, encontram-se atravessados ideologicamente por discursos outros. A Amazônia, nesse contexto, deixa de ser apenas um *cenário paisagístico* para tornar-se um *espaço à colonização*, cujas representações imaginárias significavam muito além de mera extensão territorial. Assim, muitos discursos sobre o colonizador, construídos a partir desse espaço re(criado) pela mídia, nos alertam para efeitos de contradição, tanto em relação ao espaço quanto em relação ao processo colonizador. Os discursos se articulam, se atravessam, produzindo a imagem estereotipada da floresta pautada em dicotomias, tais como *inferno/paraíso*, *civilização/barbárie*.

Nesse sentido, a historicidade, ou seja, a memória discursiva que retorna sob a forma de *já ditos* sobre esse espaço, o significa dessa maneira contraditória. Os discursos sobre a Amazônia (re)tomam outros discursos. Discursos que outrora designaram essa floresta a partir de narrativas de viajantes naturalistas que buscavam uma caracterização/uma identidade para a *Amazônia*, para a *América*, para o *Novo Mundo*, para as *Índias*.

Nesse contexto, as discursividades sobre o colonizador e sobre o espaço encontram-se atravessados pelo discurso capitalista/empresarial, que reforçava o poderio do homem e ao mesmo tempo colocava o espaço enquanto um lugar bravo, a ser conquistado/dominado pelo *herói*, pelo *violador dos sertões* (como fora denominado Ênio Pipino), e vale ressaltar que, eram justamente os sentidos de invadir/conquistar/ser bandeirante que dignificavam o indivíduo enquanto herói.

Por outro lado, marcando o funcionamento discursivo da contradição, estes mesmos relatos encontravam-se atravessados pelo discurso determinista, tal como fora mostrado por Euclides da Cunha e Alberto Rangel em suas obras que retratam a Amazônia, intituladas respectivamente, *A Margem da História* (1909) e *Inferno Verde* (1908). Esses escritores, inspirados nos relatos de viajantes naturalistas, e, portanto, amparados em discursos que marcam o determinismo geográfico, o evolucionismo e o darwinismo social, personificaram a natureza, sobrepondo-a a atividade humana. Portanto, é através da historicidade, através dessas narrativas já

contadas/já ditas, que compreendemos o funcionamento dos relatos da década de 70.

As propagandas nos mostraram a cidade de Sinop como aquela que *nasce, brota, surge*, logo, como *fruto do meio* e não necessariamente como *produto das relações sociais*. Nesse cenário, o próprio trabalho do colonizador é tomado sob a forma naturalista, a medida que passa a ser significado pelo epíteto *Plantador de Cidades*, ou ainda, *Semeador de Cidades*. Assim, embora o ato de ‘plantar/semear cidades’ seja sugestivo de uma atividade humana (é a realização do colonizador), essa relação se estabelece através de epítetos, cujos sentidos se produzem, se fundam no discurso naturalista.

Ressaltamos ainda, que a própria imagem (re)criada pela mídia – na relação com a historicidade, trabalhada a partir de um lugar institucional já estabelecido, (re)produzida pelos discursos de uma memória – na tentativa de homogeneizar sentidos e fornecer uma identidade para a Amazônia, reforçava sentidos outros, tais como a de espaço vazio (o *território incharacterístico*) e a inacessibilidade a tais lugares. Atentamo-nos, porém, para o fato de que, era justamente por se tratar de um espaço retratado pela mídia jornalística como lugar ainda inexplorado, que se justificava o vínculo com a noção de *paraíso*. E esse *paraíso* era igualmente representado como *bravio* ao evidenciar a audácia e a coragem dos pioneiros.

Ao refletirmos sobre a escrita de Rubens de Mendonça, autor da reportagem que utilizamos em (1): [...] *Ênio Pipino não escreve história. Faz a história. Escrever história é relatar os fatos realizados; fazer história é fundar cidades, contribuindo assim para o crescimento do Brasil. A Ênio Pipino se ajustam perfeitamente aqueles versos de OLAVO BILAC, no seu poema dedicado a FERNÃO DIAS PAES LEME “O CAÇADOR DE ESMERALDAS”: “Violador de sertões, plantador de cidades/Dentro do coração da pátria viverás!”*, observamos que ele compara o ‘seu’ trabalho com o do colonizador, afirmando *“Ênio Pipino não escreve história. Faz a história. Escrever história é relatar os fatos realizados; fazer história é fundar cidades”*. No entanto, ele não se coloca como sendo o responsável por *escrever história, relatando fatos*, embora nos seja possível alcançar tal interpretação. Assim, compreendemos que o ‘eu’ – Rubens de Mendonça – ‘relata’ os fatos, enquanto ‘ele’ – o colonizador Ênio – ‘realiza’ os fatos, ou seja, funda cidades. Mariani (1996) ao trazer reflexões sobre a teoria da enunciação proposta por Benveniste, nos diz que as marcas de subjetividade ficam apagadas no discurso histórico.

[...] Assim, no relato histórico, as marcas da enunciação subjetiva não comparecem, pois é vedado ao locutor enunciar-se na primeira pessoa. Na hipótese benvenistiana, tal distinção

se sustenta porque na história ‘os acontecimentos parecem contar a si mesmos’, enquanto que no discurso é necessário um ‘ego’ para desencadear o processo de subjetivização na língua. (Mariani, 1996, p. 96)

Ao refletirmos pela Análise do Discurso, no entanto, não levamos em consideração esse sujeito-enunciador reduzido a um ‘ego’ discursivo, mas, sobretudo, a um eu-enunciativo histórico, portanto, assujeitado/interpelado por ideologias. Ainda de acordo com Mariani (idem, p. 97) “em termos discursivos, o que de fato caracteriza a performatividade não pode ser a subjetividade genérica de um ‘ego’ indiviso, senhor de sua língua [...]. É a imagem do lugar social [...] que integra o processo de produção dos sentidos”. Assim, vale ressaltar que no período em que a cidade estava sendo implantada, década de 70, a produção do espaço urbano transformava-se em negócio lucrativo, tanto para detentores do capital, empresários, colonizadoras privadas, bem como, para o Estado, cuja meta era atingir o ‘Milagre Econômico’. Nesse contexto, discursos desenvolvimentistas preenchem as páginas dos jornais Mato-Grossenses e Paranaenses. Os relatos sobre a colonização se figuravam, na grande maioria, enquanto narrativas utópicas ou heroicas, na qual se procurava garantir a valorização da região.

Ainda pensando na relação entre *escrever história* X *fazer história* colocada pelo excerto (1), observamos que o jornalista tenta conferir um prestígio maior ao ato de *fazer história* em detrimento do *escrever história*. Isso é apreensível se levamos em consideração a negação utilizada: “*Ênio Pipino NÃO escreve história*”, o que implica dizer sobre a existência de um *já dito*, há um pré-construído funcionando aí: o termo *escrever história* já esteve relacionado ao ato de *fundar cidades* e não apenas *relatar fatos*, como se a sentença “a cidade de Sinop fora *escrita* por Ênio Pipino” já tivesse sido dita em algum momento, e, por isso, a necessidade da negação, de desconstruir esse enunciado. O jornalista através de uma explicativa informa ao leitor a diferença entre o *escrever* e o *fazer história*. Se não houvesse o pré-construído “*Ênio Pipino escreve história*” não haveria necessidade da negação, poder-se-ia ter dito simplesmente: “Ênio faz história”.

Podemos afirmar ainda, a relação de superioridade entre quem “faz” história pela presença da aditiva “... e contribuir para o crescimento do Brasil”. Vejamos os seguintes questionamentos que obteríamos a partir do excerto (1):

Escrever história é? (Relatar os fatos realizados).

Fazer história é? (Fundar cidades e contribuir para o crescimento do Brasil).

A repetição dos verbos *fazer* e *escrever* no relato (1) “[...] *Ênio Pipino não escreve história. Faz a história. Escrever história é relatar os fatos realizados; fazer história é fundar cidades*[...] sugere um movimento simétrico, uma regularidade, uma harmonia na explicação. Esse ritmo harmônico, no entanto, é quebrado quando o jornalista afirma “Fundar cidades e...contribuir para o crescimento do Brasil”. Logo, quem ‘escreve história’ apenas relata os fatos, mas quem ‘faz história’, além de fundar cidades, contribui para o crescimento do Brasil.

Levando em consideração as ponderações de Mariani (1996, p.105) ao afirmar que as narrativas se constituem “na relação com outras não narradas, mas também possíveis”, gostaríamos de mencionar que, na busca pela construção da imagem da cidade enquanto símbolo do Progresso, outros relatos foram silenciados. Buscava-se, por exemplo, afastar a imagem negativa que se criara a respeito da floresta Amazônica enquanto lugar selvagem, capaz de destruir o homem, outrora denominada pela literatura brasileira como *Inferno Verde*. Havia a necessidade de inserir Mato Grosso no cenário nacional de produção e é nesse sentido que, historiadores e jornalistas, tomados por um sentimento de *guardiões das tradições locais*⁹, construíram relatos ora de caráter *utópico*, ora de caráter *heroico*, para caracterizar a região Norte Mato-Grossense.

No que diz respeito à performatividade enunciativa, não podemos deixar de mencionar o papel exercido pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico (IHGMT) que em sua historiografia memorialística construiu uma imagem do estado, significando-o como ‘civilizado’, ‘guardião da fronteira’, bem como, utilizando-se da imagem do ‘bandeirante’ para dizer da identidade Mato-Grossense. O homem era tido nessa trama como o ‘desbravador’, de ‘boa posição social’, dotado de ‘bom sangue’, herdeiro da estirpe bandeirante (Zorzato, 1998).

Ao afirmar “*A Ênio Pipino se ajustam perfeitamente aqueles versos de OLAVO BILAC, no seu poema dedicado a FERNÃO DIAS PAES LEME*”, Rubens de Mendonça nos aponta para um retorno do Bandeirismo exercido no século XVII, uma vez que a poesia *Caçador de Esmeraldas* de *Olavo Bilac* menciona, narra a epopeia do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme, apontando as desilusões e a morte desse bandeirante na procura de riquezas minerais e de mão de obra indígena em Minas Gerais.

As Bandeiras foram expedições organizadas que surgiram no século XVII com intuito de

⁹ Expressão utilizada por Jéssica Alves Tropolaldi em seu artigo intitulado *Pensando a Construção da Identidade Mato-Grossense*, a fim de caracterizar os historiadores locais.

explorar o interior do Brasil. Inicialmente elas tinham como objetivo encontrar minerais: pedras preciosas, ouro e prata. Posteriormente, dedicaram-se a caça e aprisionamento de indígenas a fim de escravizá-los. Vale destacar que, um dos motivos que levou ao surgimento dessas expedições desbravadoras foi o declínio da produção açucareira em São Paulo. Assim, com a estagnação econômica dos povoados, os habitantes buscaram outras atividades econômicas que fossem lucrativas.

Em (5), observamos na comparação que se faz entre o colonizador enquanto bandeirante, o *desbravador do sertão*, uma retomada a memória do paulista enquanto símbolo desse bandeirismo, e acrescentamos a isso, o fato de que não se trata apenas de um estereótipo criado a partir do ato de desbravar enquanto tal, mas, sobretudo, de uma valorização a questões étnicas e raciais.

Nesse sentido, ‘ser bandeirante’ não se configura apenas como desbravador de territórios ainda inexplorados (em sentido historiográfico) significa, sobretudo, enquanto personagem de um imaginário regional, (re)criado através de características heroicas, que exaltam o caráter específico da paulistanidade e do enobrecimento de tal origem.

Os relatos jornalísticos, ao trazerem o colonizador Ênio enquanto ‘*violador dos sertões*’, homem de ‘*espírito de desbravador*’, que ‘*tem mania em colonizar*’, ‘*um novo Rondon*’, nos apontam, pela historicidade, o bandeirantismo que permeou o século XVII, cujas estórias foram retratadas como de forma heroica/idealista.

Assim, entendemos o processo de ocupação das terras norte Mato-Grossenses igualmente como o resultado desse ‘bandeirantismo’, uma vez que, os colonos que migraram nas décadas de 70 e 80, atendendo ao chamamento do governo federal e, interpelados por discursos midiáticos, enfrentavam diversos problemas agrários no sul do país. Nesse aspecto, Arruda (1997, p. 67) afirma:

[...] essa corrente migratória fugia da pobreza crescente, da falta de créditos e terras, da impossibilidade de concorrer com os grandes produtores face à modernização intensa da agricultura que passa a ocorrer no Centro-Sul do País, marcando um novo processo de re-territorialização em Sinop.

Podemos afirmar que, assim como os bandeirantes do século XVII viam a exploração de minérios e pedras preciosas como um grande atrativo, que motivava o desbravamento de áreas longínquas e de difícil acesso, o novo bandeirantismo – da década de 70 – procurava lucrar com o cultivo do café – plantação que se encontrava em declínio no norte do estado Paranaense em

virtude das geadas que assolavam a região.

Vale ressaltar que os heróis das narrativas do século XVII, ou seja, os *bandeirantes* eram, sobretudo, representados pelos paulistas. Assim, ao descrever Ênio Pipino, enquanto o *Bandeirante Moderno/o Violador dos Sertões* retoma-se os sentidos do bandeirantismo enquanto símbolo da paulistanidade, direcionando-nos a refletir sobre questões étnicas, visto que o próprio colonizador Ênio Pipino era paulista, nascido em Penápolis. Assim, a genealogia bandeirante funcionava como uma tentativa de conceder ao paulista um estatuto superior no que diz respeito à raça. De acordo com Souza (2007, p. 162):

[...] Livre, na medida do possível, da miscigenação com o negro, admitindo-a, por outro lado, no tocante ao índio. Tanto é assim, que Oliveira Lima define o que chama de “verdadeiros paulistas” como “descendentes de brancos-portugueses ou espanhóis que aí tinham afluído do Rio da Prata e do Paraguai em várias ocasiões com certa proporção de cruzamentos indígenas”.

No que diz respeito à relação de aproximação com o indígena compreendemos que esta seria justificada pela tentativa de caracterização do bandeirante enquanto ‘raça de gigantes’, ou seja, dotado de espírito aventureiro e corporatura robusta. Cortesão (*apud* Souza, 2007, p.163), chega a afirmar “São Paulo tornara-se, de fato, uma espécie de democracia luso-tupi”.

Tendo em vista a poesia *Caçador de Esmeraldas* de Olavo Bilac, citada por Rubens de Mendonça em sua reportagem jornalística (1), enfatizamos que, a mesma aponta para o bandeirante tido como herói, o guerreiro em favor da Pátria. Assim, o lado explorador desse bandeirante encontra-se apagado na medida em que suas ações são justificadas enquanto um ‘bem’ ao desenvolvimento do país. Ao refletirmos sobre o enunciado: “*Violador de sertões, plantador de cidades/Dentro do coração da pátria viverás!*”, qual seria então o sentido de ‘violador’?

Nas formulações *O Semeador de Cidades* e *Violador dos Sertões*, vemos o funcionamento da contradição. Esses epítetos convergem para o mesmo fim: *a ação de ocupar o território*. No entanto, o ato de *semear cidades*, por estar relacionada à formação discursiva naturalista, nos permite atribuir efeitos de complacência, ou seja, *de ocupar a terra de forma pacífica* como muitos jornais relatavam. Essa característica é ainda perceptível quando lançamos olhares às reportagens que personificam a Amazônia como se ela fosse a detentora da vontade de ser ocupada, ou seja, ela era o espaço que *dormia* e sentia-se desejosa de ser colonizada. Por outro lado, o ato de *violador sertões* remonta à formação discursiva capitalista, logo, a atuação bandeirante/exploratória. E esse

era um mecanismo eficaz na construção imagética do colonizador enquanto homem forte.

Vale destacar, porém, que ao mesmo tempo em que esses jornais descreviam o ato brusco de *violar* e de *invadir* o espaço, colocando-o como território bravo, esses mesmos jornais traziam essa brutalidade como ato *não cruel*, a partir das formulações *conquista pacífica* e *pacificamente* como forma de caracterizar o processo de (re)ocupação do território. Assim, os discursos se organizavam de forma contraditória na medida em que embora tentando forjar o apagamento de determinados sentidos, eles continuavam lá, latentes e contraditórios, remontando a formações discursivas distintas: a capitalista e a naturalista/determinista.

A ação dos bandeirantes contribuiu para o surgimento de narrativas épicas, mitos e lendas sobre o ‘desbravamento e conquista do sertão brasileiro’, ou seja, embora tenham sido responsáveis pela escravização de inúmeras etnias indígenas e pela destruição de muitas missões jesuíticas, os bandeirantes ficaram consagrados enquanto homens heroicos, portadores de coragem, bravura e espírito aventureiro. Essas narrativas foram (re)atualizadas no jornalismo da década de 70 pelo funcionamento da memória. Sant’Anna (*apud* Sales, 2011, p. 76) ao dizer sobre a poesia *Caçador de Esmeraldas* de Olavo Bilac, afirma “[...] Houve o recalque da natureza, do índio, da paisagem inicial. Os que foram vencidos pelo invasor foram recalcados historicamente. O vencedor parece ser a única presença inscrita no inconsciente histórico”.

Na colonização da década de 70, no entanto, o termo ‘bandeirante’ ganhou novas proporções, não estando mais relacionado aos títulos de nobreza adquirido a partir do êxito em exterminar ou escravizar os indígenas. O prestígio dedicado aos bandeirantes estava relacionado à riqueza adquirida a partir da colonização dirigida/privada. E nesse cenário, os indígenas foram excluídos do processo, retirados das terras onde seriam implantados os Projetos de ocupação do território e levados ao Parque Nacional do Xingu, ou seja, estabelecia-se a relação ‘desocupar para ocupar’. E isso representava a chamada ‘conquista pacífica’ propagada pelos jornais da época, ou seja, o ato de ‘conquistar/explorar’ era tido como negativo apenas se referisse à violência física, ao passo que, violá-los psiquicamente, retirando-os de seus lugares de origem, não representava crueldade.

Desse modo, entendemos que o jornalismo impresso, responsável pelas narrativas sobre o processo de (re)ocupação da cidade de Sinop na década de 70, procurou construir através do discurso científico, uma tradição inventada, a partir da sustentação de sentidos, pela memória do termo/formulação *bandeirante*. Taunay (*apud* Souza 2007, p. 162) define os paulistas como

“espécimes superiores no tocante à energia e ao ânimo empreendedor”. E assim, tomados como seres dignos de homenagem, construiu-se no Museu Paulista, esculturas que retratam o Bandeirismo:

Os bandeirantes são representados, no hall de entrada, por grandes estátuas; as diversas regiões do país são representadas como criações da ousadia paulista: a Independência foi, providencialmente, proclamada em São Paulo e Pedro I, em carta exposta com destaque, agradece o apoio decisivo dos paulistanos à Independência. (Funari, 1995, p. 46)

Em (3), ao afirmar que “*Enio Pipino é um homem que tem a mania de colonizar*”, novamente apontamos para a atuação dos bandeirantes, uma vez que estes sempre deslocavam-se de seus lugares já exauridos/explorados em busca de novas conquistas. *Mania* remete aquilo que se repete, portanto, representa a busca incessante de ocupar lugares onde ainda há o que explorar. E enfatizamos ainda, que se tratando do colonizador Ênio Pipino, a formulação ‘mania de colonizar’ remonta ainda, à memória de ocupação e fundação de algumas cidades paranaenses, mostrando um ‘projeto que deu certo’, que se concretizou. Essa era uma forma de garantir a eficácia da propaganda sobre as terras Mato-Grossenses, afinal, novamente tratava-se do *bandeirante moderno Ênio Pipino* à frente do projeto de ocupação.

Além da retomada da colonização das cidades paranaenses, o discurso jornalístico ainda resgatava o programa *Marcha para o Oeste*, proposto por Vargas em 1937: “*E logo que seu trabalho foi completado por aqui, Ênio Pipino resolveu iniciar a sua marcha para o oeste*”. Assim, ‘Marchar Rumo ao Oeste’ significava aderir ao movimento das Bandeiras no século XX, e assim, povoar o norte de Mato grosso de forma planejada/disciplinarizada. O Programa *Marcha para o Oeste*, no entanto, não remete apenas à expansão econômica da região norte Mato-Grossense, gostaríamos de mencionar aqui, o caráter ideológico dos discursos que circulavam pela imprensa, no sentido de *unificação nacional*, em que a partir de um *nacionalismo exacerbado*, procurava-se encobrir tensões sociais.

Ainda em (3) observamos a necessidade de expor uma situação negativa “*Muitos chegaram a duvidar da experiência do velho pioneiro*” para logo em seguida enaltecer o colonizador. Nesse sentido, mencionamos o caráter genérico e vago, a partir de uma formulação imprecisa, que consiste no uso do pronome indefinido *muitos*. Assim, esse funcionamento de dizer superficialmente, sem dar nomes, sem definir *quem* seria esse *muitos* que duvidou da experiência do colonizador, está posta apenas com intuito de reforçar o poderio do mesmo, na medida em que

as *incertezas* expressas pelo verbo *duvidar*, foram destruídas perante as grandes ações realizadas pelo colonizador. Precisava-se por uma questão negativa (ainda que através de uma formulação vaga), para em seguida (re)afirmar que tudo deu certo.

Em (4) gostaríamos de ressaltar a palavra ‘pioneiro’ que adquiriu novos contornos semânticos, o que é possível observar em: “*Para se avaliar a **grandiosidade do pioneirismo do verdadeiro colonizador e de sua confiança no futuro, acrescenta-se que, para um virtual zero populacional local antes da BR-163, há atualmente cerca de 15 mil habitantes, prevendo-se para o próximo decênio mais de 500 mil pessoas. A produção econômica, de Cr\$ 46,5 milhões em 1975/76, tem projeção para atingir no mesmo período a cifra de Cr\$ 900 milhões.*** Observamos que a *grandiosidade do pioneirismo* está relacionada não apenas com o número de migrantes (15 mil habitantes), mas, sobretudo, com a forma como esses migrantes contribuíram com a produção econômica do país (de Cr\$ 46,5 milhões em 1975/76, tem projeção para atingir no mesmo período a cifra de Cr\$ 900 milhões).

Ao refletirmos sobre as propagandas circuladas pelo jornalismo impresso na década de 70, percebemos uma valorização excessiva da realização dos empreendedores. Nesse contexto, ‘ser pioneiro’ deixava de significar enquanto aquele que *chegou primeiro*, para dizer sobre os que conseguiram prosperar. Guimarães Neto (2002, p.142), afirma “como uma imagem caleidoscópica, em cores e matizes múltiplos, vê-se a mobilização de homens e mulheres em suas diversas tentativas e labutas, seguindo para a *terra prometida*”. Ao pensarmos nessa imagem caleidoscópica, ou seja, na variedade de cores produzidas por estas pessoas nas diversas tentativas de sobrevivência, assinalamos a prevalência no discurso jornalístico, da ‘cor do capitalismo’. Assim, ser pioneiro significava, necessariamente, ser um empreendedor de sucesso.

A fim de dar mais um passo nessa reflexão, gostaríamos de mencionar o uso do termo ‘ocupação produtiva’ que circulou em algumas reportagens. Que ocupação seria essa? Vejamos, ainda no excerto (4): “*O objetivo maior de todo o planejamento nacional é o homem, nas suas diferentes dimensões e aspirações*”. *Esse é Ênio Pipino, um paranaense de coração, que **aceitou o desafio para a ocupação produtiva da Amazônia, semeando cidades e ajudando o País na consolidação de um dos seus objetivos permanentes – a integração nacional***”. Atentamo-nos para o fato de que não se tratava de uma ocupação qualquer, mas de uma ‘ocupação produtiva’. Nesse sentido, Martins (1997) traz importantes considerações no que diz respeito a ocupação do espaço enquanto local de imposição e exploração do homem. Para o autor, o conceito de ‘fronteira’ ou

‘frente pioneira’ não existe apenas no sentido de expandir o povoamento ‘espacialmente’ e intensificar padrões de vida. O autor nos convida a reflexão sobre a *fronteira do humano*.

Dos migrantes que vieram para o norte Mato-Grossense pós 70, em busca da ‘terra prometida’, do ‘Eldorado’, podemos esquematizar algumas situações que caracterizariam o destino tomado por eles:

1. Alguns permaneceram no local, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e não conseguindo prosperar financeiramente;
2. Outros (poucos) lograram êxito, tendo em vista que já possuíam capital para investimento e tornaram-se latifundiários;
3. Alguns serviram de mão-de-obra para o mercado local e regional, não acumulando bens;
4. Tiveram ainda, aqueles que não conseguindo êxito com a produtividade da terra, passaram a dedicar-se a outras atividades, como o garimpo, ainda que de forma precária.
5. Muitos desistiram e voltaram para os lugares de onde haviam partido.

Percebemos então, que o enriquecimento e o sucesso no cultivo agrícola, bem como, em outros empreendimentos, não contemplou a todos os migrantes no novo espaço. Embora existisse uma intensa divulgação das terras como férteis, alguns Projetos fracassaram. Nesse sentido, ressaltamos o Projeto de implantação da usina de álcool, a Sinop Agroquímica S.A (SAQ), que entrou em funcionamento em 1981 e foi fechada em 1994.

A colonizadora Sinop, responsável pela usina de álcool – a Agroquímica (SAQ) – defendia que o produto utilizado na indústria deveria ser a mandioca e não a cana-de-açúcar. Isso porque, segundo os dirigentes da colonizadora, a mandioca é uma planta de ciclo curto, com colheita em doze meses, possível de colher em qualquer mês do ano, o rendimento de álcool por tonelada seria maior e, que, por se tratar de uma cultura de pequena propriedade, assentaria o camponês ao invés de expulsá-lo. No discurso do colonizador Ênio Pipino, a construção da Sinop Agroquímica (SAQ), figurava-se como:

[...] **uma resposta do espírito de iniciativa de nossa gente** no sentido de que o país possa continuar na sua luta para superar nossas carências de energia carburante. E, para efetivação desse empreendimento, precisamos agradecer aos Ministros da Indústria e Comércio, Presidente do Banco do Brasil e Superintendente da SUDAM. (Vidigal, 1992,

p.119, grifos nossos)

Nas palavras do colonizador, além de enfatizar o auxílio recebido por órgãos governamentais, e, portanto, a necessidade do agradecimento, observamos uma tentativa de mostrar preocupação em relação aos ‘destinos do país’, e nesse sentido, os camponeses funcionariam mais uma vez como os ‘soldados’, ‘guardiões’ da Pátria. Ressaltamos, porém, que a implantação da indústria de álcool representava negócio bastante lucrativo para a colonizadora, visto que muitas terras precisavam ser comercializadas. Os colonos, por sua vez, interpelados pelas propagandas que circulavam sobre a usina, sentiam-se convidados a investir o capital que possuíam na compra das terras, pois acreditavam que a usina iria gerar riqueza.

Em relação à opção pela mandioca como produto a ser cultivado para abastecer a indústria, Vidigal (1992), denuncia como incoerente as justificativas fornecidas pela colonizadora, afirmando que os reais motivos seria a pouca exigência em termos de solo e clima:

[...] de certa forma encobre as preocupações do grupo em ver o empreendimento da colonização fracassar, pois como já se viu os colonos são unânimes em dizer que os solos são de baixa qualidade, que necessitam de corretivos e que entraram em uma cilada comprando terra por efeito de propaganda através de fotos e filmes, sendo a realidade outra. (Vidigal, 1992, p.115)

Desse modo, entendemos que, para além dos sentidos fixados pela mídia impressa no que refere ao sucesso dos colonos migrantes, existem sentidos outros, silenciados por aqueles que detêm o poder da ‘informação’.

Conforme o excerto (4), ao enfatizar “*ajudando o País na consolidação de um dos seus objetivos permanentes – a integração nacional*”, apontamos para o fato de que a ‘ocupação produtiva’ estaria relacionada muito mais ao empreendedorismo que faz da terra uma reserva de valor, do que ao assentamento de pequenos trabalhadores.

A colonização no norte de Mato Grosso constitui-se em um paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que atuaram livremente com apoio do Estado brasileiro. Verdadeiros latifúndios foram entregues ‘de graça’ para os grandes grupos econômicos. [...] Nesse processo as primeiras vítimas foram as nações indígenas e as segundas, os trabalhadores, colonos, peões ou garimpeiros. (Souza, 2013, p. 70)

Observamos ainda em (4), ao dizer “*o maior objetivo é o homem em suas diferentes dimensões e aspirações*”, que não se tratava de ‘todos os homens’, mas, sobretudo, de ‘colonos

selecionados’. De acordo com Souza (2013, p. 81) “esse tipo de colonização privada era seletiva, pois havia exigências requeridas aos migrantes que pretendessem adquirir um lote”. E nessa ‘suposta’ tentativa de contribuir com o desenvolvimento do país e ao mesmo tempo ‘presentear’ os colonos com as grandes oportunidades de ascensão econômico-social advindas dos projetos de colonização, ainda forjava-se um apagamento de outras razões pelas quais estes colonos estavam sendo ‘convidados’ a migrarem. Nesse sentido, Souza (2013, p. 68) assevera:

O Governo Geisel (1975) usou a política de expansão da fronteira agrícola como válvula de escape para resolver os problemas decorrentes da concentração fundiária nas regiões Sul e Sudeste do país, apresentando a colonização privada na Amazônia como solução para estes problemas sociais, baseado no controle militar do espaço amazônico e apropriação privada das terras devolutas pelo capital.

Desse modo, compreendemos que, o jornalismo impresso, ao narrar as efemérides do processo de colonização do norte de Mato Grosso, buscava, além de atrair migrantes para ocupar ‘produtivamente’ os *espaços vazios*, manter um controle do espaço e amenizar conflitos fundiários.

Em (6) podemos afirmar que embora houvesse engrandecimento do colonizador e de *outros homens do campo* isso não se dava em nível simétrico, de igualdade, pois o espírito desbravador era a representação do paulista, ele era o *bandeirante moderno*, o protagonista da história da colonização, os demais *homens destemidos* ocupam lugar secundário nesse processo, eram apenas ajudantes.

Vejamos o recorte (6): “*Isso foi possível graças ao espírito desbravador e ao esforço sem par de homens patriotas como Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, ajudados por outros destemidos brasileiros, homens do campo[...]*”. Ao tomarmos as diversas significações para o termo ‘ajudante’, observamos uma relação hierárquica, vejamos:

1. Assistente; pessoa que auxilia; que presta auxílio ou ajuda outra;
2. Auxiliar; funcionário que recebe ordens de outra pessoa;
3. [Militar] Oficial que está sob as ordens de outro;
4. [Marinha] Oficial da marinha que auxilia outro, hierarquicamente superior, na realização de suas tarefas e funções;

Portanto, ser ‘ajudante’ era encontrar-se submetido a uma hierarquia de poder. Assim, ao mesmo tempo em que se tentava evidenciar a coragem dos ‘demais homens’ por meio do enunciado “[...] *ajudados por outros destemidos brasileiros, homens do campo, que enfrentando*

todos os problemas, para lá se foram ajudar na integração Nacional”, também se negava a importância desses colonos como tal, reforçando a diferença de classe e igualmente contribuindo para o estereótipo e potencialidade singular do paulista.

Antes de finalizarmos esse tópico de discussões, esclarecemos que o motivo pelo qual *os bandeirantes* foram nomeados como tal, estava no fato de que as expedições sempre eram conduzidas por uma bandeira com as insígnias representativas do chefe da expedição ou mesmo com a bandeira da Cruz de Cristo (conforme consta no brasão e na bandeira da cidade de São Paulo).



Imagem 01 – Brasão da Cidade de São Paulo.

Percebemos assim, que o bandeirismo – representado no Brasão e na Bandeira da cidade Paulista, reforça o sentimento de pertença à origem lusitana, tendo em vista que, a cruz vermelha (Cruz de Cristo) é o emblema da história de Portugal, sendo que fora utilizado nas velas das naus nos tempos de descobrimento e nos navios da marinha portuguesa.

Ao lançarmos olhar para o hino e para o brasão do estado de Mato-Grosso, temos igualmente a representação do bandeirismo. Vejamos a segunda estrofe do hino de Mato Grosso e o brasão:

Eis a terra das minas faiscantes
Eldorado como outros não há
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguás!



Imagem 02 – Brasão de Mato Grosso

Assim, entendemos que a ocupação do território Mato-Grossense fora representada a partir da *mitologia bandeirante*. Os discursos que circularam na imprensa na década de 70, procuravam firmar uma identidade para o estado através de relatos heroicos, de um povo desbravador, o que nos permite, através da memória, retornar ao processo de colonização nacional. E esse mesmo discurso heroico-idealista significa a colonização Sinopense.

4.2 Colonizar é Atender aos Desejos da *Pátria*

Neste tópico, abordaremos o forte *apelo patriótico* exercido pela mídia jornalística impressa nas décadas de 70/80. Para tanto, buscaremos compreender, através da teoria materialista da Análise de Discurso, os sentidos propagados e os sentidos silenciados, a partir de formulações como: *País, Pátria e Nação*, tendo em vista a gama de interesses políticos, sociais e econômicos que conduziram a política de ocupação empreendida pelo Governo e pela colonizadora Sinop nas décadas de 70/80.

Vejamos os excertos que circularam nos jornais:

1. Esta cidade de esperança – afirmou depois o dirigente da empresa – que começa a pontilhar o mapa das afirmações brasileiras da integração amazônica é evidência de começo de vigorosa realidade. Com ela, ***respondemos concretamente ao apelo de toda a nossa gente, de que não devemos ficar lateralizados no curso da imensidão da história de nossa Pátria*** (*Correio da Imprensa – Cuiabá – 17 set/74*, grifos nossos).
2. ***Somos um ponto, apenas, no grande esforço da Nação***, que busca, na coragem dos bandeirantes, a reedição - agora nas terras da Amazônia – de um gesto que ficou na História do Brasil. A compreensão dos tempos atuais e o destino que antevimos do nosso futuro reclamavam de nós a contribuição que tínhamos que dar para que fizéssemos a presença brasileira nessas vastidões verdes (*Folha de Londrina – 11 set/74*, grifos nossos).
3. Se a Transamazônica, sob tutela do poder governamental, plasma, na imensidão das selvas, a certeza de posse histórica e efetiva, a Cuiabá-Santarém, pelo seu aspecto de integração, constitui chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de presença nestas imensas paragens de seu território. Lá, o Poder Público ampara a iniciativa. Aqui, ao longo da BR-163, agricultores e empresas colonizadoras somam experiências, aceitam o repto da luta, enfrentam, no cotidiano destes verdes sem fim, a história de fazer ou não fazer ***nossa presença patriota nessas***

regiões (Revista O Cruzeiro – 23 out/74, grifos nossos).

4. O que leva uma empresa tradicional e sólida, há mais de duas décadas atuando ininterruptamente no instável mercado imobiliário, no setor de colonização em uma região já reconhecida pela tradição de suas terras férteis, a investir dinheiro e experiência numa *área totalmente nova e inóspita*, em época de dificuldades econômicas e quando já se previa a atual crise na agropecuária? “*A confiança no próprio projeto e no Futuro do País*”, responde, sem titubear, Ulrich Grabert, gerente geral da Colonizadora Sinop (*Revista Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva – dez/83, grifos nossos*).

Na (1) formulação “*respondemos concretamente ao apelo de toda a nossa gente[...]*”, observamos a marca de identidade em *nossa gente*. Existia, assim, mesmo diante das distintas classes sociais que ocupavam o espaço, uma preocupação em construir um discurso homogeneizante, que apresentasse a todos como sendo ‘um só povo, uma só família’, o que direcionava ao sentimento de pertencimento a terra. Nesse sentido objetivamos compreender as práticas ideológicas produzidas nesse espaço político/jurídico, uma vez que o termo *Pátria* representava para muitos migrantes o lugar acolhedor, cujos *direitos e deveres* seriam reconhecidos.

De acordo com Orlandi:

[...] Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. Em nosso caso, a forma-sujeito histórica corresponde ao **sujeito-jurídico constituído pela ambiguidade que joga entre a autonomia e a responsabilidade sustentada pelo vai-e-vem entre direitos e deveres**. (Orlandi 2015, p.55, grifos nossos)

Assim, o discurso da *Pátria* produzia o efeito de uma construção positiva para o local, cujos dizeres estavam relacionados a uma construção imaginária de ‘nação brasileira’, como podemos observar em (1) pelo sentimento de *pertencimento* a *Pátria*, a ‘nossa’ *Pátria*: *não devemos ficar lateralizados no curso da imensidão da história de ‘nossa Pátria’*.

Ainda no que diz respeito a essa formulação atentamo-nos para o fato de que ‘*pertencer a Pátria*’ significava trabalhar em prol dela, ou seja, fazer o país progredir financeiramente. Isso se figurava como um ‘*dever*’ a todo ‘*bom cidadão*’. Vejamos outros relatos:

(2) *Reclamavam de nós a contribuição que tínhamos que dar para que fizéssemos a presença brasileira nessas vastidões verdes (Folha de Londrina – 11 set/74, grifos nossos).*

(3) *Constitui chamamento para que as forças do povo venham somar sua*

missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de presença nestas imensas paragens de seu território. (Revista O Cruzeiro – 23 out/74, grifos nossos).

(3) fazer ou não fazer nossa presença patriota nessas regiões (Revista O Cruzeiro – 23 out/74, grifos nossos).

Logo, precisava-se ‘*marcar presença nas vastidões verdes, na história da Pátria*’, e essa visibilidade do sujeito enquanto bom cidadão era a representatividade do labor do pioneiro, sustentado por um discurso pré-construído (Pêcheux, 2014) que associava a obtenção do trabalho como condição para a dignidade. De acordo com Sargentini:

Da perspectiva da construção histórica da definição de trabalho, é possível recuperar cartilhas escolares das décadas de 60 e 70 que definiam trabalho como fator condicionante para a dignidade e que pode ser resumido na máxima “trabalhar é sempre honroso; não fazer nada é vergonhoso”. (Sargentini, 2003, p.128)

Assim, observamos que os discursos patriotas retomavam sentidos já existentes, a partir de formulações *já ditas*, funcionando a partir da formação discursiva (FD) que toma o trabalho como revestido de valor moral (dignidade) e legal, já que obter um registro na carteira de trabalho era um indicativo de vitória, uma vez que ‘só era possível vencer na vida através do trabalho’.

Mencionamos ainda, a soberania do Estado enquanto aquele que, ao mesmo tempo em que, dissemina o discurso da liberdade, assujeita os indivíduos pelo processo de individuação (Orlandi, 2015), ou seja, tomando o indivíduo enquanto ponto de partida para o assujeitamento ao simbólico. Enfatizamos ainda, que nesse processo de assujeitamento, o indivíduo não possui controle sobre a forma como ele é interpelado pelo discurso estatal capitalista, pois é algo que significa antes, em outro lugar e independentemente, através das diferentes formas de poder. Nesse sentido, Guimarães Neto (1986, p.41) afirma que:

O Estado nacional se revela, ponto por ponto, em todo o seu território, seja pela cobrança de impostos e pelas mais variadas formas de obrigações civis, todos *devem pertencer ao seu país desde o momento em que nascem* (o “cadastramento” pelo registro civil). Desta forma, o indivíduo quer seja do campo ou da cidade, distante ou próximo, não se encontram “fora” ou livres dos poderosos tentáculos de um Estado que impõe e dissemina por toda a nação a ordem patriótica: trabalhem...trabalhem...pois o suor de seus rostos é útil “para a riqueza e poderio da Pátria”. (Guimarães Neto, 1986, p.41)

Percebemos, então, que é por meio do trabalho que se garante esse sentimento de pertença a

Pátria, e “nessa representação patriótica, e porque não dizer religiosa do *mundo novo*, trabalho e progresso surgiam com a aura da salvação” (Vidigal *apud* Souza, 2004, p.151).

Destacamos ainda, que o discurso patriótico funcionava como forma de o colonizador reproduzir a *política da disciplina*, ao passo que, a partir do sentimento afetivo-nacionalista, se conteria os conflitos internos, garantindo a viabilidade do projeto de colonização e a permanência dos colonos no espaço (re)ocupado. Nesse sentido, vale ressaltar a importância do discurso religioso, que, ao lado dos discursos patrióticos, povoaram o imaginário social, garantindo à contenção das ideias contrárias a administração local. De acordo com Orlandi (2008, p. 65), “tanto o poder religioso como o político se exercem pelo amor e pela crença. Estes são o suporte da autoridade”.

Desse modo, nos relatos da colonização, observamos o assujeitamento dos colonos à ordem religiosa e patriótica, ambas estritamente relacionadas com o *trabalho*. Vejamos uma das imagens circuladas no jornal *O Estado do Paraná* em maio de 1975, cuja legenda afirma “*A Igreja, a Cruz, como símbolo da fé e confiança no futuro de uma terra que abriga gente de todo o mundo. Aqui, a paz e a ordem são constante, como o trabalho e a ação dos homens*”.



(Imagem 03 – a Igreja – Jornal *O Estado do Paraná*, maio/1975)

Assim, embora a crença na liberdade, diante do que Orlandi (2015, 2012) afirma ser o sujeito jurídico (ou seja, o sujeito de direitos e deveres), que é a forma sujeito capitalista, temos então indivíduos/colonos migrantes assujeitados ao poderio do Estado e da igreja, ou conforme nos

aponta Orlandi (2015, p.48), sujeitos capazes “de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas”. Logo, o “Deus do trabalho, em toda a sua onipotência, ensinaria, nessa busca, os homens a respeitarem a propriedade, a ordem e a disciplina, indispensáveis à construção do amanhã” (Vidigal *apud* Souza, 2004, p. 151).

Vale destacar que a igreja atuava enquanto ‘acolhedora’, ela era a responsável por ‘confortar’ as angústias dos migrantes diante das incertezas impostas pelo novo espaço. Enfatizamos ainda, que a possibilidade da prática religiosa fora viabilizada pela própria colonizadora. De acordo com Froehlich, bispo de Sinop:

[...] O Sr. Ênio e sua esposa D. Nilza – já falecidos – nunca negaram qualquer terreno para as Paróquias, para as capelas, para a Cúria Diocesana (uma quadra inteira) e para outras obras sociais. Além disso, deram uma chácara para a construção do centro pastoral e mais duas chácaras à Diocese de Sinop, como brinde. (Froehlich, 1999, p. 48)

Os colonos vindos do Sul eram em grande maioria ‘católicos praticantes’, ou seja, participativos. A igreja, por sua vez, funcionava não apenas como um templo de oração, era também o local onde os colonos buscavam integrar-se, manter vínculo uns com os outros. Lá, realizava-se os casamentos e batizados, assim como, discutia-se o futuro do lugar, as culturas, os preços e os negócios de terra. Nesse aspecto, Shaefer (1985) afirma que os próprios sacerdotes – padres e o bispo – eram pessoas aptas a darem conselhos referentes ao manejo da terra, a produção agrícola e ao destino da sociedade como um todo.

Desse modo, entendemos que o papel exercido pela igreja foi fundamental na construção do novo espaço, na socialização entre as famílias, e, conseqüentemente, na manutenção da ordem e da pacificidade do lugar. Nesse sentido, atribuímos a eficácia do cumprimento aos mandamentos ditados pelo religioso, ao poder já institucionalizado da igreja, bem como, ao assujeitamento ideológico dos colonos a essa instituição.

Ao pensarmos o caráter ideológico do discurso, e nesse caso, tomando como ponto de reflexão o papel da igreja enquanto disseminadora de valores, a partir do assujeitamento a que os colonos eram/estavam submetidos, citamos Maluf-Souza ao metaforizar a anedota sobre a já extinta República Democrática da Alemanha:

Um trabalhador alemão consegue emprego na Sibéria, mas, sabendo que suas cartas para os amigos serão monitoradas ele combina um código: quando as cartas forem verdadeiras serão escritas com tinta azul e quando forem mentirosas, serão escritas com tinta

vermelha. Depois de um mês, seus amigos recebem a primeira carta escrita em tinta azul: “Tudo aqui maravilhoso: as lojas vivem cheias de mercadorias, a comida é farta, os apartamentos são grandes e bem aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais e não faltam garotas bonitas pra namorar. A única coisa que não se consegue encontrar é tinta vermelha”. Esse é próprio paradigma de funcionamento da ideologia, pois ela tanto se instaura como efeito de uma ‘censura totalitária’ quanto de uma ‘censura liberal’, assim, vivemos da ilusão da liberdade do dizer, porque nos falta a ‘tinta vermelha’, a linguagem própria através da qual poderíamos formular nossa ausência de liberdade. (Maluf-Souza, 2008, p. 148)

Desse modo, entendemos que os efeitos ideológicos se instauraram através de uma censura liberal, em que os sujeitos migrantes acreditavam ser livres para negociar, trabalhar, enfim, para criar vínculos no novo espaço. Assim, o *discurso da Pátria*, formulado a partir de *pré-construídos* que remetem ao trabalho como símbolo de dignidade, bem como, atravessados pela formação discursiva religiosa, funcionavam pela relação do simbólico com o político nos propiciando refletir sobre como os colonos-migrantes (sujeitos de linguagem) encontram-se (as)sujeit(ad)os.

Nesse sentido, Pêcheux (2014, p.88) ao citar a fala do “alemãozinho Bruno Herzog” define o que seria esse assujeitamento: “Lá na Alemanha nos batiam e havia correntes; aqui é parecido, mas não se vê nada”, ou ainda ao citar Henry Ford, o autor nos diz: “nós liberamos ao cliente o carro na cor de sua escolha...com a condição de que ele queira preta” (idem).

Ao pensarmos na representação patriótica que fora criada pela mídia, não podemos deixar de considerar o contexto histórico-político macro em que as propagandas foram (re)produzidas, ou seja, década de 70, período da Ditadura Militar. Courtine (*apud* Orlandi, 2008, p.31) afirma “a análise de discurso procura compreender as formas textuais de representação do político”, nesse sentido, ao pensarmos nosso material de linguagem observamos a luta de classes, ou seja, os discursos que se sobrepõem a fim de manter-se hegemonicamente superior, impedindo assim, que outros discursos apareçam. Vejamos a seguir, o uso do pronome “nós” sempre indicando para desejos, sentimentos e atribuições coletivas:

(1) ***Somos uma família integrada. Temos a terra para cultivar, temos as instituições para nos ajudar e temos o homem para completar esse elo dessa corrente maravilhosa e abençoada por Deus*** (Jornal *O Estado do Paraná*, Curitiba, maio/1975)

(2) ***Nós nos reunimos aqui numa única família, a família do Brasil grande que ora se consolida no Mato Grosso – celeiro da Nação.*** (Jornal de Cuiabá Maio de 1975)

(3) ***Estamos** vivendo um dia de entusiasmo, um dia de alegria produtiva (ministro da agricultura Alysson Paulinelli (Jornal de Cuiabá Maio de 1975)*

(4) ***respondemos** concretamente ao apelo de toda a nossa gente, de que não **devemos** ficar lateralizados no curso da imensidão da história de **nossa Pátria**.(Correio da Imprensa – Cuiabá – 17 set/74, grifos nossos)*

(5) ***Somos um ponto, apenas, no grande esforço da Nação**. [...] reclamavam de **nós** a contribuição que **tínhamos** que dar para que **fizéssemos** a presença brasileira nessas vastidões verdes (Folha de Londrina – 11 set/74, grifos nossos).*

(6) [...] a história de fazer ou não fazer ***nossa presença patriota nessas regiões*** (Revista O Cruzeiro – 23 out/74, grifos nossos).

Nesse sentido, ao pensarmos o uso do pronome “nós”, ou seja, remetendo a um sentimento coletivizado, tomamos as considerações de Orlandi (2015, p. 53) ao afirmar “os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos”, pra dizer sobre o silenciamento, o apagamento de determinadas classes, de argumentos individuais, ou seja, é o *limite construído com sentidos*, imposto a partir de um discurso homogeneizante, responsável por apagar tantos outros sujeitos. Ainda de acordo com a autora:

Não é só pela violência física ou verbal que se encontram os meios de se obter a submissão. Há uma violência mais insidiosa e eficaz: a do silêncio. E o poder, além de silenciar, também se exerce acompanhado desse silêncio. Este, por sua vez, numa sociedade como a nossa, se legitima em função do amor à pátria e da crença na responsabilidade do cidadão. (Orlandi, 2008, p.65)

Desse modo, compreendemos esse apagamento como efeito do trabalho da ideologia, funcionando através do silêncio. Os discursos da Pátria, sempre coletivizados, apagam sentimentos/dizeres individuais, e esse apagamento se dá a partir de uma falta que se impõe a partir de um discurso homogeneizante, no entanto, é aí que se atesta a luta de classes, a divisão social. De acordo com (Orlandi, 2004, p. 57) “há um processo social de atribuição (distribuição) dos sentidos segundo o qual, em toda a sociedade, há vozes que se tornam geral [...] são as vozes das autoridades”. Nesse aspecto, temos a imprensa como a “garantia de todas as garantias” (Mendonça, 1970, p.66) na sua missão patriótica. E vale ressaltar que esta funcionava atrelada aos interesses do Estado e da própria colonizadora, a Sinop S/A.

Aqui, julgamos relevante dizer sobre o conceito de “monofonia” trabalhado por Orlandi, ao afirmar:

Para mim, a tendência à monofonia é tão importante quanto à polifonia. Podemos apreender o movimento em direção à monofonia se incluirmos justamente na reflexão a relação com os lugares sociais discursivizados e com os mediadores no processo de significação, enquanto práticas simbólicas que são práticas sociais, políticas. **Defino então a monofonia como resultado de uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos.** Penso que não é só a produção de sentidos que constitui o processo de significação, mas também, e eu diria, sobretudo, seu modo de circulação, seu modo de existência. (Orlandi, 2004, p.59, grifos nossos)

Assim, entendemos que o discurso patriótico construído pela mídia tenta se firmar enquanto homogêneo, apagando as divergências sociais, político e econômicas, como se todos pertencem a ‘mesma família’, como podemos observar nos excertos: “*Nós nos reunimos aqui numa única família*”, “*a família do Brasil*”, “*Somos uma família integrada*”. No entanto, sabemos que a produção dos sentidos se estabelece através da injunção ao dizer e o silenciamento, logo, ao silenciar as classes a partir do uso do pronome “nós”, “da família integrada”, (re)afirmam-se as disparidades socioeconômicas, pois o que há na realidade, são sentidos administrados por uma dominante ideológica.

Em (3) observamos a retomada ao discurso do Bandeirismo enquanto ato heroico, afirmando essa conquista como uma luta em favor da Nação: “*Somos um ponto, apenas, no grande esforço da Nação, que busca, na coragem dos bandeirantes, a reedição - agora nas terras da Amazônia – de um gesto que ficou na História do Brasil.* Nesse sentido, vale dizer que, a partir dos discursos midiáticos, os colonos eram representados como *soldados da Pátria*, tidos enquanto ‘conquistadores do chão brasileiro’ o que (re)forçava ainda mais o sentimento patriótico, retomando assim, o processo de colonização do Brasil. Conforme aponta Guimarães Neto (1986, p.42) “há uma elevação quase bíblica deste ‘povo eleito’ que, após sua peregrinação, alcançaria, enfim, a terra prometida”.

Assim, ao (re)utilizar o mito dos bandeirantes, enfatizando o sentimento de pertencer ao *País* e ser reconhecido como parte dele (ajudando a desbravá-lo) simbolicamente significava *existir nesse meio social*, como podemos observar nos excertos: “*para que fizéssemos a presença brasileira nessas vastidões verdes*”, “*fazer ou não fazer nossa presença patriota nessas regiões*”.

Desse modo, observamos uma relação de ‘obrigatoriedade’, de ‘dever’ para com a Pátria, o Estado. A fala do colonizador Ênio Pipino, por exemplo, – dirigente da Sinop S.A – sugere que a empresa colonizadora fora “convidada” a contribuir com o processo de colonização: “A

*compreensão dos tempos atuais e o destino que antevimos do nosso futuro **reclamavam de nós a contribuição que tínhamos que dar** para que fizéssemos a presença brasileira nessas vastidões verdes”*. Esse mecanismo de dizer sobre a conquista do espaço enquanto resultado de uma *missão que os fora imposta*, contribui para o apagamento de sentidos outros, tal como os desejos individuais de enriquecimento, principalmente no que diz respeito aos grandes proprietários de terras e dirigentes da colonizadora.

Assim, os sentidos do capitalismo são apagados enquanto conquista individual para se firmar enquanto desejo *coletivo*. Esse ‘coletivo’ é colocado em um plano de unidade/identidade, como se todos os migrantes agissem em prol de um objetivo comum: *o crescimento do País*. A própria memória do trabalho em relação ao tempo de chegada desses migrantes é homogeneizada, é como se todos tivessem se deslocado na mesma época, participando *igualmente* do processo de (re)ocupação e da moldagem do novo espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre as discursividades produzidas pela mídia jornalística impressa no que refere ao processo de fundação e (re)ocupação da cidade de Sinop, observamos como a imprensa produziu *sentido* e *memória* para o espaço discursivo norte Mato-grossense e para os sujeitos-migrantes.

De acordo com Pitombo-Oliveira (2007) o processo de inscrição de um acontecimento histórico no espaço da *memória* pressupõe um processo simbólico, que transforma aquele acontecimento num fato de significação (ou de discurso). Assim, nesta pesquisa procuramos observar a partir dos relatos jornalísticos impressos que circularam nas décadas de 70/80, os sentidos produzidos para a cidade de Sinop, tendo em vista que fundimos elementos da “realidade” (acontecimento histórico) com elementos inscritos em nosso imaginário, estabilizados como *memória discursiva*. Desse modo, o acontecimento histórico fora significado e trazido para um espaço ocupado por sentidos pré-construídos, por dizeres já colocados interdiscursivamente.

Nesse sentido, observamos em nosso trabalho, a relação estabelecida entre os relatos jornalísticos e outros acontecimentos históricos, tais como, o Bandeirismo que permeou o século XVII quando os paulistas migravam de seus lugares de origem para outras regiões em busca de pedras preciosas e de mão de obra indígena, remetendo assim, ao *Bandeirante Moderno* propagado pelos jornais na década de 70 (representação do colonizador) e a própria memória da colonização do Brasil, em que se propagavam a riqueza do novo local ‘descoberto’, *as Índias*, que por sua vez, significava no discurso da década de 70 pela caracterização da Amazônia enquanto lugar promissor, gerador de riquezas.

Ressaltamos ainda, o uso do discurso naturalista apropriado pela mídia ao dizer de uma cidade que ‘surge’, que ‘brota’ colocando-a como fruto do meio e não do trabalho do homem, ao passo que, esse mesmo discurso, ao caracterizar o colonizador através do epíteto *Violador dos Sertões* reforça o poderio do *bandeirante moderno*, do *plantador de cidades*, logo, dizendo da cidade enquanto resultado do trabalho do colonizador.

Ainda no que refere a Amazônia, lugar que serviria de acolhimento ao migrante, temos igualmente formulações dicotômicas, tais como *floresta bravia/espacos vazios*, firmando assim, através do discurso governamental, a necessidade de ocupar produtivamente esse espaço, e por outro lado, a fim de ‘convidar’ os colonos a migrarem, descrevia-se o lugar como dotado de infraestrutura, com pistas de pouso para aviões de pequeno porte, mercados, hospital e escola.

Assim, é pela plasticidade da linguagem, pela falha na língua, que os sentidos se construíram contraditoriamente.

Desse modo, a memória passa a ser vista como um processo marcado pela *contradição* e pela *heterogeneidade*, ou, conforme Pêcheux (1999), como um espaço de tensão, em que os sentidos são sempre instáveis e se confrontam com outros sentidos que competem por se estabelecerem naquele espaço, levando ao deslocamento ou apagamento dos demais. Nessa direção, destacamos em nossos gestos analíticos a apropriação que a mídia fez de alguns termos da linguagem com intuito de dizer/significar de outro modo, ou seja, acrescentando, por exemplo, o adjetivo ‘moderno’ ao caracterizar o ‘bandeirante’, descrevendo a ‘conquista’ como um gesto ‘pacífico’, enfim, tentando apagar sentidos outros, que, no entanto, permaneceram ali, latentes, através da memória.

Observamos ainda, a circulação de um discurso homogeneizante no que refere aos dizeres sobre a colonização enquanto um bem em favor da Pátria. A Pátria, por sua vez, era a representação de todos em igualdade, como se todos vivessem nas mesmas condições e tivessem os mesmo desejos, forjando, desse modo, o apagamento de sentimentos e vivências individuais. Destacamos ainda, que esses discursos ufanistas/patrióticos encontravam-se atravessados pelo discurso religioso. Este, por sua vez, tinha como finalidade educar os migrantes para serem ordeiros e trabalhadores, pois o trabalho era sinônimo de honra e de virtude.

Portanto, compreendemos que o funcionamento do discurso jornalístico impresso circulado em 70/80, encontrava-se atravessado por posições ideológicas que refletiam o poderio da colonizadora e igualmente do Estado. E embora os relatos jornalísticos apresentarem formulações contraditórias, dicotômicas, tanto o discurso naturalista sobre a cidade, quanto o discurso progressista sustentavam-se pela formação ideológica capitalista/empreendedorista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliana de. **Língua da Fronteira: Uma Cartografia Discursiva**. In: BARONAS, Roberto Leiser. Estudos discursivos em Mato Grosso: limiares. São Carlos: Pedro & João Editores/Cuiabá: EdUFMT, 2008.

ALMEIDA, Eliana de. **Na Relação Língua/Poesia: as Versões dos Brasis e Sujeitos Nacionais**. Revista: Fragmentum, n. 47, Jan./Jun. 2016. Disponível em <<<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/21648>>>. Acesso em 15 de abril de 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (Notas para uma investigação). In Um Mapa da Ideologia; organização Slavoj Zizek: tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **Natureza, Clima e Civilização: As Bases do Pensamento Social da Amazônia no Estado Novo**. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em << <http://anais.anpuh.org>>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

_____. **“Conquistar a Terra, Dominar a Água, Sujeitar a Floresta”: Getúlio Vargas e a Revista "Cultura Política" Redescobrem a Amazônia (1940-1941)**. Ciênc. Hum. vol.5, n.2 Belém: Maio/Agosto, 2010. Disponível em << <http://www.scielo.br>>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

ANDREAZZA, Mário David. **Ministério do Interior: a SUDECO em Mato Grosso**. Coordenadoria de Comunicação Social. Brasília – DF, 1981.

ARRUDA, Zuleika Alves. **Sinop: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões**. Dissertação de Mestrado – UFP/Recife-PE, 1997.

CARVALHO, Nely de. **Publicidade: A Linguagem da Sedução**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2009.

CARVALHO, Guilherme. **Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo**. Revista Uninter de Comunicação, ano 01, n.1, Jun/Dez, 2013. Disponível em << [file:///C:/Users/odont/Downloads/510-1125-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/odont/Downloads/510-1125-1-PB%20(1).pdf)>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

CIORAN, Émile Michel. **História e Utopia**. Tradução de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CYRRE, Magda Regina Lourenço. **Reflexões Sobre o Discurso Jornalístico: Contribuições para Interpretação**. Revista Entrelinhas – Vol. 7, n. 1. (jul/dez. 2013). Disponível em <<<http://revistas.unisinos.br>>> Acesso em 02 de abril de 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **O Tecido da Memória: Algumas Perspectivas de Trabalho Histórico nas Ciências da Linguagem**. Revista Polifonia. EdUFMT: vol. 12. n 2. ISSN 0104-687X. 2006. p. 1-13. Disponível em <<<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br>>>. Acesso em 03 de maio de 2017.

FICO, Carlos. **Espionagem, Polícia, Política, Censura e Propaganda: os Pilares Básicos da Repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRÖEHLICH, Dom Henrique. **O Bispo da Floresta – Autobiografia**. Ceilândia – DF: Ideia Editora, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A Cultura Brasileira e a Construção da Mitologia Bandeirante**. In: Ideias, Ano 2, N. 01. Campinas, UNICAMP, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e Mídia: a Cultura do Espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: [s.n], 1986.

_____. **A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HENGE, Gláucia da Silva. **Texto e Interpretação: Aproximações Entre Análise do Discurso e Literatura**. Revista INTERLETRAS, ISSN Nº 1807-1597. V. 3, Edição n 20, 2015. Disponível em <<http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n20/artigos/18.pdf>> Acesso em 24 de março de 2016.

KAMLOT, Daniel. **Propaganda Enganosa e Persuasão: Reação do Consumidor e Proposta de Políticas Públicas**. Tese de Doutorado. RJ - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MALUF-SOUZA, Olímpia. **Cidade, Discurso e Ideologia**. In: BARONAS, Roberto Leiser. Estudos discursivos em Mato Grosso: limiars. São Carlos: Pedro & João Editores/Cuiabá: EdUFMT, 2008.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O Comunismo Imaginário: Práticas Discursivas da Imprensa sobre o PCB (1922 -1989)**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 1996.

_____. **Sobre um Percorso de Análise do Discurso Jornalístico – A Revolução de 30**. In: INDURSKY, Freda. (org.) ENSAIOS. Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzatto, 1ª edição, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira: a Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEDEIROS, Cassiane Souza de. **As Condições de Produção e o Discurso na Mídia: a Construção de um Percorso de Análise**. Famecos - PUCRS, n. 20. Porto Alegre: 2008. Disponível em <<<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

MENDONÇA, Rubens de. **História da Literatura Mato-Grossense**. 2ed. Cáceres: Unemat, 2015.

MIRANDA, Mariana. **Colonização e Reforma Agrária**. Revista Boletim de Geografia. UEM, ano 05, n 01, Março, 1987. Disponível em <<<http://eduem.uem.br>>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

MORENO, G. **A Colonização no século XX**. In: MORENO, G. e HIGA, T. C.S.(Org.), Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

NUNES, Silvia Regina. **A Geometrização do Dizer no Discurso do Infográfico**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. **Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político**. Fórum Lingüístico, Fpolis, n. 1 (73-81), jul.-dez, 1998. Disponível em << <https://periodicos.ufsc.br>>> Acesso em 11 de junho de 2017.

_____. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. Disponível em <<<file:///C:/Users/odont/Downloads/1943-2003-1-PB.pdf>>> Acesso em 12 de junho de 2017.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

_____. **As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos**. 6 ed. Campinas:

Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, Pontes, 2004.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2012b.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Terra à Vista: Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Língua e Conhecimento Linguístico: Para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Ler a Cidade: o Arquivo e a Memória**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Para uma Enciclopédia da Cidade. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. O Sertão Amazônico: O Inferno de Alberto Rangel. Sociologias. Vol.13, n.26, Porto Alegre, 2011. Disponível em << <http://www.scielo.br>>>. Acesso em 18 de março de 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Pontes, 2014a.

_____. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, Eni (org) Gestos de Leitura. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2014.

_____. **Por uma Análise Automática do Discurso**. In: GADET, F. e HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.

_____. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos, 1990.

_____. **Papel da Memória**. In: ACHARD, et. al. Papel da Memória. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, Rosane da Conceição. **Discurso e Publicidade: dos Processos de Identificação e Alteridade pela Propaganda Brasileira**. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2006.

PERIPOLLI, Odimar João. **Amaciando a Terra – O Projeto Casulo: Um Estudo Sobre a Política Educacional dos Projetos de Colonização do Norte de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2002.

PHILIPPSEN, Neusa Inês. **Mídia Impressa e Heterogeneidade: as Tonalidades Discursivas da Esfera da Atividade Madeireira na Amazônia Legal**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: [s.n.], 2007.

PITOMBO-OLIVEIRA, Tânia. **Divisão territorial: uma análise discursiva do confronto “não dividir x criar”**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. 6 ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro a Agricultor/ Pescador a Operário Metalúrgico. Um Estudo Sobre o Processo de Proletarização/ Organização dos Trabalhadores Amazonenses**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1987.

SALES, José Batista de. **“O Caçador de Esmeraldas”, de Olavo Bilac: Continuidade e Rupturas na Configuração de um Gênero**. Revista Signótica. UFG. ISSN 2316-3690. V. 24, n. 01, 2011. Disponível em << <https://www.revistas.ufg.br>>>. Acesso em 18 de abril de 2016.

SANT’ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças Multifacetadas Colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, Práticas Culturais e Memórias (1971-2008)**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, MT: [s.n.] 2009.

SANT’ ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. **O trabalho em Notícias sobre o Mercosul: Heterogeneidade Enunciativa e Noção de Objetividade**. São Paulo: EDUC, 2004.

SANTOS, Luiz Erardi. **Raízes da História de Sinop**. Sinop: Midiograf, 2011.

_____. **Atlas Histórico e Geográfico de Sinop**. Sinop: Print Indústria e editora Ltda, 2014.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **A Teatralidade na Geração de Empregos: Mídia na Campanha Eleitoral**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e Mídia: a Cultura do Espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

SILVA, Luciene Lages. **Epítetos: Entre Homero e a Apropriação da tragédia e Comédia.** Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, UFES, 2012. Disponível em << <http://periodicos.ufes.br>>>. Acesso em 26 de junho de 2017.

SIQUEIRA, E. Madureira. **O Processo Histórico de Mato Grosso.** 2 ed., UFMT: Cuiabá, 1990.

SHAEFER, José Renato. **As Migrações Rurais e Implicações Pastorais: Um Estudo das Migrações Campo-Campo do Sul do País em Direção ao Norte do Mato Grosso.** São Paulo: Loyola, 1985.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: História, Imagens e Relatos – Um Estudo Sobre a Colonização.** Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

_____. **O Poder na Fronteira: Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz. **Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos.** História Social, nº13, Campinas, 2007. Disponível em << <http://visaportal.com.br>>> Acesso em 26 de outubro de 2016.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** São Paulo: Difel, 1976.

VIDIGAL, Circe da Fonseca. **Sinop: a Terra Prometida. Geopolítica de Ocupação da Amazônia.** Dissertação de Mestrado – São Paulo: USP, 1992.

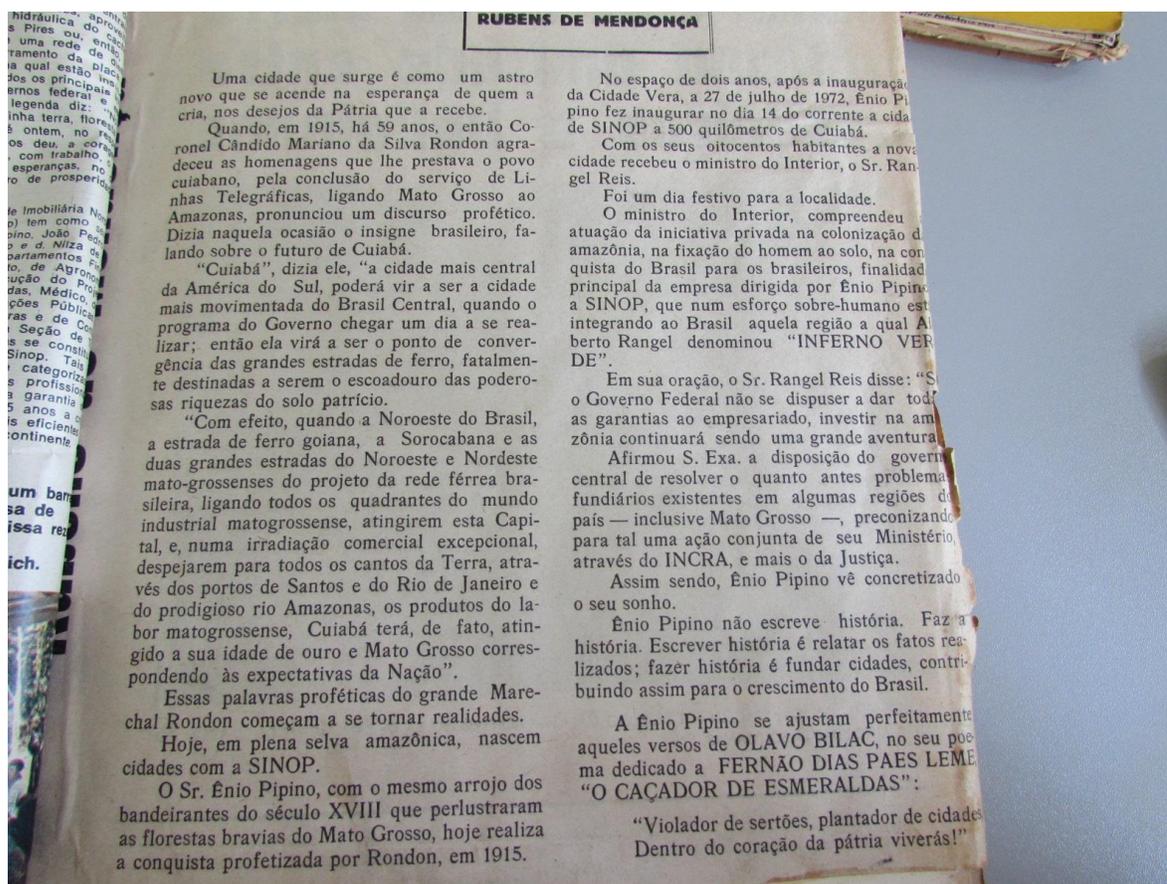
VOIGT-LEANDRO, Rafael. **Inferno Verde: Representação Literária da Amazônia na Obra de Alberto Rangel.** Revista Intercâmbio. ISSN: 1982-8640. 2009. Disponível em <<unb.revistaintercambio.net.br>>. Acesso em 26 de junho de 2016.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A Conquista da Terra no Universo da Pobreza: Formação da Fronteira Oeste no Brasil, 1719-1819.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei.** Leitura – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – UFAL, n. 29, 2004. Disponível em:<<<http://www.academia.edu/12313534>>>. Acesso em 22 de abril de 2017.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983).** Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

ANEXOS

ANEXO 01: Jornal *Correio da Imprensa*, Cuiabá – 22 set/ 1974.

ANEXO 02: Jornal *Correio da Imprensa*, Cuiabá – 17 set/ 1974.

Pipino, o sr. Maurício Rangel Reis disse que o importante a salientar em sua obra é a atenção que ele dá ao aspecto social, merecendo por isso todo o apoio e incentivo por parte do governo, que se encontra presente na área amazônica realizando obras de infra-estrutura que possam estimular e garantir todas as iniciativas que objetivem a ocupação e o desenvolvimento regional. Sobre a Amazônia, afirmou o ministro que ela, em breve, se transformará numa das mais desenvolvidas do mundo, com o aproveitamento integral de suas extraordinárias riquezas.

Além do ministro Rangel Reis, estiveram presentes à solenidade de inauguração da **Cidade SINOP** o prof. Sebastião Aroldo Kastrup, secretário de Planejamento e representante do governador José Fragelli, sr. Nelson Jairo de Farias, superintendente da SUDECO, sr. Hélio Palma, diretor do INCRA e inúmeras outras autoridades. As cerimônias foram iniciadas com o hasteamento das bandeiras do Brasil e de Mato Grosso e descerramento da placa comemorativa, onde estão inscritos os nomes de todos os principais integrantes dos governos federal e estadual e uma frase que diz: **no tamanho desta minha terra, floresta incoquistada até ontem; hoje, no respeito ao que Deus nos deu, a coragem brasileira ergue, com trabalho, o pendão das verdes esperanças, no desenho de um futuro de prosperidade para todos nós.**

Logo após esta cerimônia, o ministro Rangel Reis e autoridades, acompanhados pelas 7 mil pessoas que estiveram presentes ao acontecimento, percorreram vários locais da cidade, ocasião em que foram inaugurados melhoramentos colocados à disposição de seus moradores. Foi realizado também, na principal rua da **Cidade SINOP**, um desfile de alunos dos cursos de primeiro grau que já funcionam nas três cidades implantadas na Gleba Celeste pela empresa colonizadora.

decisões governamentais colocadas à disposição do povo para que, na saga amazônica, se evidenciasse sua coragem, pioneirismo, audácia e poder para construir a afirmação nacional. Se a Transamazônica, sob a tutela do poder governamental, plasma, na imensidão das selvas, a certeza de posse histórica e efetiva, a Cuiabá-Santarém, pelo seu aspecto de integração, constitui chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de presença nestas imensas paragens de seu território brasileiro. Lá, o poder público tem o lance da iniciativa. Aqui, ao longo da BR-13, agricultores e empresas colonizadoras somam experiências, aceitam o repto da luta, enfrentam, no cotidiano destes verdes sem fim, a história de fazer ou não fazer nossa presença patricia nestas regiões.

Esta cidade de esperança — afirmou depois o dirigente da empresa — que começa a pontilhar o mapa das afirmações brasileiras da integração amazônica, é evidência de começo de vigorosa realidade. Com ela, respondemos concretamente ao apelo de toda a nossa gente, de que não devemos ficar lateralizados no curso da imensidão da história de nossa Pátria.

Depois de agradecer a presença do ministro Rangel Reis, do representante do governador Fragelli e das autoridades, pelo apoio que sempre ofereceram ao empreendimento, o sr. Ênio Pipino declarou que **estamos nos começos desta cidade na Amazônia, plantando o futuro e gerando, nas perspectivas de ocupação destas terras, as linhas de um horizonte verde-amarelo na continentalidade brasileira.**

Pedimos ao ministro Rangel Reis — acrescentou — que nos faça a mercê de transmitir ao eminente Presidente Ernesto Geisel a certeza sincera de que esta obra é a resposta da coragem de brasileiros de tornar irreversível a integração da Amazônia na realidade da nação.

Até o momento rurais demarcados colonos que se transformaram em colonizadores definitivamente ocupação de 5 anos de apresentado ao IB

Um complexo na gleba — o interesse para crescente de aproveitamento fatores que ali encontra a áreas dências visando industrialização mates e frutíferos em contato com todos iniciais mentos.

Como começa a vindica vá criação de recursos de o desenvolvimento das micas de construção de Banco Nacional program elétrica. autoridades **SINOP**, três opções transmissões Centro da formação ou, e

P. 16 — (Especial) — Ao SINOP, em colonizadora realizada a presença de destacadas autoridades e municipais, o ministro Rangel Reis, do interior, afirmou que toda como a grande exemplo brasileiros depositam nos seu pronunciamento, além da o Presidente Ernesto Geisel, de empreendimento que vem sendo alonizadora SINOP na região, rio do Interior realçou que **não de desenvolver este imenso País o, senão através de uma partima integração absoluta entre o iniciativa particular.**

O trabalho do empresário Ênio cio Rangel Reis disse que o **imocial**, merecendo por isso todo o por parte do governo, que se ena área amazônica realizando trutura que possam estimular e nicativas que objetivem a ocupamento regional. Sobre a Amazô-nistro que ela, em breve, se transis mais desenvolvidas do mundo, nento integral de suas extraordi-

nistro Rangel Reis, estiveram preade de inauguração da **Cidade** bastião Aroldo Kastrop, secretário o e representante do governador

Nelson Jairo de Farias, superin- DECO, sr. Hélio Palma, diretor do ras outras autoridades. As cerimô- adas com o hasteamento das ban- e de Mato Grosso e descerramento morativa, onde estão inscritos os os principais integrantes dos gover- istadual e uma frase que diz: **no minha terra, floresta inconquistada, no respeito ao que Deus nos deu, leira ergue, com trabalho, o pendão ranços, no desenho de um futuro de tra todos nós.**

Esta cerimônia, o ministro Rangel des, acompanhados pelas 7 mil pes- eram presentes ao acontecimento, rios locais da cidade, ocasião em que ados melhoramentos colocados à dis- s moradores. Foi realizado também, da **Cidade SINOP**, um desfile de sos de primeiro grau que já funcio- idades implantadas na Gleba Celeste colonizadora.

CONQUISTA MAIOR

O sr. Ênio Pipino, diretor da Colonizadora SINOP, fazendo uso da palavra no decorrer das solenidades, disse que **nesta inauguração há muito que se dizer no sentido da conjugada vontade do povo e do governo do Brasil de realizar, pacificamente, a maior conquista que os brasileiros poderiam concretizar no contexto de 400 anos de nossa história.**

A continentalidade — declarou — outrora envolta nos mitos de intocabilidade que os portugueses criaram do **inferno verde**, para proteger a área das incursões holandesas e de outros povos, está aí como desafio às forças da nacionalidade. Partindo-se do consenso de que a Amazônia há de ser conquistada pelos brasileiros, um conjunto de decisões governamentais foi colocada à disposição do povo para que, na saga amazônica, se evidenciasse sua coragem, pioneirismo, audácia e poder para construir a afirmação nacional. Se a Transamazônica, sob a tutela do poder governamental, plasmou, na imensidão das selvas, a certeza de posse histórica e efetiva, a **Chibabá-Santarém**, pelo seu aspecto de integração, constitui chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de presença nestas imensas praças de seu território brasileiro. Lá, o poder público tem o lance da iniciativa. Aqui, ao longo da BR-13, agricultores e empresas colonizadoras somam experiências, aceitam o repto da luta, enfrentam, no cotidiano destes verdes sem fim, a história de fazer ou não fazer nossa presença patricia nestas regiões.

Esta cidade de esperança — afirmou depois o dirigente da empresa — que começa a pontilhar o mapa das afirmações brasileiras da integração amazônica, é evidência de começo de vigorosa realidade. Com ela, respondemos concretamente ao apelo de toda a nossa gente, de que não devemos ficar lateralizados no curso da imensidão da história de nossa Pátria.

Depois de agradecer a presença do ministro Rangel Reis, do representante do governador Fraguelli e das autoridades, pelo apoio que sempre ofereceram ao empreendimento, o sr. Ênio Pipino declarou que **estamos nos começando desta cidade na Amazônia, plantando o futuro e gerando, nas perspectivas de ocupação destas terras, as linhas de um horizonte verde-amarelo na continentalidade brasileira.**

Pedimos ao ministro Rangel Reis — acrescentou — que nos faça a mercê de transmitir ao eminente Presidente Ernesto Geisel a certeza sincera de que esta obra é a resposta da coragem de brasileiros de tornar irreversível a integração da Amazônia na realidade da na-

Catuai e robusta, nas variedades **Conilon e Guarani**. Algumas covas, com pouco mais de dois anos, já produziram este ano, verificando-se que o média foi a de 25 sacos em cada, por 1.000 pés.

Segundo informaram técnicos da empresa, o comportamento do café tem sido muito bom, superando mesmo as expectativas. Já está previsto, para os próximos anos, o plantio de outros 2 milhões de pés. Mas além do café existem plantados o arroz, com resultados satisfatórios, a mandioca que se revela extremamente adaptável à região, o feijão e outras culturas, como o cacau, guaraná, sorgo, milho, mamona, algodão e soja, todas em escalas ainda experimentais.

OCUPAÇÃO DA ÁREA

Até o momento mais de 80 por cento dos lotes rurais demarcados pela empresa já pertence aos colonos que se transferiram para a área, admitindo a colonizadora que até 1978 toda a gleba esteja definitivamente ocupada, verificando-se antecipação de 5 anos da conclusão prevista no projeto apresentado ao INCRA e a SUDAM.

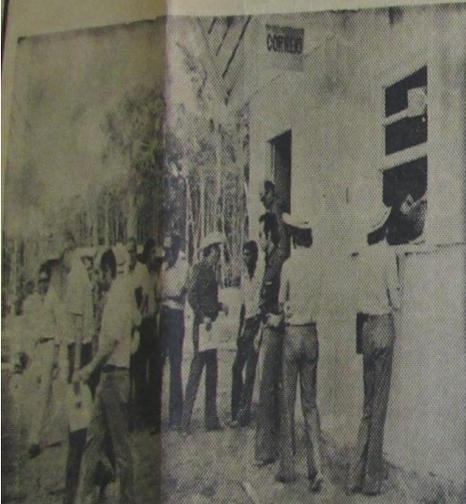
Um complexo de situações reais, já observadas na gleba — afirma o sr. Ênio Pipino — impõe o interesse para a agro-indústria. Assim, o volume crescente de produtos agropecuários, seu melhor aproveitamento, vantagens da comercialização, são fatores que aliados à posição de meio em que se encontra a área, determinaram as primeiras providências visando a motivação de interesses para a industrialização da cana-de-açúcar, mandioca, tomates e frutíferos, já tendo a colonizadora entrado em contato com entidades e empresas para os estudos iniciais sobre a viabilidade desses empreendimentos.

Como área nova, na qual apenas agora começa a chegar o homem brasileiro, a região reivindica vários melhoramentos, entre os quais a criação de uma escola rural, na **Cidade SINOP**, com recursos do PIPMO; que teria como grande objetivo o desenvolvimento de estudos e pesquisas agrônômicas destinados a facilitar a ocupação da área; construção de armazéns da CIBRAZEM; implantação de projetos de abastecimento de água; pelo Banco Nacional de Habitação e execução de um programa de geração e distribuição de energia elétrica. O pensamento, na área, e transmitido às autoridades presentes à inauguração da **Cidade SINOP**, é no sentido do aproveitamento de uma das três opções existentes: extensão de uma linha de transmissão a partir da Usina de Alto Paraguaí, das Centrais Elétricas Matogrossenses, aproveitamento da força hidráulica do **cachoeirão** do rio Teles Pire ou, então, a implantação de uma rede de diesel.

ANEXO 03: *Diário de Cuiabá* – 13 set/ 1974.



Três Cidades (Vera, Sinop e Santa Carmem) Foram Plantadas em Pleno Coração da Selva



Cidade Sinop, no dia de sua inauguração, ganhou uma agência do Correio. Na era das comunicações, um bom meio de comunicação.



Ministro Rangel Reis fez seu discurso, cumprimentando a SINOP e seus dirigentes, especialmente Enio Pipino, por terem levado a civilização para o meio amazônico.



6,00 horas — Alvorada pela Banda da Força Pública do Estado.

9,00 horas — Missa solene inaugurando a Igreja Santo Antonio concelebrada pelo Bispo Diocesano D. Henrique Fröhlich, pelo Vigário da Paróquia Padre Antonio Beidler e Padre Geraldo da Silva Araújo.

10,30 horas — Recepção às Autoridades na Aeroporto SINOP.

11,00 horas — Hastearmento das Bandeiras com a presença do Exército e Aeronáutica na Praça Brasília, descerando-se em seguida a Placa comemorativa.

11,30 horas — Abertura do desfile com a participação da Banda da Força Pública, Bandeiras dos Estados, Ginásio e Grupo Escolar de Vera, Grupo Escolar de Santa Carmem, Grupo Escolar da SINOP, sob orientação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, Clubes Esportivos, carros alegóricos da Indústria e Comércio local.

12,00 horas — Inaugurações Grupo Escolar, Correio e Telefones, visitas a Igreja Santo Antonio, Quadra Recreacional Modelo e instalação da SINOP. Inauguração do Posto Laboratório SUM e Escritórios da Ca

As margens da Cuiabá-Santarém, no norte de Mato Grosso, aí está a localização, no mapa, da Cidade Sinop, em plena Gleba Celeste. Boas terras, a melhor localização, o êxito garantido de quem acompanhar Enio Pipino nesta caminhada para o oeste.

SINOP Está Colonizando Mato Grosso Com a Experiência Que Conseguiu no Paraná

Considerado um novo Rondon e verdadeiro sementeiro de cidades, o colonizador Enio Pipino recebeu o Ministro Maurício Rangel Reis, do Interior, para inaugurar dia 14 a Cidade Sinop, a 500 quilômetros de Cuiabá, em plena Amazônia matogrossense.

Mais de 3.000 pessoas prestigiaram a solenidade, entre inúmeras autoridades, destacando-se os desembargadores Edmundo Mercer Júnior, Henrique Nogueira Dorfmann, Zelerino Krukowski, do Tribunal de Justiça do Paraná; Conselheiro Nacir Bwilla Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Presidente Representantes de Associações de Prefeitos, entidades de classe, de vários Estados, na cerimônia levante, pelo alto sentido de humanização que a organização empenha aos seus projetos.

De Maringá se faziam presentes, entre outros, o juiz de menores Francisco de Paula Xavier Neto e esposa; o juiz criminal Ferrando Antonio Vieira e esposa; e

médico Paulo Jacomini, diversos gerentes de bancos, jornalistas e elevado número de funcionários da SINOP, todos muito bem recebidos pelos ares. Enio Pipino, João Pedro de Carvalho Ascânio Batista de Carvalho e outros diretores da grande colonizadora. O sr. Enio Pipino, a propósito, se fazia sempre acompanhar pela sua simpática esposa, dona Nilza.

PARANÁ

O Ministro Rangel Reis manifestou na ocasião, após os atos que marcaram a inauguração da Cidade Sinop, o apoio oficial à iniciativa privada no desbravamento dos sertões da Amazônia como é o intento, já em execução há dois anos, do sertanista Enio Pipino com a experiência de 25 anos de trabalho no Paraná.

Construída ao longo da BR-163, Rodovia Cuiabá-Santarém, a cidade Sinop integra o plano de colonização da Gleba Celeste, com 150 mil alqueires, já contando com quase mil moradores ali instalados, dispoem de completos serviços de in-

fra-estrutura urbana, como hotel, escola, hospital, escolas.

Rangel Reis foi recebido com um café, uma refeição escolar e, visita à cidade, seguida de um almoço preparado numa clareira especialmente aberta na floresta virgem com milhares de convidados, que acompanharam o Ministro do Interior e demais autoridades.

Na oportunidade, a parca da pujante economia agrícola da região, destacada mostrada aos visitantes, foi frisada a importância social que a Sinop está levando à Amazônia num plano que inclui construção de cidades e enriquecimento daquela região do País.

Presenciaram o acontecimento cerca de 40 jornalistas, representando todas as redes de comunicações nacionais, incluindo agências internacionais, que se confabularam maravilhados com o exemplo de brasilidade que vem dando a Sinop ao povo brasileiro.

neiro mas ho
por terra e a
acabou chega
suficiente. F
nop.

No últi
ça de milh
do Interior
"EXCELE
RÍCIO RA
Dr. MAN
GOVERN
AUTORI
VO DA

No des

de, o d

e oeste

As civ

cam

do so

Aqui

do l

terli

de

da

Ne

to

G

ta



Momento em que o sr. Enio Pipino, o homem-chave da SINOP, dirigia sua mensagem a todos os presentes na inauguração da CIDADE SINOP. Ao seu lado, o ministro Rangel Reis, do Interior.

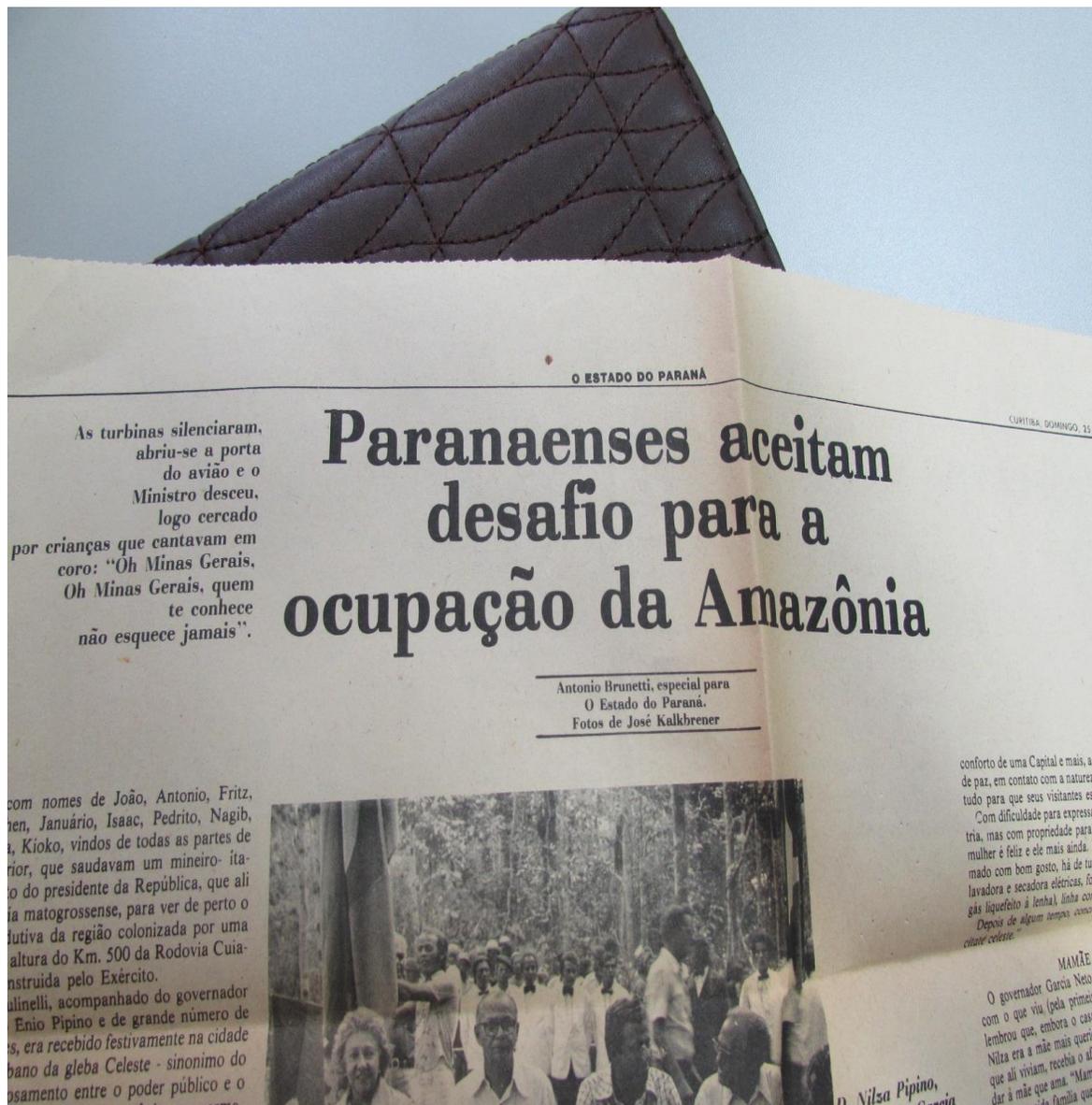
No Discurso do Colonizador, a Vontade de Ajudar o Brasil

Enio Pipino é um homem que tem a mania de colonizar. Qui no Paraná colonizou 125 mil alqueires de terras, onde hoje despontam cidades importantíssimas, caso de Terra Rica, Borá, Ubiratã e Formosa do Oeste. E logo que seu trabalho foi completado por aqui, Enio Pipino resolveu iniciar a sua marcha para o oeste. Cruzou a fronteira e começou a abrir áreas ainda exploradas no Estado de Mato Grosso. Adquiriu uma das melhores áreas de terras no norte de Mato Grosso e plantou a Gleba Celeste. No ano de 1972, dentro da Gleba, fundou a Cidade

Partindo-se do consenso de que a Amazônia há de ser conquistada pelos brasileiros, um conjunto imenso de decisões governamentais foi colocado à disposição do povo, para que, na saga amazonense, se evidenciasse sua coragem, pioneirismo, audácia e poder para construir a afirmação nacional.

Se a Transamazônica, sob a tutela do poder governamental, plasma, na imensidão das selvas, a certeza de posse histórica e efetiva, a Cuiabá-Santarém, pelo seu aspecto de integração, constitui chamamento para que as forças do povo venham so-

ANEXO 04: Jornal *O Estado do Paraná*, Curitiba – Maio/1975.





Aqui é a terra que, em se plantando, tudo cresce. Estações experimentais são mantidas pela Cooperativa Agrícola Mista, em convênio com o Ministério da Agricultura.

araná, sorgo, milho,
mo, pimenta.

pilotava um trator,
da próxima a Sinop,
e de Ênio Pipino, o
"analista Honorário"
explicava que a agri-
cultura como princípio
da Cooperativa Agri-
cola tem a responsabi-
lidade pela implantação gra-
vação do solo, uso
fensivos, equilíbrio
O total repassado
e com recursos do
para implantação e

em sua propriedade
em dia de trabalho
na cidade. Na

"Frau" Kermann
em Sinop todo o

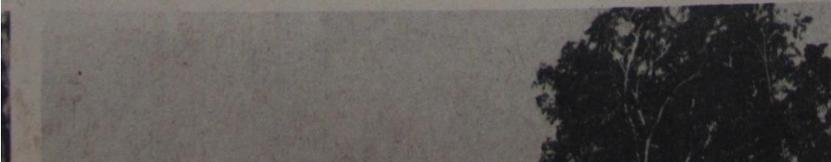
culo do interesse da mais alta política nacional, criada através
de instrumentos oriundos da preocupação governamental de
cumprir a missão de fazer da Amazônia uma eloqüente evidên-
cia de brasilidade, três pontos básicos devem ser considerados
para sua consecução: união permanente de esforços entre a ini-
ciativa privada e o governo, pavimentação asfáltica da BR-163
e, finalmente, criação de sistema energético que possa atender
aos brasileiros dessa área em seus impulsos, visando a agro-in-
dustrialização regional.

O HOMEM

Para se avaliar a grandiosidade do pioneirismo do verdadeiro
colonizador e de sua confiança no futuro, acrescente-se que,
para um virtual zero populacional local antes da BR-163, há
atualmente cerca de 15 mil habitantes, prevendo-se para o pró-
ximo decênio mais de 500 mil pessoas. A produção econômica,
de Crs 46,5 milhões em 1975/76, tem projeção para atingir no
mesmo período a cifra de Crs 900 milhões.

Em meio ao seu trabalho, jamais esquece, com emoção, a filo-
sofia que adota e que está vividamente representada nas pala-
vras do presidente Ernesto Geisel: "O objetivo maior de todo o
planejamento nacional é o homem brasileiro, nas suas diferentes
dimensões e aspirações."

Esse é Ênio Pipino, um paranaense de coração, que aceitou o
desafio para a ocupação produtiva da Amazônia, semeando
cidades e ajudando o País na consolidação de um dos seus obje-
tivos permanentes — a integração nacional.



ANEXO 05: O Jornal, Maringá – 22 set/1974.

4.a Página Maringá, 22 de Setembro de 1974

O JORNAL

CIDADE SINOP: O MARCO DE UM FUTURO GIGANTE




Uma tona de moeno no desfile. Ministro Rangel, Sr. Enio e Pinto Dias.

Neste 14 de setembro, o Brasil ganhou mais uma cidade, que nasceu poderosa e disposta a crescer. A Colonizadora Sinop S.A., mostrando um arrojo e uma disposição fantástica, enfrentou de "peito aberto" a amazonia e plantou as margens da rodovia Cuiabá-Santarém, a cidade SINOP. Isso foi possível graças ao espírito desbravador e ao esforço sem par de homens patriotas como Enio Pepino e João Pedro Moreira de Carvalho, ajudados por outros destemidos brasileiros, homens do campo, que enfrentando todos os problemas, para lá se foram ajudar na integração Nacional.



Quando o dia clareava sob os acordes da Banda da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a festa de inauguração da cidade SINOP tinha o seu início. O dia que chegava estava carregado de espera de uma festa digna. O povo acostumado a despertar com o canto dos passaros que povoam a "selva amazônica", naquele dia acordava com a alvorada que a banda executava da frente ao Hotel Celeste.

O programa estabelecido começou a ser cumprido. As 9 horas o Bispo Dom Horácio Frutkin, ladeado por dois vigários, oficiava missa oficial na Igreja Matriz construída à beira da mata. A cerimônia foi das mais originais com os fiéis cantando procurando em Deus força e disposição na obra caminhada de colonizar aquela imensa região, até o bem pouco tempo que totalmente desconhecida.

Terminada a missa todos os presentes se dirigiram ao Aeroporto da cidade onde desceram as autoridades convidadas para o acontecimento.

Quando o ministro do Interior Maurício Rangel Reis desembarcou já se encontravam no aeroporto desembarcadores do Paraná, diversos deputados e secretários do Estado de Mato Grosso, bem como representantes do governador daquele estado, além dos diretores da SINOP, os responsáveis e idealizadores da cidade SINOP.

Também presentes a recepção ao ministro Rangel Reis o Prefeito de Paranaguá, Benedito Pinto Dias, que na oportunidade representava o governador do Paraná sr. Emílio Gomes e o futuro governador Jaime Carret Junior. Diversos prefeitos de cidades paranaenses e mato-grossenses também se faziam presentes, bem como juizes e promotores da Comarca de Maringá, e outros convidados.

Após os cumprimentos e homenagens ao Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, o empresário Enio Pepino convidou a todos para que dirigissem a Praça Brasília onde foram hasteadas as bandeiras do Brasil e de Mato Grosso, ao som do Hino Nacional.

Em seguida as autoridades se dirigiram para o pátio armado na avenida principal, quando foi realizado um bem organizado desfile com participações dos grupos esportivos Banda da P.M.



moço no desfile.



Ministro Rangel, Sr. Enio e Pinto Dias.



Neste 14 de setembro, o Brasil ganhou mais uma cidade, que nasceu poderosa e disposta a crescer. A Colonizadora Sinop S.A., mostrando um arrojo e uma disposição fantástica, enfrentou de "peito aberto" a amazonia e plantou as margens da rodovia Cuiabá-Santarén, a cidade SINOP. Isso foi possível graças ao espírito desbravador e ao esforço sem par de homens patriotas como Enio Pepino e João Pedro Moreira de Carvalho, ajudados por outros destemidos brasileiros, homens do campo, que enfrentando todos os problemas, para lá se foram ajudar na integração Nacional!

Proibido ladeado...
 truída a hora da...
 orçament...
 Deus, força e dispo...
 colonizar aquela im...
 tempo, que o que to...
 Terminada a...
 rigram no Aeropo...
 as autoridades com

Quando o min...
 el Reis desembar...
 reporto desembar...
 nutados e secreter...
 so bem como re...
 quele estado, alem...
 responsáveis e id

Também presente...
 Reis, o Prefeito...
 Dias, que na odo...
 nador do Paraná...
 vernador Jaime...
 de cidades paran...
 se faziam prese...
 res da Comarca

Após os cu...
 nistro do Interi...
 sório Enio PEP...
 rigissem a Pra...
 as bandeiras d...
 do Hino Nacio

Em segun...
 ra o pelanque...
 foi realiza...
 Participações...
 Mista Militar...
 representand

Em seg...
 uma peque...
 ter preside...
 Enio Pepin...
 dando as

'A M...
 DOS...
 O S...
 ração de



ANEXO 06: Revista *O Cruzeiro* – 23 out/1974



Nova boca de sertão surge na Amazônia



Aproximadamente 7 mil pessoas compareceram à solenidade de inauguração da nova cidade, em plena selva amazônica.

de alimentos que rondam, apreensivamente, a vida de nossa condição humana mundial."

Enio Pipino — incansável desbravador de sertões no Paraná e Mato Grosso, vocacionalmente um pioneiro de corajosas empreitadas — fez estas afirmativas por ocasião da inauguração da cidade Sinop — irmã-gêmea das cidades Vera e Santa Carmen — localizadas na Gleba Celeste que se estende numa imensa área da Cuiabá—Santarém (BR—163).

UMA FESTA

jetos para sua industrialização estão em curso. Abacaxi, goiaba, manga, citrus, caju, abacaxi e maracujá são as frutas melhor adaptadas às suas terras e clima. Também existem grupos interessados em industrializá-las. A diversificação de tantas culturas se constitui em motivo de justo otimismo para os "lotistas" pioneiros que se transferiram para a Gleba Celeste e a perfeita acimatação dos que se fixaram na cidade Vera serve de exemplo para os que agora adentram a Cuiabá—Santarém, onde o amparo de uma moderna tecnologia os auxiliará grandemente a explorar sua maior riqueza: o solo.

"FLASHES" DA INAUGURAÇÃO

Mais de 7 mil pessoas compareceram e festejaram o acontecimento que teve início com missa votiva concelebrada pelo bispo D. Henrique Fruhlich, padres Antônio Reidler e Geraldo da Silva, na Igreja de N. S.ª da Aparecida. Os alunos das três cidades — Vera, Sinop e Santa Carmen — desfilarão perante os convidados que, a seguir, visitaram os principais pontos da nova cidade. Foi uma verdadeira festa na selva.

Graças ao perfeito serviço de assessoria da Sinop, mais de trinta jornalistas e radialistas que compareceram à solenidade puderam desempenhar sua missão com êxito e num ambiente da mais fraterna camaradagem. Seu coordenador, jornalista Antônio Brunetti, ganhou a simpatia e o reconhecimento dos colegas pela solicitude com que se desobrigou da tarefa. Respondendo ao discurso pronunciado pelo empresário Enio Pipino, o titular do Ministério do Interior, ministro Maurício Rangel Reis, disse que "o importante era salientar em sua obra a atenção que Pipino dá ao aspecto social de seus empreendi-

mentos, a participação perfeita, uma integração absoluta e completa entre o governo, o povo e a iniciativa particular".

Como área nova, na qual apenas agora começa a chegar o homem brasileiro, a região reivindica vários melhoramentos, entre os quais a criação de uma escola rural, na cidade Sinop, com recursos do Pipino, e que teria como grande objetivo o desenvolvimento de estudos e pesquisas agronômicas destinados a facilitar a ocupação da área; construção de armazéns da Cibrazem; implantação de projetos de abastecimento de água, pelo Banco Nacional da Habitação, e execução de um programa de geração e distribuição de energia elétrica. O pensamento, na área, é transmitido às autoridades presentes à inauguração da cidade Sinop, é no sentido do aproveitamento de uma das três opções existentes; extensão de uma linha de transmissão a partir da Usina de Alto Paraguai, da Centrais Elétricas Mato-Grossenses, aproveitamento da força hidráulica do cachoeirão do Rio Teles Pires ou, então, a implantação de uma rede de diesel.

No descerramento da placa comemorativa e na qual estão inscritos os nomes de todos os principais integrantes dos governos federal e estadual, significativa legenda diz: "No lamarinho desta minha terra, floresta incontestada, até ontem, no respeito ao que Deus nos deu, a coragem brasileira ergue, com trabalho, o pendão das verdes esperanças, no desenho de um futuro de prosperidade para todos nós".

A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop) tem como seus diretores Enio Pipino, João Pedro Moreira de Carvalho e d. Nilza de Oliveira Pipino. Os Departamentos Financeiro, de Planejamento, de Agronomia, Jurídico, de Execução do Projeto, Comercial, de Vendas, Médico, de Coordenação e Relações Públicas, Aeroviário, de Compras e de Contabilidade, bem como a Seção de Topografia e de Máquinas se constitui na in-

Comendador Enio Pipino, diretor da Sinop, discursando, ao lado do ministro do Interior Maurício Rangel Reis; prof. Sebastião Aroldo Kastrup, secretário do Planejamento de Mato Grosso; d. Nilza Pipino, sr. Hélio Palma, do Incri, e outras autoridades e convidados.

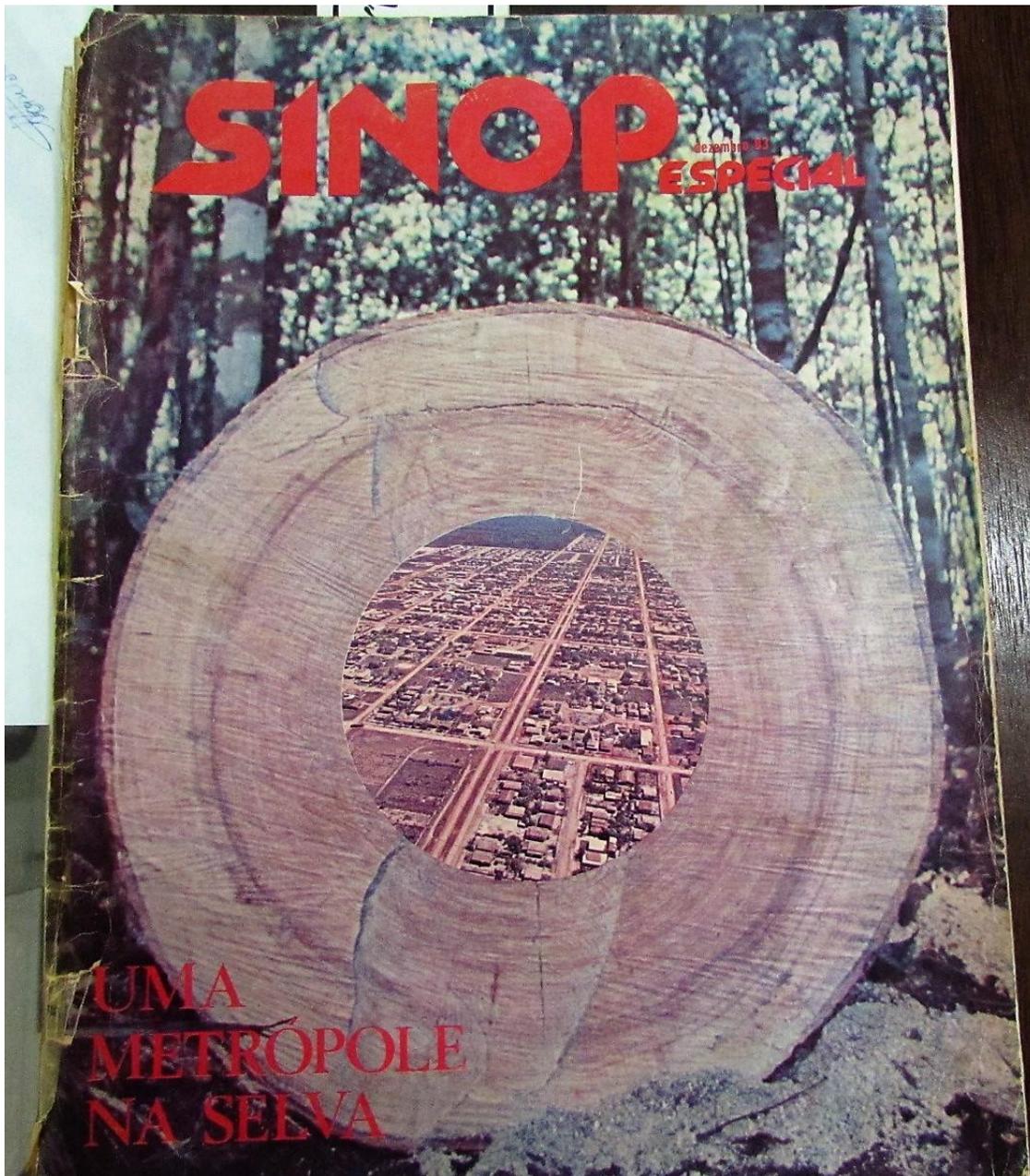
"Se a Transamazônica, sob a tutela do poder governamental, plasma, na imensidão das selvas, a certeza de posse histórica e efetiva, a Cuiabá—Santarém, pelo seu aspecto de integração, constitui chamamento para que as forças do povo venham somar sua missão àquela do Brasil de afirmar-se em termos de presença nestas imensas paragens de seu território. Lá, o Poder Público ampara a iniciativa. Aqui, ao longo da BR—163, agricultores e empresas colonizadoras somam experiências, aceitam o repto da luta, enfrentam, no cotidiano destes verdes sem fim, a história de fazer ou não fazer nossa presença patriota nestas regiões. A Colonizadora

SINOP S/A — meus senhores —, trouxe, para estas terras, 25 anos de experiência, com os quais construiu, em 125 mil alqueires no norte do Paraná, quatro municípios, a saber: Terra Rica, Iporã, Ubitatã, Formosa do Oeste e cerca de 15 cidades, onde vivem, atualmente, perto de 230 mil pessoas. Agora na Gleba Celeste que estamos colonizando sob a Imantação do traçado da Cuiabá—Santarém, começamos nosso trabalho em 150 mil alqueires. Viemos carregando conosco 5 lustros de experiência de plantar cidades, defender o solo, fazê-lo produtivo e torná-lo brasileiro por excelência, na sua contribuição para solucionar o problema das carências



Escolares desfilam no dia da inauguração. Cidade Sinop é uma nova trincheira avançada na colonização da Amazônia.

ANEXO 07: Revista *Sinop Especial: Uma Metrópole na Selva* – dez/1983





Os primeiros colonos em Vera, onde foi iniciada a colonização da área.

OS PIONEIROS APOSTARAM NO PROGRESSO. E ACERTARAM

Muitos desistiram logo no início, outros tombaram vítimas de acidentes, da malária, de outras doenças; alguns não souberam lutar ou não tiveram sorte, mas os que conseguiram vencer estão felizes e já têm até algumas «estórias» para contar aos netos.

Estamos falando dos pioneiros que

ajudaram na conquista desta parte da Amazônia mato-grossense, «plantando» em plena floresta uma cidade que cresceu impulsionada pela força do trabalho dos seus desbravadores e que se transformou, em menos de uma década, num dos principais pólos de desenvolvimento do Estado, gerando riquezas e atraindo investimentos.

Os primeiros a chegarem na área onde hoje se ergue a cidade, foram os picadeiros comandados pelo topógrafo Carlos Benedito Spadoni e o gerente geral da colonizadora, Ulrich Grabert. Escolhido o local, abertas as primeiras clareiras e definido o projeto urbanístico da futura cidade, com largas ruas e avenidas, o primeiro a construir sua residência e a chegar com sua mudança e família, foi o sr. João Olímpio Pissinati Guerra, que continua residindo em Sinop e fazendo parte do corpo de uma nova sociedade que já começa a se formar.

Como toda cidade fundada

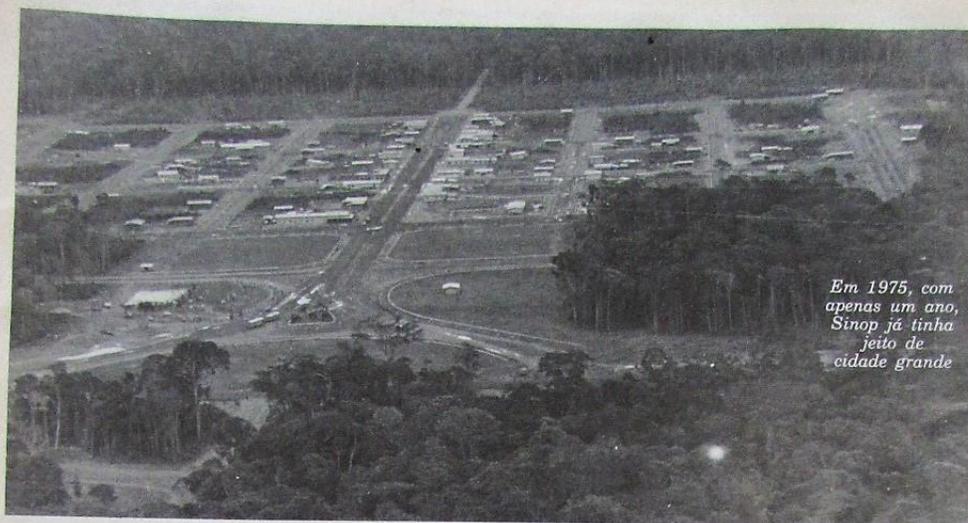
Sinop Especial

num país de tradição católica, Sinop também teve a celebração de sua primeira missa. Em 1974, no mesmo local onde foi construído o imponente prédio do Banco do Brasil, o padre João Salanini rezou a primeira missa, na primeira casa construída em Sinop, para um grupo de trabalhadores da colonizadora e que não chegava a 20 pessoas.

Figura que se identifica com a comunidade, padre João havia chegado a região no ano de 1972, ficando em Vera até a sua ida para Sinop, quando a cidade começava a surgir. Ele tem sido, segundo afirmam os habitantes da cidade,

um dos principais batalhadores pelo desenvolvimento da região, não só cuidando, como pároco, do seu «rebanho», mas executando programas de assistência social, e, principalmente, ajudando os colonos a solucionarem os seus problemas de crédito, através de uma orientação segura, dizendo, muitas vezes, quando devem ou não tomar empréstimos.

O padre João costuma dizer, sobre a orientação dada ao clero na região, que no contato com fiéis procura-se mostrar que «não se veio para Mato Grosso somente para ganhar dinheiro; ou então que a vida do homem não é só



Em 1975, com apenas um ano, Sinop já tinha jeito de cidade grande

Uma história bem recente, mas cheia de patriotismo

A história de Sinop, para ser contada agora, não tem de remontar a muitos anos ou, como a de Cuiabá, às heróicas entradas e bandeiras do Século XVIII, que alargaram os horizontes territoriais brasileiros. Ela é recente desde o seu início, pois mesmo a idéia de criação da cidade tem pouco mais de uma década. Assim, nem o historiador que se propuser a contá-la, nem o seu leitor conseguirão encontrar nela o sabor das coisas antigas, com os saudosismos comuns nos relatos de povos e civilizações.

Menos mal, pois, para contar como foi árdua e às vezes ingrata a luta para

fazer brotar em plena selva, no limiar da floresta amazônica, uma cidade planejada para ser o pólo irradiador de todo o progresso no atual processo de colonização do norte mato-grossense, temos o testemunho vivo e participe dos seus idealizadores e da grande maioria dos pioneiros — colonos, comerciantes, empresários, industriais, aventureiros, etc. — que ali chegaram atraídos por um movimento de ocupação nitidamente de fundo econômico, mas que estão escrevendo memoráveis páginas de patriotismo, no alargamento da nossa fronteira agrícola em direção ao Oeste.

E dessa conjugação de esforços, idéias e ideais é que surge hoje, como uma clareira de progresso e marco pioneiro na ocupação da Amazônia mato-grossense, a cidade de Sinop, cuja história está sendo vivida e escrita pelos seus próprios construtores, que têm pressa de ver a civiliza-

ção implantada no chamado «Continente Verde». Para tanto, usam a força do pioneirismo, vinculando os seus destinos à saga de conquista das imensidões das florestas.

A propósito dessa conquista, Ênio Pipino, presidente do Grupo Sinop, empresa que implantou

as cidades de Vera, Carmem, Sinop e Cláudia no norte de Mato Grosso, em palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra no dia 17 de agosto deste ano, terminou almejando que em 1984 pudesse contar com a presença daqueles estagiários em Sinop, «para que sintam o impacto fasci-